



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

(*) Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº 61 – SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 05/09/2013, para inclusão de atas omitidas e exclusão de atas publicadas em duplicidade.

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL) 1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR) 1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA) 2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) 4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Magno Malta - (PR-ES) 2º - Jayme Campos - (DEM-MT) 3ª - João Durval - (PDT-BA) 4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (65,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (65,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (63) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,97) Rodrigo Rollemberg (67,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (67,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (96) Cyro Miranda (31,102)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,62) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2013.....	00030
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS		Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2013.....	00046
1.1.1 – Comissão Temporária destinada a Consolidar a Legislação Federal e a Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal		1.1.4 – Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execuções Penais	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de abril de 2013.....	00004	Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2013.....	00061
Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2013.....	00019	Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2013.....	00065
1.1.2 – Comissão Temporária destinada a elaborar Anteprojeto de Reforma do Código Penal		1.1.5 – Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação	
Ata da 9ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013.....	00025	Ata da 1ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2013.....	00071
1.1.3 – Comissão Temporária com a finalidade de realizar Levantamento da Legislação Pertinente à Prevenção e Combate de Incêndios no Brasil		Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2013.....	00077

COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DESTINADA A CONSOLIDAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL E A REGULAMENTAR DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 11 de abril de 2013, às 10 horas e 16 minutos, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida sob a Presidência do Deputado **Candido Vaccarezza (PT/SP)** e com a presença dos Senadores: **Romero Jucá (PMDB/RR)**, **Jorge Viana (PT/AC)**, **Pedro Taques (PDT/MT)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)** e **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)**; e dos Deputados **Edinho Araújo (PMDB/SP)**, **Carlos Sampaio (PSDB/SP)**, **Sergio Zveiter (PSD/RJ)**, **Arnaldo Jardim (PPS/SP)** e **Miro Teixeira (PDT/RJ)**. Deixou de comparecer o Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)**. Estiveram presentes os parlamentares não membros: Senador **Ataídes de Oliveira (PSDB/TO)** e Deputado **Bruno Araújo (PSDB/PE)**. Na ocasião ocorreu reunião com a finalidade de discutir a regulamentação da emenda constitucional nº 72 de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada.

Declaro que a presente reunião destina-se à apresentação de propostas de regulamentação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013.

Antes de passar a palavra ao Senador Romero Jucá, desejo já adiantar um encaminhamento. Embora tenhamos marcado esta reunião já há uma semana, hoje acontecerão alguns eventos que têm relação com esta Comissão e aos quais o Senador Jucá e eu deveremos estar presentes.

Nós estamos conversando com todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal, estamos fazendo uma conversa particular, porque é importante, com personalidades do Governo e, posteriormente, vamos conversar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal e com a Presidente da República. E, nesta última reunião, a minha intenção é fazer algo o mais amplo possível, estendendo o convite a todos os membros da Comissão. Como a Comissão não é grande, penso que nessa reunião poderíamos fazer uma coisa mais ampla.

Felizmente, por iniciativa de dois Ministros do Supremo, que pediram para falar conosco – e só poderiam fazê-lo hoje por volta de 12h30 –, eu queria encaminhar esta reunião no sentido de que a encerrássemos, hoje, antes do meio dia. Penso que deve ter coisa importante, uma vez que foi uma iniciativa dos próprios Ministros. Eles entenderam que é importante esta Comissão e manifestaram interesse em conversar conosco.

Então, se possível, eu gostaria de encerrar esta reunião às 11h45.

O Senador Jucá sairia um pouquinho mais cedo, se fosse o caso. Do contrário, ele fica, e às 11h45 nós encerraríamos a reunião.

Tudo bem? (*Pausa.*)

Então, se der, tudo bem.

Pois bem; o que nós estávamos pensando para hoje aqui? O Senador Jucá fala; depois, cada Senador ou Deputado que tiver proposta fala. Nós vamos recolher todas essas propostas e distribuí-las, a fim de que, na próxima quinta-feira, nós façamos um debate mais prolongado.

Assim, todos os senhores acertam a pauta para irmos até às 13 horas da quinta-feira próxima, quando nós começaremos a debater a matéria para formular a regulamentação da Emenda Constitucional nº 72.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Exª me permite, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Deputados, existe outro projeto que trata da regulamentação da Constituição que, penso, é imprescindível neste momento histórico que o Brasil vive. Trata-se, Senador Romero Jucá, da regulamentação do direito de greve do servidor público. Este projeto foi apresentado... Aqui existe um projeto do Senador Paim, outro projeto do Senador Aloysio Nunes, que acaba de adentrar a sala. Estou falando bem dele, portanto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esse projeto de regulamentação do direito de greve do servidor público mereceria também uma atenção desta Comissão.

Ainda outra proposta, sobre a qual estávamos conversando com o Presidente da Comissão, é a da legislação trabalhista. Nós temos um cipoal de leis, a partir da Consolidação das Leis do Trabalho, ainda como CLT, de que precisamos tratar diante da realidade econômica do Brasil.

Então, essas, as duas intervenções que eu gostaria de fazer inicialmente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Deputado Cândido Vaccarezza, Srs. e Sras

Parlamentares, a propósito do que levantou o Senador Pedro Taques, eu quero dizer, independentemente da questão levantada pelo Deputado Carlos Sampaio, sobre a qual nos debruçamos e que foi o primeiro tema candente, que, na verdade, nós estamos no centro de uma preocupação nacional hoje, isto é, a questão do emprego doméstico e as suas consequências. Estamos tratando disso, mas, independentemente disso, o escopo do trabalho da Comissão é muito mais amplo.

O que estou fazendo? Estou levantando todos os artigos e itens pendentes de regulamentação na Constituição e que não são de atribuição do Executivo. Digo isso porque existem alguns pontos para os quais há a definição de que a origem da proposta tem de ser do Executivo. Então, estou separando isso e dividindo por grupo de ações, ou seja, o que é aspecto social, o que é saúde, o que é educação, o que é questão trabalhista, enfim, tudo isso, para trazer já na próxima reunião e possibilitar que nós dividamos os temas entre os companheiros.

A ideia não é que a Relatoria fique com tudo; a ideia é que cada um dos senhores possa ter um grupo de temas, sobre os quais se debruçar, começando a estudá-lo. Em seguida, nós trabalharíamos em conjunto, o Relator e uma espécie de subrelator para um determinado tema. A gente escolhe, define e debate, de modo que, aí, todos teriam uma participação importante e poderiam se debruçar mais amiúde sobre uma dada questão.

Da mesma forma, a questão da transparência, levantada pelo Deputado Miro Teixeira. Está aqui a equipe do Prodasen, Sr. Presidente, com quem já me reuni, que está à disposição. A ideia seria que o Deputado Miro Teixeira coordenasse esse trabalho junto à equipe do Prodasen para levantar a transparência e todo aquele aspecto de Legislação Brasil que a gente definiu aqui na reunião anterior.

Então, nós avançamos não só na questão das domésticas, sobre o que farei um relato aqui, mas estamos trabalhando em diversas direções, para que esta Comissão, efetivamente, possa agir.

Nós traremos os temas na próxima reunião, colocaremos os temas aqui e, então, discutiremos com cada um para ver qual o interesse de cada Parlamentar; enfim, a qual tema cada um poderia efetivamente se dedicar mais. Assim, a gente teria um compartilhamento do trabalho, o que fará com que os nossos trabalhos aqui sejam muito mais rápidos.

Além disso, nós estivemos no Supremo Tribunal Federal e constatamos que existem algumas leis ou dispositivos considerados inconstitucionais e que são remetidos ao Senado para que o Senado possa dar baixa nessas leis. Nós estamos levantando isso tam-

bém para trazer a questão a esta Comissão, a fim de podermos, efetivamente, fazer essa ação de “limpa” na legislação que está anacrônica, que já está inválida, mas que, na verdade, ainda está insepulta. Então, nós traremos também essa questão para cá.

No que diz respeito à questão das domésticas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, apenas pela oportunidade de levar ao conhecimento de V. Ex^a, que talvez até já saiba, mas foi feito um trabalho pela Câmara, em 2008: *Dispositivos Constitucionais Pendentes de Regulamentação*.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós já recebemos esse material.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já receberam esse material. E hoje eu trago uma informação...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Casa Civil também já fez esse levantamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Exatamente. E hoje eu trago uma informação sobre o tramitar desses projetos e, particularmente, das consolidações propostas pelo Executivo.

Nós temos 27 consolidações tramitando, das quais – importante saber disso – 12 estão prontas para Plenário; seis estão na CCJ; seis no grupo criado sobre consolidação.

Então, essa é uma informação nova que eu passo às mãos de V. Ex^a, apenas para subsidiá-lo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Essa informação é importante e será agregada aos pontos que estamos levantando, a fim de que cada subrelator, cada Parlamentar possa juntar essa documentação e verificar de que forma nós poderemos apressar.

Na verdade, a ideia aqui não é desfazer do trabalho parlamentar que já foi feito por outros Parlamentares; a nossa ideia é a de sermos um acelerador de procedimentos e de melhoria, até do texto, exatamente para que possamos votar isso rapidamente, e que isso não se perca na tramitação complexa dos Regimentos das duas Casas, do Senado e da Câmara dos Deputados.

No que diz respeito à questão do emprego doméstico, esse é um tema que está preocupando toda a sociedade brasileira, pela sua complexidade, pela sua diversidade e pela falta de informação. Na verdade, hoje, todas as famílias têm preocupações sobre como proceder. Preocupa-nos a questão da demissão do emprego.

É importante registrar que a Emenda Constitucional é justa, é correta; ela já veio com atraso, mas ela vai gerar uma série de dispositivos que, efetivamente, devem ser implementados para gerar justiça e para harmonizar as peculiaridades do trabalho doméstico com relação aos outros trabalhos formais, seja do co-

mércio, seja da indústria, seja da prestação de serviços, enfim.

Então, o que nós fizemos? Primeiro, nós coletamos as contribuições. O Deputado Carlos Sampaio fez um projeto, e nós coletamos essa informação. O Deputado Otávio Leite fez um projeto, também, de ampliação do desconto do Imposto de Renda, e nós colhemos também esse projeto. Pedimos, ainda, para levantar outros projetos que tramitam no Congresso e vimos que, por exemplo, existe um projeto do Senador José Sarney sobre a questão dos cuidadores, transferindo a função para a área de saúde, não deixando como um emprego doméstico, para poder regular as peculiaridades e exigir qualificação no serviço. Esta é uma questão também.

Então, nós estamos levantando todos esses temas e, ao mesmo tempo, fizemos uma reunião com os órgãos de governo, haja vista que essa nossa regulamentação não pode estar dissociada da operação que o governo implementa no campo previdenciário, trabalhista e fiscal, enfim, em todo o processo de recolhimento etc.

Dessa forma, nós fizemos uma reunião no meu gabinete, na terça-feira, com o Ministério da Fazenda, a Receita Federal, a Caixa Econômica, que trata da questão do FGTS, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência. Ali definimos algumas tarefas para esses ministérios, uma vez que eu acho importante colher a contribuição dos ministérios. Estou ainda procurando o Tribunal Superior do Trabalho, a cujo Presidente, Ministro Carlos Alberto, solicitei uma audiência. E, na hora em que tivermos uma primeira minuta, a ideia é ouvirmos também o Ministério Público do Trabalho, que interage nessa questão e que vai, de certa forma, acompanhar tudo isso.

Já nessa primeira reunião tivemos alguns avanços com o sistema de governo. Primeiro avanço: ficou pactuada com o governo a criação de uma guia de recolhimento única. Então, o que nós estávamos chamando de “Simples Doméstico”, para facilitar o entendimento, não implicaria a formalização de empresa, mas seria uma guia única, simplificada, onde pudéssemos agregar todos os pagamentos que a dona de casa, o dono de casa, o empregador doméstico pudesse fazer.

Quais são esses pagamentos hoje? FGTS, que hoje não existe, mas haverá; recolhimento do INSS patronal; recolhimento do INSS do empregado; e seguro de acidente de trabalho, que, embora precise ser regulamentado também, já existe e é cobrado de 1% a 3%, dependendo do nível de risco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não; o salário família já é regulamentado. O salário família é

pago, no montante de R\$23,00, por dependente até 14 anos; porém, ele é abatido do recolhimento previdenciário que o empregador faz. Então, na verdade, o salário-família...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, não. Tudo será feito...

O salário-família é pago diretamente ao trabalhador; não há guia para o Governo. Então ele não entraria nessa guia. O que entraria nessa guia seriam essas quatro contribuições.

Qual é a nossa proposta?

Nossa proposta é buscar a redução do que é hoje. A nossa preocupação é que se gere um encargo que seja insuportável pelas famílias. E nós temos que buscar o equilíbrio. A ideia é não ter demissão, a ideia é não ter precarização do emprego, a ideia é, efetivamente, reforçar o laço do trabalho doméstico, que hoje não é um laço simplesmente profissional. Na maioria das casas brasileiras, a relação do trabalho doméstico inclui sentimento, confiança, afinidade, carinho, é como se fosse uma pessoa até da família. Então nós não podemos criar uma regra que coloque em risco, em cheque e gere conflitos nessa relação que hoje, na sua grande maioria, é harmoniosa.

Então, na verdade, a emenda constitucional é fundamental, mas o seu desdobramento, a sua regulamentação será algo determinante para a paz, para a tranquilidade dos lares brasileiros. Então essa é uma tarefa complexa.

Por que é uma tarefa complexa? Porque nós vamos aumentar os encargos, mas não podemos aumentar muito. Nós temos hoje o FGTS cujo recolhimento padrão é de 8%. Na minha visão, deverá continuar a ser de 8% o recolhimento do FGTS. O empregado doméstico não poderá ter um FGTS menor do que o dos outros trabalhadores. Estou dando a minha opinião. Existem propostas em outra direção, mas não há por que uma caixa de supermercado trabalhar e receber 8% na conta do FGTS e o trabalhador doméstico não receber o mesmo percentual. Então, para mim, esse é um direito incompressível, porque é o que é definido.

Segunda questão, a contribuição do empregador é de 12%. É uma contribuição alta. Nós vamos ter que reduzir isso. Passei essa posição para o Governo. Acho que nós temos que reduzir isso. Algo razoável, apesar de ser alto, porque também não podemos quebrar... Nós vamos agregar 7 milhões de trabalhadores que terão direitos, seguro-desemprego. Então é um volume de gente muito grande. Nós não podemos gerar uma conta de alto desequilíbrio da Previdência, sob pena efetivamente de comprometer o futuro. Estou defen-

dendo algo em torno de 8%, cair de 12% para 8% a contribuição do empregador.

A contribuição do empregado varia de 8% a 11%, dependendo da sua faixa salarial. Estou defendendo que caia para 8% também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Oito já é.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, oito já é.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Que caia para 8%?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, é porque pode ser de 11% a 8%.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Manter os 8.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Manter os 8.

Por que manter os 8? Porque os outros trabalhadores também recolhem 8. Então, na verdade, nós estamos tratando de igualdade. Temos que tratar diferentemente as questões que são diferentes. E elas residem mais no regime de trabalho de que vou falar daqui a pouco.

Então seria de 8 a proposta pelo menos.

O seguro acidente de trabalho pode ser de 1% a 3%. Estou defendendo que seja de 1%, porque é um risco menor. Mas é importante que o trabalhador doméstico tenha um seguro de acidente de trabalho, porque é um direito que os outros trabalhadores também têm.

O vale-creche não está regulamentado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O valor do seguro é de quanto?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O seguro é de 1% a 3%. Estou defendendo que seja de 1%.

Esses seriam os encargos diretos na folha.

Do empregador são 8% de FGTS mais 8% de contribuição mais 1% de acidente do trabalho. Soma 17%.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR – SP) – E o vale-creche?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, o vale-creche não está regulamentado. A lei não diz que é vale-creche. A lei diz que é o direito à creche para crianças até determinada idade, mas isso pode ser discutido no setor público. Não há pagamento obrigatório de vale-creche em outros segmentos, então nós não onerariamos também com essa questão, porque 17% já é um valor alto. Se for discutido trazer o PIS para dar o abono salarial ao trabalhador doméstico, ainda teremos mais 1% de PIS. Então, na verdade, esse é o espectro financeiro do impacto.

Qual é a questão de impacto que, no meu entender, é mais grave do que essa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, o empregado desconta 8%.

No que eu estou discutindo não há desconto para o fornecimento de alimentação. Não haveria desconto para fornecimento de dormida e de alimentação dos serviços prestados ao empregado na casa de que ele usufrísse.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, o vale-transporte já é da legislação. Paga-se. Já é uma norma. A não ser que o empregado more na residência, mas isso também será excepcionalizado na questão do regime trabalhista.

Nas contribuições, qual é o problema grave sobre o qual nós temos que nos debruçar?

É um problema que não existe hoje para o empregado doméstico e pode onerar demasiadamente as famílias, que é a multa por demissão sem justa causa de 40% do FGTS.

Há duas questões aí: primeiro, no comércio, na indústria há uma regra clara. Com a quebra dessa regra você define o que é demissão por justa causa ou demissão sem justa causa. Na relação doméstica vai ser difícil caracterizar o que é demissão por justa causa ou não. Vai ser uma situação complexa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois é. Então essa é uma primeira questão.

Segunda questão, 40% de recolhimento do FGTS de multa é algo que compromete, na minha visão, o orçamento familiar. Por quê? Se houver 40% de multa de FGTS, a empresa faz provisão contábil, financeira, a empresa tem lucro, a empresa exerce uma atividade econômica que faz determinadas previsões perante a legislação trabalhista. A família não faz previsão. A família faz conta na ponta do lápis para chegar ao fim do mês, quando não entra no cheque especial. Então, de repente, por uma questão de demissão em que vai ficar caracterizado ou não se é por justa causa aplicar uma multa de 40% sobre o saldo do FGTS é algo extremamente pesado na minha visão.

O que eu defendo para a discussão? Que houvesse uma flexibilização – hoje o funcionário não tem nada, porque o FGTS não é obrigatório –, que a multa fosse de 10%, porque não ficaria sem nada, não facilitaria, não haveria nenhum tipo de defesa, mas na proposta seriam 10%. Se não tem nada, seriam 10%. Isso daria condição de se ter efetivamente algo que de certa forma servisse de incentivo, vamos dizer assim, para não se colocar para fora por qualquer motivo se não houvesse multa alguma. Quarenta por cento, acho demais.

Outra questão a que os 40% podem levar: uma multa alta de demissão mais o seguro-desemprego que o doméstico vai ter podem gerar uma situação de busca de demissão permanente, porque vai pegar 40%, depois vai pegar seguro-desemprego. Então vai haver uma rotatividade, e nós vamos cair no problema que temos hoje. Nós temos hoje, no Brasil, 6% de desemprego – nunca tivemos isso – e um nível de pagamento de seguro-desemprego cada vez mais crescente, o que não deveria ocorrer, porque, na verdade, se a gente tem pleno emprego...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Aí é uma fraude.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É a fraude.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Poder haver um estelionato aí.

E me permita...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu não sei... é melhor deixá-lo terminar?

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Desculpe, eu tive uma ligação urgente e fui obrigado a atender, da organização da Casa.

Eu acho melhor o Senador terminar...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Depois que terminar, já está estão inscritos aqui o Deputado Carlos Sampaio e, em seguida, o Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, vejam bem, essa questão do FGTS é um desafio. Aí nós vamos para a questão trabalhista, que é outro desafio maior ainda. Por quê? Porque as peculiaridades do trabalho são completamente diferenciadas, principalmente para quem dorme no emprego.

Então, nós vamos ter, por exemplo: hoje, a jornada de trabalho é de 44 horas, o trabalhador pode trabalhar 8 horas, com intervalo de uma ou duas horas e pode trabalhar mais duas horas extras. Esse é o modelo, o padrão de quem trabalha numa indústria, num comércio, numa prestadora de serviços. O.k., isso atende, isso é o padrão.

A relação doméstica é diferente, principalmente para aqueles que trabalham e residem na casa, como o caseiro. Há motoristas que residem na casa porque moram longe. Há empregadas que residem. Há cuidadores que residem. Há babás que residem. Então, são alguns casos. O primeiro: trabalhar 8 horas, mais duas. Se houver uma emergência à noite ou alguma outra coisa e precisar do trabalho, a lei hoje não permite que se pague, nem que se queira, hora extra ou adicional noturno. Esse é um caso sobre o qual teremos

que nos debruçar. Porque, no caso de quem cuida de criança, ela pode acordar de madrugada com febre, e a empregada vai dizer: “Não, acabou minhas dez horas, eu não posso trabalhar, não posso receber ou quero trabalhar, mas a dona de casa não pode pagar.”

No caso dos cuidadores é a mesma coisa. Empregada que viaja no fim de semana com a criança – ela pode trabalhar 10 horas e nas outras 14 horas o que o patrão faz com a empregada? Ela pode ou não pode estar junto? Como é que vai se caracterizar isso? Então, é uma situação complexa.

Pausa para o almoço. Por exemplo, eu tenho uma empregada que trabalha de segunda à sexta, não trabalha sábado, nós vamos ter que criar um banco de horas para poder compensar. E ela me disse: “Eu não quero ter uma hora ou duas horas para o almoço. Eu quero ter meia hora para o almoço, quero continuar trabalhando porque eu prefiro sair mais cedo para pegar o ônibus menos lotado e saio numa hora diferenciada.” É uma questão que, em tese, pode ser pactuada, se a lei permitir. A lei, hoje, não permite. Hoje, para os empregados domésticos, a lei não permite.

Aí vem o adicional noturno, a diarista – que vamos ter que regulamentar efetivamente porque existem julgados no Tribunal Superior do Trabalho de que diaristas com mais de dois dias é vínculo. Agora já tem um julgado do Tribunal do Trabalho sobre o caso de uma dona de casa tinha duas diaristas, uma por dois dias e outra por dois dias. O julgado do TST é que ela estava contratando duas diaristas na tentativa de burlar a legislação trabalhista e condenou-a a criar vínculo com as duas diaristas – o que é pior. E ainda foi multada por estar tentando iludir a legislação trabalhista.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, isso é comum, mas, no caso, aqui nós estamos tratando dessa questão.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, a Câmara está com a verificação de votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estive ontem com o Ministro do Trabalho, nós estamos com um grupo trabalhando com o Ministério, com a área econômica do Governo para fechar esse boleto único, essa guia simplificada.

Qual é a ideia? Que isso seja feito num *site*, onde se possa cadastrar o trabalhador, colocar o nome do empregado, criar um cadastro, colocar o valor pago e calcular todos esses encargos que ele tem que pagar, aí gera uma guia, com código de barras, para pagar em qualquer banco, ou num caixa eletrônico, ou seja, a ideia é facilitar a vida do empregador. Isso aí está caminhando bem.

Essa questão das regras do trabalho é mais complexa, porque somos signatários de acordos internacionais, então há todo um processo que estamos levantando.

Isso tudo que estou passando aqui não é uma proposta ainda por escrito. Estou colocando linhas de pensamento, para que possamos debater, auferir contribuições.

Vou auferir contribuições do Governo. Não estamos antecipando nada. Estou defendendo uma posição, mas vou receber das áreas do Governo as contribuições também, como as de cada parlamentar, para fecharmos um relatório.

Espero que tenhamos condição de fechar esse relatório até o final do mês, para apresentar à sociedade, porque há uma pressa, uma insegurança jurídica muito grande nessa questão.

Por último, a questão de quem tem registrado o seu empregado, a sua empregada, e deixou de pagar, está atrasado.

Então, estamos negociando com o Governo também um parcelamento e uma regularização – no caso da Previdência, porque isso era só para a Previdência, o FGTS só será para frente. Então, quem tiver dívida, ela será previdenciária.

Reconhecer o empregado, alguns estão pagando, outros deixaram de pagar, deixaram de recolher ou nunca recolheram; querem reconhecer o vínculo anterior com o empregado ou com a empregada por uma questão de justiça, então estamos trabalhando num parcelamento que seja feito em módicas condições, para poder ajudar na formalização desse trabalho doméstico de uma forma mais concreta, que faça justiça a esses anos trabalhados todos dos empregados.

Então, basicamente esse seria o pano de fundo em que estamos trabalhando, e vamos coletar agora as informações, as contribuições e tentar formatar, em conjunto, aqui, até o final do mês, como disse, Presidente Vaccarezza, uma proposta que possa ser encaminhada às Casas do Congresso para uma votação rápida.

Acho que não podemos chegar ao dia 1º de maio, que é o Dia do Trabalhador, sem dar uma sinalização – mesmo que não esteja aprovada a lei – para esse caso, que é um caso hoje que aflige, que preocupa, que torna inseguro o emprego da doméstica, que torna insegura a situação do empregador também, porque há gente que não sabe como vai fazer.

Aí há a questão de folha de ponto, de toda a regulamentação, de como se vai comprovar tudo isso. Tudo isso estamos tratando com o Ministério do Trabalho, e vamos trazer também, aqui, o detalhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR – SP) – Senador Jucá, um aparte pela oportunidade.

Precisamos pensar no atendimento de telefone e de telefone celular, que fica com a empregada.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senador Antonio Carlos, só para encaminhar o debate, essa oportunidade já é uma intervenção. V. Exª está inscrito, e está inscrito agora o Deputado Carlos Sampaio, e o nosso objetivo é de, no dia 23 de abril, já elaborar uma proposta. O Senador Jucá tem condições, como disse, de até o dia 1º de maio... Se conseguirmos, no dia 23 de abril, que é uma terça-feira, uma semana antes, se formatarmos uma proposta e encaminharmos para a Casa... E há material suficiente para isso.

Senador Carlos Sampaio, com a palavra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senador Romero Jucá, todas as ponderações e aflições de V. Exª são de todos nós. E o objetivo primeiro nosso, quando sugeri, dez dias atrás, que realmente nos debruçássemos – esse é o termo – sobre esse tema nesta reunião, exclusivamente sobre esse tema, embora tenhamos muitos outros para consolidar, era porque há uma expectativa muito grande da sociedade.

A relação estabelecida entre empregador doméstico e empregada doméstica é uma relação essencialmente de bem-estar familiar e não visa ao lucro. Portanto, temos de dar um tratamento diferenciado, mas com os seguintes enfoques, a meu sentir: o primeiro deles é o de que estamos aqui para regulamentar o ganho das empregadas domésticas, que foram equiparadas a todos os empregados domésticos, portanto é nosso papel dar agilidade e praticidade a um ganho efetivo e importante que elas tiveram; o segundo é o de que esses ganhos não importem em uma penalização excessiva do empregador, porque, em razão dessa relação, aquilo que pode ser o grande ganho das empregadas domésticas poderia reverter-se, num segundo momento, numa grande motivação para a demissão em massa, e a emenda constitucional, que tem um intuito mais do que nobre, poderia ver esse seu intuito desvirtuado em razão das consequências, que seriam a demissão em vez da contratação.

E o terceiro motivo pelo qual apresentamos um projeto de lei, criando a figura do empregador doméstico, Senador Romero Jucá, é o de que, desses quase sete milhões de empregadores, ou melhor, de empregados domésticos, um terço está na formalidade, dois terços, na informalidade.

E aqui começo, justificando por que apresentamos, num primeiro momento – evidentemente o Governo tem de ser ouvido sobre isso –, a redução de 20% do INSS para 8%.

O patrão, o empregador paga 12%, que cairiam para 5%. A empregada paga 8%, que cairiam para 3%.

A justificativa é a de que esse projeto de lei que vem regulamentar o direito das empregadas domésticas pudesse também ser um atrativo para levar para a formalidade, e a Previdência ganharia no quantitativo.

Por exemplo, foi criada pelo Congresso Nacional a figura do microempreendedor individual – caso típico, o borracheiro. Ele pode ter uma funcionária, recolhe, se não me engano, R\$5,00 – R\$5,00, repito – de INSS, 5% de FGTS.

Enfim, por que se criou essa figura? Porque se apostou que no quantitativo a Previdência ganharia. Dos sete milhões, repito, um terço está na formalidade, os demais estão todos na informalidade.

Então, essa redução de 8% visa, mais ou menos, a equiparar a figura do microempreendedor individual à do empregador doméstico. Portanto, seria uma redução que teria um ganho inverso pelo quantitativo.

Quando propusemos a redução de 8% para 4%... Primeiro, quando V. Exª diz, Senador, que o FGTS é cobrado de 8% a 11%, não é real... Desculpe-me, o INSS, voltando para o INSS, de 8% a 11%, isso não é real, porque a empregada doméstica não ganha mais do que R\$1.250,00, então são cobrados dela 8%. Ela não ganha R\$4.000,00 para se descontarem 11%. Então, são 8%, que reduzimos para 3% – de 8% para 3%.

Qual o ganho dela mensal, ou seja, o que ela deixa de pagar para a Previdência? Cinco por cento. Ela pagava 8%, a nossa proposta é a de que pague 3%. Ela tem um ganho mensal, que fica no bolso dela, de 5%.

Propusemos, paralelamente, a redução de 8% para 4% do que deve ser pago do FGTS. Fazendo uma conta matemática, ela deixa de ganhar no FGTS 4%, todo mês, pelo nosso projeto de lei – porque o empregador deixaria de depositar 8% e depositaria 4% –, mas ganha, porque deixa de pagar, 5% da Previdência. Portanto, entre os 5% que ela ganha e os 4% que foram reduzidos do FGTS, ela está com 1% de lucro, com uma vantagem, Senador: o dinheiro fica no bolso dela todo mês e cresce a 6% ao ano, enquanto, no caso do FGTS, ele cresce a 3%, fica parado e só pode ser tirado em determinadas ocasiões. Já o dinheiro do INSS que ela deixa de pagar todo mês utiliza todos os dias, no seu cotidiano.

Essa foi a razão pela qual apresentamos... A questão, quando apresentamos... E digo mais: não há que se falar em inconstitucionalidade com a redução de 8% para 4%. Explico por quê: em primeiro lugar...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não, não. Houve um jurista que falou, não foi V. Exª, em momento algum. Houve um jurista que fez esse

comentário no Rio de Janeiro, e até apresentei-lhe as nossas razões.

Quando foi dado esse direito à empregada doméstica, o parágrafo único do art. 7º da Constituição... O art. 7º rege todos os trabalhadores do País. Se quiséssemos realmente igualar em tudo, sem nenhuma diferenciação, suprimia-se o parágrafo único. Não foi essa a ideia do legislador. Foi colocar nesse parágrafo único... Além dos direitos assegurados às empregadas domésticas, elas passam a ter mais os seguintes direitos... Elencaram-se os direitos, e depois se disse ao final que eles deverão ser regulamentados por lei ordinária.

Portanto, o próprio legislador constituinte... Nós tivemos como mensagem, que o legislador deu, que pode haver um tratamento diferencial, por quê? Porque a relação é diferencial, é uma relação de bem-estar, e não de lucro.

A questão dos 40%, quando houve o primeiro... Senador Romero Jucá, uma coisa interessantíssima, vou até distribuir depois aos colegas aqui. O primeiro ganho das empregadas domésticas – na verdade, alguns direitos que lhes foram assegurados, o INSS opcional, enfim, uma série de outras coisas – foi no Governo do Presidente Lula. Entre uma série de outras coisas foi no Governo do Presidente Lula. Dentre esses ganhos, estava a multa de 40%. Foi vetada pelo Presidente Lula exatamente com a argumentação de que o empregador doméstico não pode ser equiparado a uma empresa e não tem condições de pagar os 40%, porque não tem provisão. Ele não tem contador, ele não faz provisões.

Agora, quando V. Exª propõe, por exemplo, 10%, eu acho que se torna uma coisa razoável, porque eu lembro aos colegas que, de 1966 a 1988, se recolhia 10% de todo trabalhador brasileiro. Só com a Constituição de 1988 passou a ser 40% no ato da demissão. Então, por 20 anos se recolheram 10%. Então é algo plausível.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E ainda está nas Disposições Transitórias. Isso está para ser regulamentado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Exatamente, no art. 10....

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós temos que regulamentar essa questão da multa de 40% também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) –... no art. 10 das Disposições... Exatamente, no art. 10. Portanto, é uma coisa plausível.

Quando apresentamos, também no nosso projeto, a equiparação da figura do cuidador ao empregado doméstico, é porque a ocupação de cuidador não

é uma profissão. Exceto se ele exerce a sua profissão como enfermeiro e recebe como tal, o cuidador, efetivamente não exerce uma profissão no Brasil. E se nós não equiparássemos, neste primeiro momento, aqueles, repito, que não são profissionais de enfermagem, correr-se-ia um sério risco de aquela pessoa que necessita do cuidador ter que demiti-lo por uma indefinição. E o que é pior, Presidente Vacarezza: a empregada doméstica, por vezes, você pode ou não prescindir dela; quem tem um cuidador não pode prescindir dos seus cuidados, ele precisa no dia a dia, ele é uma figura – o cuidador – imprescindível. Portanto, nós propusemos alguns avanços.

Conversei com o Ministério Público do Trabalho, conversei com alguns Ministros do TST, que eu acho que deverão também ser consultados. Quando se fala dessa questão, por exemplo, de dormir em casa, como é que fica a questão do caseiro? Aventamos uma hipótese – realmente uma hipótese por enquanto, um pensamento ainda não evoluído –, mas existe uma figura quase esquecida na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, que é a do sobreaviso, que se paga um terço a mais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O problema é que o sobreaviso paga...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Um terço a mais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, é um terço da hora normal trabalhada para ficar de sobreaviso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, na verdade, se você não regulamentar isso, o caseiro que dormir na sua casa,...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É isso o que eu ia falar, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ... passar fim de semana, a empregada que dormir, ela vai dormir e ganhar um terço da hora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Exatamente. Então, se a gente não tiver atenção para o tema, a implicação é brutal.

Uma última questão importante que quero retomar aqui: a questão do Refis, proposto por V. Ex^a. Isso também vai no caminho da formalização do trabalho, para evitar a demissão.

Nós temos outras duas preocupações, que foram objeto também de projetos de lei, que eu comentaria apenas rapidamente, Sr. Presidente, para subsidiá-lo, porque eu tenho realmente me dedicado a este tema.

Por exemplo, a questão do aviso prévio. Por incrível que pareça, a lei hoje existente diz: o aviso prévio

de que trata o capítulo x da CLT, aprovado pelo decreto-lei x será concedido na proporção de trinta dias aos empregados que contêm até um ano de serviço na mesma empresa. Apresentamos um projeto aumentando o texto, dizendo: “na mesma empresa ou junto ao mesmo empregador doméstico”, porque hoje o aviso prévio não acolhe – apesar do entendimento do TST de que acolhe –, na legislação vigente, pela literalidade da lei, não acolhe e precisaria acolher.

E uma outra questão que me pareceu bastante importante é a questão das creches. Esse mercado do empregado doméstico é, eu diria – eu vou falar sem um conhecimento mais específico –, mas talvez 90% das mulheres, ou seja, são mulheres que exercem, aproximadamente 90%, eu imagino. Essas crianças dessas mães já têm dificuldades na questão educacional. Enfrentam problemas em razão de a mãe estar o dia todo cuidando, muitas vezes, dos filhos das famílias. Então nós previmos também que seria assegurada às mães domésticas a creche. Assegurada, indiferentemente de ela se inscrever. Comprovou o trabalho doméstico, ela tem que ter assegurada a sua creche, sob pena de descompensar-se por completo a relação de bem-estar que deve ser cultivada entre empregador doméstico e empregada doméstica, porque ela cuida dos filhos, da família, mas a família não se preocupa com a criação dos filhos dela, a qual cuida dos seus filhos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – No caso municipal, evidentemente. A educação nessa fase é do Município. O que eu digo é o seguinte: as vagas têm que ser asseguradas, primeiro pela peculiaridade da atividade, que efetivamente implica cuidar da questão dos filhos para quem elas trabalham e não podem cuidar dos próprios filhos, e por serem mães em 90% dos casos.

Então, além dos aspectos abordados por V. Ex^a – todos eles oportunos –, eu diria que nós temos outros a nos debruçar.

Eu estou à disposição de V. Ex^a. Abordei o aviso prévio e a questão das creches, porque penso que seriam dois ganhos importantes para aquelas que exercem papel fundamental na educação dos nossos próprios filhos.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu deixei...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero apenas registrar a importância da colaboração dos temas levantados pelo Deputado Carlos Sampaio e dizer que todas as questões estão anotadas e que ele participará diretamente da confecção deste trabalho, até porque é muito curioso, profundo e vai ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem, Senador! Por essas razões, eu deixei o tempo livre para o Deputado Carlos Sampaio, que foi quem propôs inclusive que esse fosse o primeiro ponto de pauta desta Comissão. O Deputado apresentou vários projetos, como ele já leu aqui, especificamente o que será um dos objetos principais de estudo do nosso Relator.

A partir de agora, nós vamos definir cinco minutos. Está bom, não é? A gente faz cinco nesta reunião, em cada reunião, mais cinco e, em seis reuniões, V. Ex^a terá os 30 minutos. Então, vamos definir cinco minutos para cada um. E o Senador Pedro Taques terá 30 minutos em seis reuniões.

Senador Pedro Taques

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não vou precisar de cinco minutos. Vou ser bem econômico.

Eu quero parabenizar o Deputado Carlos Sampaio que – me parece – tem uma obra escrita sobre esse tema, pelo que ele aqui levantou.

Só dois pontos. A respeito da amamentação, porque 90% são mulheres, e mulheres têm filhos, e filhos têm o direito constitucional de ser amamentados e as mulheres também, em razão do bem-estar.

O segundo ponto é a Lei 8.009, que estabelece o bem de família. E a única exceção em que é possível a penhora do bem de família é do empregado doméstico. Está bem tratado na Lei 8.009.

Nós precisamos, com esse exemplo, Sr. Presidente, Sr. Relator, atentar-nos para repercussões da Emenda à Constituição, não só na área e seara trabalhista, previdenciária e no que se denomina custo Brasil. Eu estou levantando a repercussão disso no Código Penal; estou suscitando a repercussão em outras legislações. Porque senão, daqui a pouco, nós vamos ter um direito constitucional que vai ser inviabilizado pela norma subconstitucional, o que não seria possível obviamente, porque a norma subconstitucional está por baixo do Direito Constitucional. Mas nós precisamos dessas alterações. Eu estou fazendo esse levantamento e quero que este banco de horas, 2min30, fique arquivado aí.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR – SP) – Olhe, só para acrescentar o que disse o Deputado Carlos. Em relação ao problema de creche no Município de São Paulo, hoje, só em parte da zona sul, nós temos mais de 30 mil crianças sem creche. Então, vai ser um engodo jogar isso para o Município. Eu penso que nós temos que estabelecer o auxílio-creche. Era só isso. Quanto ao resto, estou contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Não está presente. Deu uma saidinha, mas...

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, em primeiro lugar, quero justificar minha pouca assiduidade a esta Comissão, exatamente em função do horário, porque, nesta mesma hora, nós temos a reunião da Comissão de Relações Exteriores, que se reúne na sala ao lado. E eu sou membro da Comissão e frequentemente relato proposições naquela Comissão. Até queria depois sugerir um horário alternativo para que nós pudéssemos... Exatamente...

Então, desculpem-me os colegas se estou chovendo no molhado ao abordar assunto já tratado. Mas, eu considero que a relação trabalho doméstico não é propriamente uma relação de carinho, de afeto, estamos todos na mesma família... É uma relação difícil! A relação salarial envolve um elemento de despotismo, em qualquer circunstância quando alguém é obrigado a vender sua força de trabalho para poder ganhar a vida.

Existe o despotismo patronal que é uma característica da relação salarial. Agora, nossa empresa é uma família! Família é conversa, isso não existe! Na relação do trabalho doméstico – é claro que há todo um clima de afeto, etc –, mas, é também uma relação despótica: o trabalhador ser obrigado a morar na casa do patrão, viver o dia inteiro na casa do patrão, estar sujeito às impertinências do patrão, à malcriação dos filhos do patrão. Não é uma coisa fácil...

Bom... Então... É claro que não há lucro; por isso, evidentemente, que, na PEC que nós aprovamos e que foi universalmente aplaudida, se exclui dos direitos de que desfrutaram os trabalhadores em geral a participação nos lucros para os trabalhadores domésticos. Agora, eu creio que o fato de não ser uma relação que visa ao lucro não justifica a diminuição de alguns direitos que são fundamentais e que devem ser estendidos a todos. Paciência... Nós já aprovamos a PEC! A PEC foi boa, foi justa, e mais: ela vai levar a uma mudança nas relações familiares. Ela vai ter uma repercussão profunda na vida brasileira. Profunda!

Eu tenho todo respeito pelo querido colega o Líder da Câmara. Acho que ele já mencionou algumas iniciativas importantes que já está elaborando e conhece o assunto muito melhor do que eu, evidentemente. Mas minha sensação é a de que o Fundo de Garantia já vem sendo corroído por uma política errada, no meu entender, do Governo de conceder subsídios a programas como, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida. O Fundo de Garantia já vem sendo corroído... Não tem por quê. Ele é uma poupança do trabalhador! Ele foi concebido para isso. Foi uma substituição da regra da

estabilidade – os mais velhos aqui se lembram –, que foi substituída pelo Fundo de Garantia.

Então, eu não penso que seria correto. Eu acho que não seria correto diminuirmos essa poupança que fica à disposição do trabalhador em troca de algum 1% a mais para ser gasto no dia de hoje. Eu acho que a ideia da poupança para os dias difíceis deve ser preservada igualmente para todos.

Igualmente em relação à multa sobre o Fundo de Garantia contra a dispensa imotivada. Essa é uma regra que protege o emprego de todos, seja empregado doméstico... Agora: não visa a lucros. É verdade! Mas há outras instituições também que não visam ao lucro – associações sem fins lucrativos – cujos empregados também têm a proteção dessa regra contra a despedida imotivada. Não é algo que se aplique apenas às instituições, pessoas físicas ou jurídicas, que visem ao lucro mediante a exploração do trabalho alheio. Não há, talvez...

Então, por isso é que eu me permito... Claro que isso vai ser debatido ainda... Mas, minha primeira reação, meus caros amigos, é no sentido de ir com mais cautela nessa proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Sérgio...

O SR. SÉRGIO SVEITER (PSD – RJ) – Sr. Presidente; meus colegas Deputados; Srs. Senadores e Sr. Senador, Relator...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Sérgio, com permissão de V. Ex^a, parece-me que o Senador Jorge Viana está com um problema. Ele veio só para falar... Não há problema de ele...

O SR. SÉRGIO SVEITER (PSD – RJ) – Com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Então, peço-lhe desculpas por interrompê-lo.

Então, vou passar a palavra para o Senador Jorge Viana e, em seguida, para V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Deputado Sérgio, eu e o Senador Aloysio corremos para votar o nome de dois embaixadores e fomos indelicados de lá chegarmos só para votar, mas é assim que é essa vida da gente.

O SR. SÉRGIO SVEITER (PSD – RJ) – O Deputado Vaccarezza, por exemplo, levou falta lá na Câmara...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – E não duvido de sair lá depois que ele é um dos faltosos.

Eu, então, Deputado Sérgio, lhe agradeço. Eu estou indo para uma reunião do Conselho, no Sarah, e não tenho... Mas é um tema...

Eu tenho o privilégio de estar nesta Comissão e fiz até um pronunciamento. Eu entendo que essa conquista que nós tivemos, de procurar mecanismos de trazer para a formalidade mais de seis milhões de trabalhadoras e trabalhadores, é óbvio que é um passo importante, e celebramos todos. Mas, por mais que façamos um debate de horas, de dias, aqui, é uma relação de trabalho completamente diferente das que temos formalizadas no Brasil. Nisso eu concordo com o Deputado Carlos Sampaio, que está procurando algum mecanismo de tentar tratá-la de maneira diferente. E eu não acredito, sinceramente.

Primeiro, eu acho que é necessário que encontremos uma maneira nova, simplificada, de fazermos essa formalização. Mas não acredito que seja possível uma pura e simples adaptação do que temos hoje a essa situação, que é inadaptável. É uma relação, como já disse aqui, mesmo divergindo desse querido amigo Senador Aloysio Nunes, que envolve isto, uma aproximação entre quem gera um emprego e quem recebe o serviço, que não acontece em nenhuma outra relação de trabalho, pelo menos que eu conheça.

Então, nobre Relator Romero Jucá, V. Ex^a fez um relato muito interessante. Mas, por exemplo, a multa. Quanto à ideia de manter o recolhimento do FGTS, eu acho que fazer essa diferenciação é complicado. Mas querer achar um percentual da multa... Nós não vamos fechar essa equação de jeito nenhum.

Eu penso que nós temos aí alguns exemplos de que uma solução difícil para essa relação vai ter que nos colocar diante de um tratamento diferenciado disso, preservando só um ou outro ponto. Mas querer achar um percentual para a multa, por exemplo, acho que vai ser insanável.

Olhe, nós temos um risco. Eu sei que o nobre Senador Pedro Taques vai já colocar, com o conhecimento que tem... Mas, assim, nós podemos sair do informal para o ilegal nessa relação de trabalho e aí termos as mais diversas situações de ilegalidade que há. Mas, durante algum tempo, as convenções entre patrão e empregado estabeleceram algumas regras que foram aceitas por eles.

Eu não sei, nós vamos ter que fazer algo que seja inovador. Quando foi criado o microempresário, criaram-se regras exclusivas para aquela categoria, porque ali era diferente, na busca de trazer. Esta é uma coisa que está abaixo do microempresário, porque o empregado doméstico não é uma pessoa que esteja ali tendo algum lucro com a prestação do seu serviço, ao contrário. Nisso eu concordo com o Senador Aloysio Nunes.

Então, particularmente, a minha maior preocupação é que nós estamos vivendo no Brasil o que chama-

mos de inclusão social, que todos celebram. Pessoas estão ascendendo à classe média e tendo pleno emprego. Ora, é cultural essa relação de ter alguém para cuidar em casa. Outros países já estão longe disso. Nós, não. Nós estamos aprofundando isso. Estamos aumentando as pessoas em casa. Isso está acontecendo no nosso País.

Mas acho, Relator, que uma tentativa de adaptar tudo que nós temos pode não chegar a bom termo. Ter um boleto só, para o recolhimento – concordo! Mas não pode ser uma pura e simples discussão dos percentuais daquilo que um empregador tem que recolher ou que o empregado tem que recolher. Nós temos que encontrar algo que seja realmente mais do que isso. Algo inovador do ponto de vista...

E aí eu concluo dizendo que não sei se vamos ter, para esse caso, salvo algumas questões, um valor geral que vá para um fundo ou que vá para algo e que aquilo possa simplificar definitivamente a... Então, a minha proposta era pensar algo que possa implicar um percentual, um valor, que sirva para cumprir determinados recolhimentos necessários por parte do patrão e por parte do empregado. Era a ideia de início.

Eu inclusive vou trabalhar a construção de alguma proposta, para colaborar nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A ideia é nós termos um padrão, um valor específico, definido. É claro que, para fazer um valor numérico...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – (*Inaudível*.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, x%, mas é isso. A ideia é isso. Só que esse recolhimento é redistribuído, porque o Fundo de Garantia não vai para o Tesouro Nacional. Ele vai para a conta do empregado. Então, o restante vai para o Tesouro Nacional, que vai cobrir as outras despesas. Mas é importante a sua colaboração, e eu aguardo que isso possa ser enviado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Sergio.

O SR. SERGIO ZVEITER (PSD – RJ) – Bem, como eu ia dizendo, eminente Relator, as suas colocações, na minha visão, foram muito oportunas, muito objetivas, porque todos nós estamos passando por esse momento. V. Ex^a mesmo colocou que tem uma empregada doméstica e colocou as circunstâncias que norteiam essa relação. É o meu caso também.

Então, praticamente todos os assuntos que preocupam tanto os empregadores quanto aos empregados, foram abordados na sua colocação, eu sei porque eu estou vivendo esse momento, e estou tendo que tomar decisões também no meu âmbito familiar. Acho que a colocação do eminente Deputado Carlos – hein, Deputado Carlos? – foi muito oportuna, na reunião

passada, de incluir essa matéria na pauta, e acho que, naturalmente, deve ser o Sub-Relator da matéria, pelo que eu estou depreendendo. Gostei muito, Senador Romero Jucá, da sua colocação no sentido de que, na próxima reunião, V. Ex^a vai trazer os principais temas para que cada um de nós, a exemplo do que aconteceu com o Deputado Miro Teixeira, possamos dar a nossa contribuição e possamos, também, nos empolgar com outras matérias tão importantes quanto essas que são colocadas agora, aqui, nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Miro, Deputado Edinho depois, Deputado Miro...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, antes de o Deputado Miro Teixeira falar – quando eu tinha iniciado a minha fala, ele não estava presente ainda –, eu queria registrar, Deputado Miro, que, na próxima reunião, nós traremos, dividido por capítulos, por assuntos, temas que precisam ser regulamentados pela Constituição, que a Constituição exige que sejam regulamentados. São vazios hoje que existem e que, efetivamente, precisam ter prioridade. A ideia é nós dividirmos por temas, por capítulos, por assuntos da Constituição com os companheiros, cada um ser uma espécie de sub-relator para determinado tema. Por exemplo, o Deputado Carlos Sampaio é um especialista na questão da seguridade social. Então, a minha sugestão é de que ele pudesse se debruçar sobre isso.

No caso levantado por V. Ex^a da transparência, de preparar o Prodasen, de ter a questão da legislação brasileira colocada na forma como V. Ex^a defendeu, nós já avançamos nos contatos com o Prodasen, estão aqui os diretores do Prodasen. Então, eu queria sugerir que V. Ex^a pudesse ser o coordenador desse trabalho de transparência, não só da Comissão, mas da legislação brasileira como um todo, junto ao Prodasen, para realmente a gente se preparar. Nós temos o Google das leis brasileiras, efetivamente uma condição de facilitação de acesso e de transparência.

Então, queria sugerir o nome de V. Ex^a para coordenar esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem, Relator.

Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu aceito e agradeço.

E tenho uma outra sugestão antes de entrar nesse assunto. O nosso País tem planejamento para tudo que nós imaginarmos e planejamento de boa qualidade. Estou falando de grandes portos, grandes obras. Planejamento existe. Entra-se nos *sites* dos Ministérios e se vê que há, sim, há, sim, a projeção das necessidades e tudo o mais.

O que está faltando? Está faltando o que se chama de gerenciamento, que não é governamental, não é uma culpa, digamos assim, de governo. Qual é o governo que não quer preparar rapidamente as coisas? É porque há gargalos.

Então, a exemplo dessa discussão sobre emprego doméstico, eu queria pedir que se colocasse também no rol das prioridades o exame que não depende exclusivamente de consolidação das leis, depende de uma desburocratização das atividades. Desburocratização das atividades. Isso aí nós temos que fazer, sem criar o ministério da desburocratização, não é?

Eu fiquei muito impressionado com o dado sobre cheiro e gás, essa tecnologia, espremer lá a esponja, enfim, exploração de petróleo e gás nos Estados Unidos. Parece-me que foi na Pensilvânia, num Estado, houve 2,2 mil autorizações para empreendedores ao longo de um ano. Ao longo de um ano.

Mas imagina qualquer coisa parecida aqui no nosso País. Eu não estou dizendo... É claro que aqui nós temos a nossa Petrobras, que é maravilhosa. E nós todos estamos trabalhando muito para fortalecer a Petrobras. E acho que ela pode sair mais fortalecida até nesse caso especificamente. Mas estou falando também de outros setores. Eu estou falando da construção de estradas de ferro, hidrovia.

Eu ouvi um relato de que não se pode fazer eclusa, que baratearia muito custos de transporte e, consequentemente, daria mais lucro ao produtor de grãos do Brasil, porque você tem discussões sobre um pedaço de uma pedra, que é muito importante. Estaria a bilhões de anos, é claro, mas não é possível que não haja fórmulas legais, alternativas para que se conciliem todos esses interesses.

Então, acho que o desenvolvimento do Brasil tem que ser uma meta nossa também. De que maneira? Acabando com os gargalos. Como trabalharíamos? Ostensivamente, dirigindo-nos às entidades empresariais, por *e-mail* até, pedindo que indiquem que gargalos eles detectam.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Só para registrar a V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Concedo o aparte.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós pedimos já audiência com as confederações, porque elas têm uma pauta de proposição legislativa que pode, efetivamente, caminhar nessa direção. Vamos comunicar essas audiências e convidar todos os membros que quiserem participar: confederações, federações de bancos e centrais sindicais também. Eu acho que temos que trabalhar dos dois lados. Isso já está na previsão do trabalho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Um espetáculo. Agora, vamos desburocratizar isso também. Eu acho que pode ir por *e-mail*, e eles mandarem logo. Eles devem ter estudos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Tem, tem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque nós também temos a solenização das coisas no Brasil, que faz com que elas demorem tudo. Tudo é muito solene. Eu até compreendo... E a audiência pública vira uma falação enorme. Desculpem. Eu não procuro muito as palavras e, às vezes...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu vou encerrar. Tocou a campanha.

Penso que nós temos que criar esse núcleo aqui, a exemplo do que foi criado para essa relevante discussão do emprego doméstico, núcleo que não depende, exclusivamente, de consolidação de leis. Depende de uma modernização – eu não gosto muito da expressão –, depende de uma agressiva leitura do que é necessário para acabar essa discussão bissexta de que o País precisa de gestão. Mas nós temos um papel como legisladores nisso aí, porque o funcionário que está sentado em qualquer repartição está cumprindo uma lei. Somos nós que temos essa responsabilidade e temos que assumi-la. Acho que, desburocratizando, inclusive, essa iniciativa, hoje V. Ex^{as} já podem fazer pelo mecanismo até da entrevista coletiva. Mandem suas sugestões rapidamente. Onde estão os gargalos?

Então, insisto muito que se priorize esse debate. Gostaria que V. Ex^a, depois, se fosse o caso, submetesse, embora V. Ex^a já tenha dito até que havia tomado a iniciativa de visitar algumas confederações e tudo mais... Acho que é para nós começarmos amanhã cedo ou hoje ainda esse tipo de trabalho. O País precisa disso em função do que está-se passando nos Estados Unidos, na Europa, aquele bloco comercial que está sendo feito, que vai se passar a partir daí com o avanço da China, inclusive sobre a África. Há um mundo de questões que não podem nos permitir imobilismo. Não podem permitir imobilismo.

Concordo com o Senador Aloysio Nunes Ferreira em 90% do que disse sobre essa discussão da qualidade, as abordagens até sociológicas dessa relação patrão-empregado no trabalho doméstico. Há uma diferença enorme. É claro que há uma diferença enorme entre outras atividades e o trabalho doméstico na relação com o empregador. É claro que ainda há uma visão atrasada em alguns setores da sociedade, mas não em outros, que já reconhecem os direitos há muito tempo, muito antes da emenda constitucional já contornavam toda a burocracia do Fundo de Garan-

tia. É preciso se registrar como empregador individual para poder fazer...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – É impossível hoje...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É preciso ter o certificado digital...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – É impossível, eu tentei... É impossível.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senadores e Deputados, vamos deixar o debate para depois, porque hoje nosso tempo é exíguo e esse tema vai ser o ponto central do debate aqui até o dia 23.

Deputado Miro, conclua em trinta segundos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu acho até que há uma simplicidade maior em relação à maneira como as coisas estão sendo exibidas. Há uma simplicidade muito maior, basta que o poder público assuma uma transição, porque vai ser preciso uma transição mesmo. Então, que se dê às pessoas, por exemplo, o direito de descontar do imposto a pagar – o lar não tem faturamento, despesas operacionais –, do imposto pessoal a pagar, todas as despesas relativas à equalização da execução dos direitos empregatícios, porque não pode ser pela metade, não pode ser uma coisa assim...

Continua havendo uma diferença entre o emprego doméstico e outros. Por quê? “Não, vai ser um fundo de garantia menor, vai ter isso menor...”. Isso não vai criar as condições de igualdade que nós estamos querendo nessa relação de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Vamos concluir, Deputado

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, Deputado Vaccarezza, eu concluí. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem.

Deputado Edson Araújo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Não, eu sou Edinho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Edinho, eu sei.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Presidente, caro Relator, colegas...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Vamos ouvir o Deputado Edinho Araújo, porque precisamos...

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Colegas Senadores e Deputados, Sr. Presidente, Relator, eu considero oportuna a prioridade dada à emenda constitucional do emprego doméstico. Acho realmente que devemos nos debruçar sobre isso. Trata-se de colher informações em todos os trabalhos já realizados sobre esse tema no Senado, na Câmara e em todas as

unidades da Federação. Se fizermos isso, poderemos avançar, e sem necessidade de audiências públicas. Acho que inicialmente o trabalho deve ser o de coletar informações, dados sobre trabalhos realizados, para evitar o retrabalho, para evitar repetir um trabalho em cima de questões já estudadas.

Com relação a essa questão que V. Ex^a colocou, Senador Jucá, quanto a estudos, reuniões realizadas, com relação à diminuição de alíquotas, de índices, de percentuais: para mim a questão mais importante é a questão do banco de horas, porque isso vai ao encontro dos interesses do empregado, da empregada, do empregador. Estão estabelecidas as 44 horas, mas nós sabemos que muitas vezes o trabalho é maior e muitas vezes é menor, depende de cada realidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Todas as minhas colegas de pilates perguntaram hoje: “Como é que vai ficar o banco de horas?”.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Exatamente, essa é uma questão é muito interessante.

Não sei se nesse caso é apenas a questão de regulamentação. Como é que é? Como é que é o caso desse diploma legal?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vai ser preciso colocar na lei, é preciso haver uma previsão legal sobre banco de horas para o trabalho doméstico.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Era isso que eu gostaria de dizer. Coloco-me à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem.

Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Como não sou membro, Presidente, gostaria apenas de dar uma rápida colaboração – possivelmente repetindo coisas que já foram ditas aqui.

Eu queria passar apenas um pouco da perspectiva que esta Comissão Mista tem da colaboração...

(Interrupção no som.)

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ... os dois polos mais importantes são, de fato, concordando com tudo o que foi dito aqui, especialmente pelo Senador Aloysio... Essa relação, de fato, passa a ser completamente diferente, nós temos uma nova relação estabelecida daqui para frente, mas a expectativa em um polo é de haver a devida regulamentação dessa decisão do Congresso Nacional, unânime na Câmara e no Senado, do trabalho doméstico.

Mas eu gostaria também de abordar, de forma muito ampla, outro polo, que é a proteção de algo que, por exemplo, assusta empresas privadas, que é o chamado passivo oculto. O passivo oculto, para a família, é algo ainda muito mais grave. Nós estamos falando

de relações entre o empregado e o empregador doméstico que podem ocorrer de forma absolutamente estável, durante 10, 15, 16, 18, 20 anos. E, da mesma forma que as relações matrimoniais muitas vezes se vão do dia para a noite, uma relação dessas pode se encerrar. É importante caracterizar que eu não sou especialista em Direito do Trabalho – seguramente, nós temos outros aqui –, mas a justa causa, dentro de um ambiente doméstico, é muito difícil de caracterizar. No ambiente empresarial, onde eventualmente uma relação homem-máquina testemunha um número maior de pessoas que acompanham a relação, a relação probatória se dá de forma absolutamente diferente. O que eu quero dizer com isso? Que a família brasileira que continuar podendo dispor desse tipo de serviço precisa ter algo absolutamente desburocratizado, de forma que os recolhimentos possam ter um tipo de proteção automática, digital de proteção dessas informações, porque, Senador Pedro Taques, Numa relação depois de 16 anos, se houver uma decisão, por exemplo, de não haver alteração da multa do FGTS de 40%, pode significar talvez a venda do bem daquela família para completar essa multa, e é penhorável. Nesse caso não se aplica... É a única hipótese.

Portanto, no sentido de proteger a família brasileira, que ainda possa dispor desse serviço, pensar em circunstância que o chamado passivo oculto possa ser diminuído nessa relação de contratação.

Era essa a colaboração.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB – TO) – Presidente, eu vim só fazer uma vista a esta douta comissão. Há 20 anos eu militei na... É uma ponderação muito perfeita. O passivo oculto é muito grave. Essa PEC das Empregadas, louvável, mas eu disse no plenário, eu disse numa comissão que aqui é uma Casa de Leis. Nós não temos o direito de errar.

Essa PEC, para mim, vem consertar uma anomalia jurídica. Mas nós erramos demais nessa PEC em vários aspectos. O item 29 e outros foram tão bem colocados certa vez pelo nosso eminente e competente Líder Aloysio Nunes. Essa Lei tem muito a se consertar e por isso que esta comissão está aqui a discutir.

Mas eu volto a repetir esses dois detalhes que o nobre colega mencionou. Com esse passivo oculto, essa família pode perder o seu bem de maior valor, que é a sua residência. Esse outro ponto da justa causa. Mesmo nas empresas, é muito difícil. O art. 482 da CLT, letra A, improbidade, é muito difícil. Então, eu penso que nós temos que rever. É isto que esta Comissão está fazendo, inclusive o Senador Jucá, o nosso brilhante Senador Pedro Taques. Nós temos que fazer as devidas correções, porque essa Lei veio em boa hora,

mas está muito defeituosa a meu ver. Só isso que eu queria registrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Relator Jucá, para as últimas palavras.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o debate é intenso...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me... Desculpe-me Sr. Relator.

Sr. Presidente, eu digo o seguinte: nós temos sete milhões de empregadas domésticas. É isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O número, grosso modo, é sete milhões de empregadas domésticas, 1,6 milhão a 1,8 milhão regularizadas; 1,5 milhão a 1,6 milhão terceirizadas, e o restante sem vínculo, nenhum tipo de regularização.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Minha pergunta é a seguinte: nós temos de tratar também essas empregadas domésticas que deixarão de ser empregadas domésticas em razão de questões econômicas ligadas à questão previdenciária, trabalhista e o custo Brasil. Nós precisamos – e o Ministério do Trabalho precisa – qualificá-las para que elas possam ter a colocação no mercado de trabalho em outros setores. Nós precisamos disso também: pensar junto com o Ministério do Trabalho. Daí a importância de o Ministro do Trabalho vir aqui – eu fiz um requerimento nesse sentido – e dê conta ao Congresso Nacional de que maneira o Ministério do Trabalho está pensando acerca disso.

Eu já ouvi casos, da data da aprovação da emenda até o da promulgação da emenda – agora –, de dispensa. São empregadas que não querem mais trabalhar, ou empregador doméstico que está preocupado, daí a necessidade dessa regulamentação. Mas nós precisamos pensar também que vamos ter um problema social de desemprego, porque precisamos qualificar essas pessoas para outro mercado de trabalho. Nós, o Executivo; não o Congresso Nacional.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas, pela oportunidade e já finalizando a reunião, quero dizer ao nobre Relator que estou a sua inteira disposição, seja na figura de Coordenador, de Sub-Relator. Mas, na verdade, em termo de sistemática de trabalho, de metodologia de trabalho, eu quero realmente me colocar a sua disposição. Se pudéssemos nos falar hoje à tarde para combinarmos uma metodologia... Porque nós temos um prazo... E até poderíamos (coloco-me a sua disposição) fazer reuniões concomitantes ou separadamente... Enfim, para que pudéssemos estabelecer uma metodologia de trabalho para que realmente, até dia primeiro, tivéssemos uma definição desse assunto que, como bem disse o Senador Pedro Taques, aflige a todos e já começa a haver questionamentos em es-

critérios de contabilidade sobre ser melhor tomar uma decisão antes da regulamentação. Então, me preocupo muito com isso também.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Na verdade, nosso prazo é exíguo. Temos de dar uma resposta à sociedade brasileira – rápida. Todos os pontos que foram levantados aqui são sérios. A solução é complexa, heterodoxa e não é simples de fazer. A colaboração de todos vai ser importante, mas eu gostaria de registrar que, particularmente, o Deputado Carlos Sampaio será contatado. Nós vamos trabalhar a quatro mãos nessa questão e vamos tentar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Peço reciprocidade no aparte. Para V. Ex^a, por favor, se preocupar também, porque dará problema na Justiça adiante o adicional de serviço noturno...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já falei isso no começo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E insalubridade...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Falei também. Insalubridade, adicional noturno, viagens, seja para o exterior...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque haverá demanda trabalhista.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Porque, na verdade, é o seguinte: pela lei, hoje, nem que se queira pagar mais de três horas, você não pode pagar. E, na verdade, haverá peculiaridades em que a relação estará estendida a mais de 10 horas. Nós vamos ter de verificar como conduzir essa questão. É um...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me só... Este tema é prioritário; mas, no Brasil, tudo é prioritário. A questão da regulamentação do direito de greve do servidor público é prioridade também, a regulamentação da legislação trabalhista é prioridade também.

Então, sem querer fazer algo rápido, seria interessante que já pudéssemos dividir aqui... Nós temos um especialista aqui que tem obras escritas sobre isso e para que possamos tratar de outros temas.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senador Pedro Taques, o Relator apresentou um plano de trabalho e, em seu plano de trabalho, para a próxima reunião, ele vai trazer vários temas que ele considera prioritário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Por blocos...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Por blocos...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E aí nós vamos definir por blocos para não dar um tema só, porque, na verdade, são temas correlatos. Então: a

questão trabalhista, a questão da educação, a questão da saúde, a questão econômica. São pontos que, efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Isso. Então, o Relator trará, na próxima reunião, por blocos.

Além disso – sobre a próxima reunião –, houve reclamações justas de dois Senadores quanto ao horário da quinta-feira. Nós não vamos encontrar um horário que atenda a todos, mesmo assim eu quero sugerir que nós façamos essas reuniões todas as terças-feiras, às 14h30.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas tem a reunião da Comissão do Código Penal... E há três Senadores lá também...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – É que este horário está bom para uma parte e não está bom para outro.

Então, vamos fazer o seguinte: às terças-feiras, às 14h30, teremos que reunião aqui?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É a Comissão Especial do Código. De seus onze Senadores, três estão aqui.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há comissões especiais de código na Câmara também.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – São 11 Senadores, e 3 estão aqui.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É claro, vamos botar o Congresso para trabalhar um pouco mais. Quem não puder ficar pode ir para outra comissão, não é compulsória a presença nesta Comissão, vai embora quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Miro, os Deputados pediram para não ser quinta à tarde, porque têm outras atividades lá na Câmara. Para mim, pode ser qualquer dia. Agora, nós sabemos que há atividades parlamentares também fora de Brasília.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quinta às 7 da manhã, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Vamos fazer o seguinte. Não vamos discutir. Depois eu vou consultar pessoalmente cada um sobre horários, e nós vamos montar uma grade. O que atender à maioria nós vamos fixar para a semana que vem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas para registrar que, na quinta à tarde, não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Está bem. Na semana que vem, uma alternativa pode ser quinta à tarde.

Eu vou convocar reunião para a próxima semana. Até amanhã eu vou consultar todo mundo. Então, nós

convocaremos para a próxima semana com horário a discutir. Há bons horários propostos e nós vamos decidir.

Segundo ponto: a reunião da próxima semana, ainda sem pauta definida, será iniciada com a proposta do Senador Jucá dos principais blocos. A ideia é nós termos esses temas emergentes, esses temas que são candentes, mas há uma série de trabalhos de consolidação de leis que já estão prontos aos quais nós já vamos dar encaminhamento. Se o Senador Jucá puder trazer esses itens que, segundo levantamento dele, o Supremo já encaminhou para o Senado, nós podemos já tomar essa decisão, ainda que isso não esteja previsto na pauta. Não quero escrever e depois não estar pronto... Então, vou fazer uma pauta com o que ocorrer.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já há três votos aqui para quinta-feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Resolvido o problema da Câmara. Quero consultar os Senadores. Se estiver resolvido, vai ser quinta-feira à tarde. Será às 14h30 ou às 14 horas se for quinta?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pode ser às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Tudo bem, então é o seguinte.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião... – Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DESTINADA A CONSOLIDAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL E A REGULAMENTAR DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2013, às 14 horas e 19 minutos, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida sob a Presidência do Deputado **Candido Vacarezza (PT/SP)** e com a presença dos Senadores: **Romero Jucá (PMDB/RR)** e **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)**, e dos Deputados **Edinho Araújo (PMDB/SP)**, **Carlos Sampaio (PSDB/SP)**, **Sergio Zveiter (PSD/RJ)**, e **Miro Teixeira (PDT/RJ)**. Deixaram de comparecer os Senadores **Vital do Rêgo (PMDB/PB)**, **Jorge Viana (PT/AC)**, **Pedro Taques (PDT/MT)**, e **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)**; e o Deputado **Arnaldo Jardim (PPS/SP)**. Na ocasião o Relator, com anuência da Presidência definiu sub-relatorias para a Comissão da seguinte maneira:

Subrelator	Tema
Senador Aloysio Nunes	Servidores Públicos, Administração Pública.
Senador Romero Jucá	Direitos dos Trabalhadores, Da Ordem Econômico-Financeira, Tributação e Finanças Públicas.
Senador Pedro Taques	Poder Executivo, Poder Judiciário, Estado de Defesa, Estado de Sítio.
Senador Antônio Carlos	Competências Privativas do Poder Judiciário.
Senador Jorge Viana	Da Organização do Estado.
Deputado Carlos Sampaio	Seguridade Social, Saúde, Previdência Social, Educação, Cultura, Jovens, Índios.
Deputado Miro Teixeira	Segurança Pública e Proteção à Família Vítima de Crime.
Deputado Sérgio Zveiter	Comunicação Social.
Deputado Arnaldo Jardim	Competências Privativas do Poder Executivo.
Deputado Edinho Araújo	Legislação a ser anulada

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Esclareço que a presente reunião destina-se à apresentação de propostas para regulamentação da Emenda à Constituição nº 72, de 2013, e apresentação da divisão de trabalho.

A rigor, o compromisso de hoje não era a apresentação de proposta. Como o Senador Jucá tinha sugerido, pelo que eu entendi, seria a divisão de trabalho entre os membros e, se algum membro quisesse fazer a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 72, faria. Mas o nosso compromisso de discussão é na próxima quinta-feira, dia 25. Então, dia 25, nós vamos debater o tema. Hoje o Senador Jucá apresentará, com tempo hábil, e distribuirá para todos os membros da Comissão a proposta e nós chegaremos aqui no dia 25 para a discussão. Hoje faremos apenas a distribuição de tarefas entre os membros da Comissão e o que ocorrer.

Com a palavra o Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só para reafirmar suas colocações, Presidente Vaccarezza, no nosso cronograma, nós queremos, na próxima semana, antes da reunião de quinta-feira, disponibilizar já um roteiro, enfim, uma minuta da regulamentação da questão da PEC do emprego doméstico. Eu quero avisar antes para que os Parlamentares possam tomar conhecimento, para não distribuímos na hora e ficarmos, de certa forma, perdendo tempo. Então, a ideia é, antes da quinta-feira, nós disponibilizarmos esse material. Faríamos a primeira discussão na quinta-feira, da forma como pactuamos aqui na reunião anterior.

Na reunião de hoje, para dar celeridade aos trabalhos e envolver todos os Parlamentares, pelo menos aqueles que tiverem disponibilidade na discussão e na proposição de questões da regulamentação da Constituição, eu trouxe aqui quadros por setor, porque a ideia seria descentralizar, como se nós criássemos um sub-relator para determinados assuntos e este faria junto comigo o trabalho e, eventualmente, enquanto fica pronto, vamos interagindo, preparando relatório sobre determinado assunto ou proposta e apresentando à Comissão. Então, na verdade, nós vamos trabalhar em moto contínuo.

Eu dividi, Presidente, em alguns temas que eu gostaria de registrar. Como não temos a presença de todos, o ideal seria que todos estivessem presentes para verificar afinidades e que tipo de assunto cada um preferiria conduzir. Mas, como não estão aqui, de certa forma, vamos tentar ir distribuindo e, depois, se houver a recusa, se não houver a possibilidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É. Vamos por tentativa e erro. Então, vamos avançando.

Na área do Poder Executivo e do Poder Judiciário, nós temos vários títulos e dispositivos a serem regulamentados, como a atribuição de vice-presidente, nova eleição em cargo de vacância, regime especial de pagamento de precatório, definição de medidas coercitivas no estado de defesa, definição de medida restritiva no estado de sítio.

Eu conversei com o Senador Pedro Taques e ele se disponibilizou a relatar essas matérias, a estudar e se aprofundar nelas. Então, eu queria sugerir que o Senador Pedro Taques fosse o encarregado desses itens. Eu repassarei a ele. Seria ele o responsável por dar o primeiro tratamento a essas questões.

Qual é a ideia? A ideia é cada sub-relator levantar o que há de texto tramitando, enfim, fazer um apanhado. A ideia não é desconsiderar outras contribuições de Parlamentares que já estão em andamento, mas, na verdade, consolidar isso e, a partir daí, construir um texto comum que a Comissão possa apreciar.

No caso da comunicação social e liberdade de informação, o Deputado Sergio Sveiter tinha conversado comigo. Então, a gente está sugerindo que o Deputado Sergio Sveiter possa ser efetivamente o sub-relator dessa área de comunicação e liberdade de informação.

A questão de servidores públicos e Administração Pública, direito de greve dos servidores, limite remuneratório de exclusão, atuação integrada das administrações tributárias, disciplina de participação do usuário na Administração direta e indireta, lei de defesa do usuário do serviço público, como o Senador Aloysio Nunes Ferreira tem um projeto de regulamentação de direito de greve, eu queria sugerir que o Senador Aloysio Nunes pudesse ser o Parlamentar responsável por trabalhar nessa área.

Nós temos aqui a organização do Estado; seguridade; saúde; previdência social; educação, jovens e cultura; segurança pública e proteção à família; competência privativa; e outras duas questões aqui também eu gostaria de repassar. Eu levantei as matérias de competência privativa do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Mas eu queria passar esses dois assuntos para um Parlamentar levantar também o que está tramitando aqui, o que foi encaminhado e, se não foi encaminhado, que nós contactemos o Poder Judiciário, em tese, para fazer esse tipo de entendimento. Nós não vamos poder propor, se não for encaminhado, o dispositivo. Nós podemos articular junto ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário a necessidade efetivamente de se completar essa questão. Então, eu queria propor... O Deputado Carlos Sampaio está chegando agora. Nós estamos definindo aqui ações para o que chamamos de uma espécie de sub-relator para deter-

minados temas. Nós já propusemos aqui: na questão de comunicação, o Deputado Sergio Sveiter; na questão de poderes do Judiciário, de regulamentação de atribuições do vice-presidente da República, estado de defesa e estado de sítio, o Senador Pedro Taques, que tinha proposto que pudesse relatar. E eu queria propor que V. Ex^a pudesse tratar da regulamentação da questão da seguridade social, saúde, previdência, educação, cultura, jovens e índios, ou seja, esse aspecto mais social, tendo em vista a sua integração e a sua disponibilidade. Não sei se...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a. Darei tudo de mim para poder desempenhar bem essa função, Sr. Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós temos aqui organização do Estado e segurança pública e proteção à família vítima de crime. Não sei se o Deputado Miro Teixeira, que já está encarregado da questão... V. Ex^a já está encarregado da questão da transparência e de todo esse trabalho com o Prodasen. Nós temos aqui dois itens: segurança pública, proteção à família vítima de crime. Há alguns dispositivos da Constituição que precisam ser regulamentados. E temos organização do Estado, criação de Municípios, colaboração de interesse de entidades federadas, águas e depósitos. Então, não sei se V. Ex^a tem interesse em algum dos dois temas. Como V. Ex^a está presente, tem prioridade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tenho sim. Tenho interesse, sim. E todo trabalho que V. Ex^a quiser me dar, estou às ordens.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, V. Ex^a pode escolher.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estava aqui, quero lhe pedir desculpas, abrindo o *site* da Câmara, porque nós já temos no *site* da Câmara separado isso que V. Ex^a está dizendo, o que tem proposição e o que não tem proposição. Então, esse levantamento está praticamente feito. Aliás, está feito.

E há outra questão que eu gostaria de submeter a V. Ex^a, porque existem as leis que foram recepcionadas pela Constituição de 1988, não havendo talvez necessidade de uma nova lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Essas não estão aqui. O que não tem vazio legal efetivamente, o que está recepcionado nós não colocamos nesse primeiro levantamento, porque a prioridade nossa é trabalhar em cima do que ainda não há.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E sem proposta, a rigor, existem uns 75 dispositivos. Eram esses que eu estava procurando. No final, eu lhe falo, para não interromper, mas eu estou muito mais interessado, voto fácil a esse trabalho, mas eu queria muito participar da questão da desburocratização, porque eu penso que há um nó enorme nisso aí. Eu estou com um entusiasmo grande nessa questão que

envolve não só a Constituição, como algumas leis e, às vezes, até regulamentos. O Deputado Vaccarezza me falava, por exemplo, de decreto que deu origem a algumas espécies de regulamentos e, depois, o decreto foi revogado, mas os regulamentos estão em vigor, a rigor, sem nenhuma base de nada. Mas eu aceito o que V. Ex^a quiser.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Aqui temos dois temas. V. Ex^a pode escolher. Na verdade, nós temos segurança pública e proteção à família, é preciso regulamentar as questões de combate ao terrorismo, a lei de terrorismo, organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e assistência aos herdeiros e dependentes carentes de vítimas de crimes dolosos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu aceito. Agora V. Ex^a não me retire, por favor, da desburocratização...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. Claro que não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque eu estou avançando.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a tem competência para assumir muito mais coisa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É porque eu estou avançando com muito entusiasmo nisso e já tenho algumas respostas até muito boas para, um dia, submeter a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, para a questão da organização do Estado, eu vou sugerir o Senador Jorge Viana, porque...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E V. Ex^a vai me entregar agora mesmo uma cópia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vou entregar agora. Já é para entregar.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Jucá, não precisa se preocupar. Na ata desta reunião, eu vou incluir todo esse trabalho que o Jucá apresentou para todos terem conhecimento, porque alguns Senadores não vieram. Então, dessa forma, nós vamos incluir na ata. Então, V. Ex^{as} vão ter acesso a tudo o que ele está falando e aos detalhes, que ele não falou, mas estão escritos aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Para a questão de competência privativa do Poder Executivo para fazer o batimento eu poderia propor o Deputado Arnaldo Jardim, talvez.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Do Arnaldo Jardim seria qual tema, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Seria o que é competência privativa do Executivo, que falta regulamentar. Nós estamos levantando isso, verificando se já foi encaminhado para cá. Se já o foi, vamos agregar. Se não foi encaminhado, a ideia seria contactar o Poder efetivamente dizendo: “olha, nós estamos fazen-

do uma regulamentação de tudo e está faltando esse dispositivo” para que pudéssemos, de certa forma, ter uma ação proativa no sentido de articular. Então, do Deputado Arnaldo Jardim seria isso.

E da competência privativa do Poder Judiciário, eu vou propor o Senador Antonio Carlos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Meu caro Relator, desculpe-me. Naquela hora eu estava procurando exatamente isto e agora consegui encontrar – V. Exª o tem seguramente –: são 369 os dispositivos da Constituição sujeitos a regulamentação; regulamentados são 251; não regulamentados, 118; com proposições, 77; e sem proposições, 41. Isso nos dá um roteiro de trabalho...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós temos uma tarefa árdua pela frente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... para começarmos pelos 41.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com proposição?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com proposição são 77. Eu posso mandar isso por *e-mail*.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero só registrar, Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E sem proposição?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sem proposição, 41.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Na ordem econômica e financeira, já estou trabalhando. Vou evocar. E na questão do direito dos trabalhadores e na questão da doméstica já estou trabalhando também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senador, faço apenas uma sugestão – o Senador não está presente, e eu não poderia nem falar por ele, mas quero propor isso –: essa questão do Judiciário, será que o Senador Pedro Taques não teria...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Senador Pedro Taques já preferiu cuidar da questão de Poderes de Estado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então já tem uma outra?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Tem uma outra já.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É que eu imaginei que essa tivesse a ver com a atividade dele.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Senador Pedro Taques já preferiu outra. Ele não pôde estar presente, me procurou, eu conversei com ele, que ficou com o estado de defesa, estado de sítio...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ou seja, ele continua Ministério Público.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É. Estado de defesa, estado de sítio e outra. De mais dois dispositivos, ele ficou de cuidar.

Presidente, esse é o posicionamento.

Agora vamos... O Deputado Carlos Sampaio não tinha chegado ainda, mas nós combinamos que, na próxima semana, antes da reunião de quinta-feira, eu vou disponibilizar a minuta para os Parlamentares da questão do emprego doméstico. Nós temos avançado bastante. Nós tivemos reunião com o Presidente do TST e a Ministra Delaíde. Eu estive, em reunião com o Ministério Público do Trabalho, conversando sobre essa questão com vários segmentos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Foi conversado no TST então. Eu havia sugerido exatamente isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Conversamos no TST, que ficou de, com base nessa minuta, colocar a disponibilidade técnica. É claro que eles não vão antecipar julgamento, mas podem, à luz de toda jurisprudência, de toda experiência, ajudar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A jurisprudência está bem consolidada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Está consolidada. E eu disse ao Presidente do TST que a nossa ideia não é criar uma lei que vai aumentar a demanda judicial para a Justiça do Trabalho. Nossa ideia é criar uma lei que diminua, tranquilize...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E materialize aquilo que até hoje é fruto de julgamentos diferenciados.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Essa apresentação que o Senador Jucá fez é um processo. Há outros temas, outros Deputados e Senadores... O Deputado Miro sugere que V. Exª passe a parte para o Deputado Edinho Araújo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu queria propor que o Deputado Edinho pudesse se concentrar na questão da legislação que nós vamos anular. Quer dizer, existem hoje várias leis que não pegaram, existem várias leis que estão obsoletas, que precisam ser revogadas. Então, como esse é um trabalho em que se vai precisar consolidar tudo, o Deputado Edinho, se pudesse exercer essa tarefa... E essa é uma tarefa em que nós podemos, à medida que for sendo identificada, ir agindo rapidamente. Então, na verdade, o Deputado Edinho seria um exterminador de leis que não existem mais e ajudaria a desburocratizar também, que é uma preocupação do Deputado Miro Teixeira sempre. Essa lei não pegou, é uma lei anacrônica, mas existe. Então, ela, de repente, pode vir a assombrar qualquer cidadão com uma ação, com um levantamento, com uma questão, porque ela faz parte do arcabouço jurídico. Então, se o Deputado Edinho pudesse exercer essa tarefa...

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – À exceção, entulho? Não?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Entulho também.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Também? Era muito usado no passado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Também, tudo que for anacrônico, tudo que for despiçando, tudo que for não aplicável, tudo que foi revogado, tudo que está pairando.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que antes da Lei Complementar nº 95, usava-se a expressão “revogadas as disposições contrário”. Então, era uma loucura.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Ninguém sabe o que é “em contrário” e o que não é.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, acho que mesmo essa divisão apresentada pelo Senador Jucá pode sofrer ajustes no caminho.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Essa tarefa que ele pede ao Deputado Edinho é, acho, extremamente importante.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Preciso responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Sei que é o maior volume de trabalho. Senador, como V. Ex^a sabe, se temos mais de 180 mil dispositivos, esse será um trabalho que o Deputado Edinho pode coordenar e que todos que puderem ajudar – eu, apesar de ser Presidente, vou ajudar nessa parte – devem fazê-lo. Temos uma experiência desse levantamento na Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É o primeiro trabalho, tirando a questão das domésticas, que vamos tratar com urgência, que pode apresentar resultados.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – É a noção que V. Ex^a apresentou é a mais adequada. Não vamos esperar concluir tudo para votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, na medida em que houver sugestões, vamos discutindo, aprovando, mandando alternadamente para o Plenário da Câmara e Senado. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – A primeira tarefa seria levantar o que já foi feito porque o Governo Federal, desde a época do governo Fernando Henrique, em que era encarregado o – não me lembro o cargo dele de então – atual Ministro Gilmar Mendes, que fez um trabalho extremamente importante e enviou para cá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Era Secretário de Assuntos Jurídicos. Durante o governo do Presidente Lula já foi feito também esse

trabalho, hoje já foi feito, e, na Câmara, há um grupo de consolidação – o Deputado Miro participou, eu era o coordenador –, e fizemos o levantamento de 12 áreas diferentes e já deixamos pronto. Então, já há um trabalho feito. Havia antes, mas não havia sido concluído. Nós concluímos, em 2007/2008, o trabalho em 12 áreas, mas está parado lá na Câmara. Poderíamos trazer de volta. Achei muito importante a tarefa proposta para o Deputado Edinho.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, aceito a missão, na expectativa de que contarei com a colaboração de todos, sobretudo desse trabalho já realizado. Espero responder a contento a expectativa de V. Ex^a

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – V. Ex^a tem competência de sobra para fazer isso e muito mais. Temos certeza de que vamos fazer rapidamente a liquidação de leis que não se coadunam mais.

Senador Aloysio, V. Ex^a não estava presente. Aqui distribuímos temas e ações de regulamentação de leis que precisam ser regulamentadas. Eu sugeri para V. Ex^a, na sua ausência, mas levando em conta a sua competência e tendo em vista que V. Ex^a tem já um projeto no que diz respeito ao direito de greve de servidores públicos, alguns temas que são de servidores públicos, administração pública e serviços públicos, de regulamentação como prioridade.

Quais seriam eles? Direito de greve dos servidores públicos, limites remuneratórios de exclusão das parcelas indenizatórias, atuação integrada das administrações tributárias dos entes federados, disciplina da participação do usuário na Administração Pública direta e indireta e Lei de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, me permite? A respeito da regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, considero essa uma tarefa impossível, inalcançável, porque o meu projeto de lei, que apresentei no ano passado, foi distribuído para várias Comissões, e uma delas tem como Relator o Senador Paulo Paim. De modo que considero que essa matéria é irregular e inatendível.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Veja bem, se propusermos aqui, teremos um rito sumário da proposta. V. Ex^a tem a condição, e é por isso que estou repassando a V. Ex^a. Na verdade, vamos ter a condição aqui de dar um rito mais rápido discutir e, alternadamente, encaminhar para a Câmara e para o Senado para votação. Essa é uma matéria urgente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aceito, com prazer.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – O Senador Aloysio é próprio para tarefas impossíveis.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É claro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vivemos um problema desses agora, no ao passado, na Comissão do Código de Processo Civil, na Câmara. Pedimos a juntada de todos os projetos relativos ao Código de Processo Civil. Deu certo. Deu certo, porque foram aproveitadas muitas ideias, outras tiveram parecer contrário da Comissão. Não sei se seria aplicável porque, aqui, temos uma comissão mista. Esse caráter semiavocatório – avocatório pode ser uma palavra dura para os ouvidos de alguns, para o meu não o é, não é nada problemático – dá mais funcionalidade. O que está tramitando de um modo geral – aliás, foi parte da fala inicial – é o típico caso de proposta sujeita à regulamentação, que tem proposição. Então, essas proposições têm que vir, pelo menos por cópia, para a Comissão para que seja examinada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Claro, essa é a ideia.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O correto, e nós aplicamos lá na Câmara dos Deputados, é que a tramitação passe a ser na comissão especial. Não sei se, em se tratando de comissão mista, isso é possível.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não sei. É acho que, para não chocarmos o regulamento, a ideia é que cada um possa levantar aquilo que está tramitando e, por cópia, trazer como contribuição. E se faz uma proposta aqui, e será uma proposta da Comissão, portanto, com uma força e com um rito muito mais rápido.

Na verdade, o trâmite é o seguinte: no Senado, passa em uma Comissão de mérito e Plenário. Não tem mais do que isso. Na Câmara, passa na CCJ, em uma comissão de mérito e Plenário. Esse é o trâmite, alternadamente entrando em uma Casa e em outra. Esse é o rito.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, não há nenhuma inscrição. Faço, então, o seguinte encaminhamento. Sobre as questões que o Senador Jucá apresentou, vamos colocar na ata da reunião, além do que ele falou, porque há vários dispositivos que estão inscritos...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Os que estão levantados. Cada um vai receber...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Os itens que estão levantados. E cada Senador, cada Deputado ficará sabendo o que o outro está fazendo. Se quiser colaborar, pode colaborar e ter conhecimento. É para todos terem conhecimento. Vou colocar na ata da reunião.

O segundo ponto é o seguinte: hoje, esta reunião foi convocada com esse objetivo. No dia 25, quinta-feira, às 14h – peço a todos que cheguem às 14h – vamos discutir já a proposta de regulamentação da PEC do

trabalho doméstico. O Senador Jucá distribuirá com antecedência para todos terem conhecimento e chegarem aqui já com as críticas, as sugestões de operações para, se possível, sairmos com a proposta da Comissão no dia 25. Isso seria o ideal. Poderíamos, então, encaminhá-la.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Se não for possível, pelo menos estará pautada a discussão já com os moldes...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Antes de 1º de maio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Isso. Era o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Sei que não houve da parte do Senador Jucá e nem da parte da Comissão nenhum atropelo, nenhuma medida açodada porque os temas são amplamente discutidos, são conhecidos. A nossa preocupação é aprofundar o tema e resolver o problema.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para contribuir com o Relator, fiz aqui um resumo dos cinco projetos de lei que tramitam, de autoria do PSDB – encaminhei na condição de líder – com uma síntese da proposta para tão somente, repito, subsidiar e ajudar no trabalho do Relator. Passo às mãos de S. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Recebo com muita gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Antes de encerrar a reunião, lembro que não coloquei em votação a ata da reunião anterior. Vamos aprová-la agora.

Em votação a ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Antes, porém, está convocada a próxima reunião para o dia 25, às 14h. Eu gostaria de registrar a presença da Associação Contracs, que entregou a todos os Senadores e Deputados uma contribuição para a regulamentação da Emenda à Constituição nº 72.

Agradeço a participação dos representantes da Contracs e de todos os que estiveram aqui na reunião.

Está encerrada a reunião. – Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA DO SENADO FEDERAL DESTINADA A EXAMINAR O PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 236, DE 2012, QUE REFORMA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião da Comissão realizada em 09 de abril de 2013, às 14 horas e 47 minutos, na Sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a presidência do Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) e com a presença dos Senadores(as):**

Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Armando Monteiro (PTB-PE) e Jayme Campos (DEM/SE). Não compareceram os Senadores(as): Lídice da Mata (PSB-BA), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Benedito de Lira (PP/AL), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Magno Malta (PR/ES), na oportunidade foram apreciados os seguintes Requerimentos:

Número	Ementa	Autor
<u>009/13</u>	<p>Requer a realização de audiências com vistas a colher subsídios, sugestões e críticas sobre o PLS n. 236, de 2012, com a presença dos seguintes convidados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Antonio Nabor Areias Bulhões, Advogado e membro da Comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal; 2- Artur de Brito Gueiros Souza - Procurador Regional da República e Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 3- Carlos Miguel Sobral - Chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal; 4- Cássio Maltos Honorato - Promotor de Justiça no Paraná; 5- Cláudio Lemos Fonteles - Procurador-Geral da República de 2003 a 2005; 6- David de Paiva Costa Tangerino - Advogado e Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 7- Defensor Público-Geral Federal 8- Dráuzio Varela – Médico 9- Emanuel Messias Oliveira Cacho - Advogado e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal 10-Fernando Fragoso - Advogado e Professor da Universidade Cândido Mendes (RJ) 11-Fernando Henrique Cardoso - Sociólogo e Ex-Presidente da República 12-Gamil Foppel El Hireche - Advogado e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal 13-Gilson Dipp - Ministro do ST J e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal; 14-Janice Ascari – Procuradora Regional da República; 15-João Daniel Rassi – Advogado e Coordenador regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; 16-José Mariano Beltrame – Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; 17-José Muiños Piñeiro Filho - Desembargador do TJ/RJ e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal 	Sen. Pedro Taques

	<p>18- José Paulo Baltazar Júnior - Juiz Titular da 1ª. Vara Criminal de Porto Alegre (RS), especializada em Crime Organizado, Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Dinheiro.</p> <p>19- Juarez Estevam Xavier Tavares - Professor Universidade Estadual do Rio de Janeiro</p> <p>20- Juliana Garcia Belioque - Defensora Pública e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal</p> <p>21- Luiz Flávio Gomes - Professor e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal</p> <p>22- Luiza Nagib Eluf - Procuradora de Justiça e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal</p> <p>23- Marcelo André de Azevedo - Promotor de Justiça e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal</p> <p>24- Marcelo Leal Lima Oliveira – Advogado e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal;</p> <p>25- Marcelo Leonardo – Advogado e membro da Comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal;</p> <p>26- Marco Antonio Marques da Silva - Desembargador do T J/SP e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal</p> <p>27- Maria Tereza Uille Gomes - Procuradora de Justiça no Estado do Paraná.</p> <p>28- Melissa Blagitz de Abreu e Silva - Procuradora da República</p> <p>29- Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</p> <p>30- Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República</p> <p>31- Ministro de Estado da Justiça</p> <p>32- Ministro Presidente do STF</p> <p>33- Ministro Presidente do STJ</p> <p>34- Pedro Markun - Líder do Transparência Hacker (Organização sem fins lucrativos de ativismo digital)</p> <p>35- Pierpaolo Cruz Bottini - Advogado e Professor da Universidade de São Paulo</p> <p>36- Presidente do Conselho Federal da OAB</p> <p>37- Procurador-Geral da República</p>	
--	--	--

	<p>38- Raquel Elias Ferreira Dodge - Procuradora da República;</p> <p>39- Representante da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro);</p> <p>40- Representante da ONG Conectas - Direitos Humanos</p> <p>41- Representante da ONG Rio da Paz.</p> <p>42- Representante do Conselho Federal de Medicina</p> <p>43- Representante do LEAP (Law Enforcement Against Prohibition)</p> <p>44- Ronaldo Lemos - Diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV e do Creative Commons no Brasil.</p> <p>45- Tércio Lins e Silva - Advogado e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal</p> <p>46- Tiago Ivo Odon - Consultor Legislativo do Senado Federal e membro da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal</p> <p>47- Tulio Vianna - UFMG - Autor de obras sobre direito penal informático</p>	
<u>10/13</u>	Requer a realização de audiências públicas nos Estados do Espírito Santo, Ceará e Mato Grosso.	Sen. Pedro Taques
<u>011/13</u>	Requer a realização de audiência pública no Estado do Ceará em data a ser definida posteriormente.	Sen. Eunício Oliveira
<u>012/13</u>	Requer a realização de audiência pública com a presença do Presidente do Conselho Federal de Medicina, Sr. Roberto Luiz D'Ávila, para expor e debater sobre decisão daquela Entidade de praticar a interrupção da gravidez, mais precisamente, da prática do aborto com 12 semanas de gravidez.	Sen. Magno Malta
<u>013/13</u>	Requer a realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados: <ol style="list-style-type: none"> 1. Dr. Ângelo Roncale, ex-diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen); 2. Dr. Carlos Eduardo Lemos, Juiz de Direito Titular da 5.ª Vara Criminal de Vitória/ES, membro da Comissão Nacional de Penas Alternativas por 8 anos e membro do Grupo de Trabalho de Penas Alternativas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. 	Sen. Ricardo Ferraço
<u>014/13</u>	Requer a realização de audiência pública destinada a ouvir especialistas renomados sobre “Direito do Nascituro”, com	Sen. João Costa

	os seguintes convidados: 1. Pierangelo Catalano, Professor Doutor da Università Di Roma “La Sapienza”; e 2. Hécio Maciel França Madeira, Professor Doutor da Universidade de São Paulo – USP.	
<u>015/13</u>	Requer a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa de Sergipe, em data a ser definida por esta Comissão.	Sen. Eduardo Amorim
<u>016/13</u>	Requer a realização de audiência pública com a presença do Dr. José Nazar, psiquiatra e psicanalista.	Sen. Ricardo Ferraço
<u>017/13</u>	Requer que a primeira audiência pública do ciclo de audiências públicas, título I – Crimes contra a Pessoa, seja realizada no Estado do Espírito Santo.	Sen. Magno Malta (1.º subscritor)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental no livro de presenças, declaro aberta a presente reunião.

Antes, consulto os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras sobre a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os que concordam com a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Esta reunião tem a finalidade de submeter aos Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras requerimentos que foram apresentados – Senador Armando Monteiro, prazer em tê-lo aqui – pelos Srs. Senadores na sequência dos já anteriormente aprovados.

São vários requerimentos e, com a permissão dos senhores, passarei à leitura e, na sequência, os colocarei em discussão e em votação.

Sr. Relator, alguma sugestão além do requerimento de V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para dar conta de que esta reunião é para aprovação de requerimentos, como disse o Presidente, e que também fiz uma visita a S. Ex^a o presidente do Supremo Tribunal Federal, oportunidade em que eu o convidei para participar da Comissão do Código Penal, conforme eu já havia combinado com o Senador Eunício, o Presidente. Como S. Ex^a aceitou o convite, falta apenas oficializá-lo e marcar a data para que S. Ex^a possa vir discutir o projeto do Código Penal.

Eu sugiro, Sr. Presidente, se V. Ex^a e os Senadores assim entenderam, que essa presença do presidente do Supremo Tribunal Federal poder-se-ia dar em reunião conjunta da Comissão do Código Penal e da Comissão de Segurança Pública, que existe no

âmbito da CCJ. Além disso, nós temos nesses requerimentos audiências em outros Estados – Ceará, Mato Grosso –, e todos os requerimentos dos Senadores que pediram que professores, magistrados, membros do Ministério Público fossem ouvidos. Estão aí, e V. Ex^a fará o encaminhamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Acho que é motivo de satisfação recebermos aqui o presidente do Supremo Tribunal Federal para debatermos matéria tão importante. Obviamente, outros temas surgirão, porque isso se dará em audiência pública e cada Senador tem, dentro desse tema e além do tema, a possibilidade de debater outros assuntos importantes para o Brasil.

Vou submeter os requerimentos à votação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

O primeiro requerimento sobre a mesa requer a realização de uma série de audiências públicas com especialistas de diversas áreas para colher subsídios para apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

Os nomes e entidades a serem convidadas a participar das audiências são os seguintes: Antonio Nabor Areias Bulhões; Artur de Brito Gueiros Souza; Carlos Miguel Sobral; Cássio Mattos Honorato; Cláudio Lemos Fonteles; Davi de Paiva Costa Tangerino; Defensor Público-Geral Federal; Drauzio Varella; Emanuel Messias Oliveira Cacho; Fernando Fragozo; Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República; **Gamil Föppel**; Gilson Dipp; Janice Ascari; João Daniel Rassi; **José Mariano Beltrame**; José Moinhos; José Paulo Baltazar Júnior; Juarez Estevam Xavier Tavares; Juliana Garcia Belloque; Luiz Flávio Gomes; Luiza Nagib; Marcelo André de Azevedo; Marcelo Leal de Lima de

Oliveira; Marcelo Leonardo; Marco Antônio Marques da Silva; Maria Teresa Gomes; Melissa Abreu e Silva; Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Ministro de Estado da Justiça, Ministro-Presidente do STF; Ministro-Presidente do STJ; Pedro Markum; Pier Paolo Cruz; Presidente do Conselho Federal da OAB; Procurador-Geral da República; Raquel Elias Ferreira Dodge; Representante da ECLA; Representante da ONG Conectas; Representante da ONG Rio de Paz; Representante do Conselho Federal de Medicina; Representante do Leap; Ronaldo Lemos; Tício Lins e Silva; Tiago Ivo Odon e Túlio Vianna.

Justificativa.

Como já dito, cremos que a discussão dos pontos críticos e polêmicos do projeto com a participação desses especialistas contribuirá de forma positiva para o resultado de nossos trabalhos. Se não podemos alcançar o consenso em todas as questões, com certeza avançaremos com o aprimoramento de diversos pontos do projeto de forma que possamos conseguir o almejado progresso para as normas penais de nosso País.

Senador Pedro Taques.

Segundo requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal e do art. 90, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja requeiro que seja realizada audiência pública no Estado do Ceará em data a ser definida posteriormente.

Eunício de Oliveira, Presidente da Comissão.

Eu já proponho aos Senadores a data da primeira quinzena de maio.

Requerimento do Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

O requerimento ainda é parte do outro. Desculpe.

Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão Temporária de Reforma do Código Penal, tendo como convidado o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d'Ávila.

Senador Magno Malta.

Requerimento para audiência pública com o Dr. Ângelo Roncale e o Dr. Carlos Eduardo Lemos. A autoria é do Senador Ricardo Ferraço.

Requerimento para audiência pública com o especialista renomado sobre Direito do Nascituro. Convidamos os Srs. Pierangelo Catalano e Hércio Maciel França Madeira, Professor-Doutor da USP. A autoria é do Senador João Costa, do PPL do Tocantins.

Requerimento para a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Sergipe. A autoria é do Senador Eduardo Amorim.

Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V da Constituição Federal e do art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, que, por ocasião da audiência pública, no âmbito desta Comissão Temporária para Reforma do Código Penal Brasileiro, destinada a debater a política criminal de combate ao tráfico e uso de drogas, seja convidada a personalidade abaixo relacionada para debater o assunto:

Dr. José Nazar – psiquiatra e psicanalista.

Senador Ricardo Ferraço.

E, por último, requerimento para realização de audiência pública no Estado do Espírito Santo sobre os crimes contra a pessoa. A autoria é do Senador Magno Malta e Senador Ricardo Ferraço.

Há outro requerimento sobre a Mesa, do Senador Pedro Taques.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão realize audiências públicas nos Estados do Espírito Santo, Ceará e Mato Grosso [Obrigado pelo Ceará, embora já tenha aprovado o anterior.], sem embargo das outras sugestões, com vistas a debater e colher subsídios, sugestões e críticas sobre o PLS nº 236, de 2012.

Tendo em vista que inclusive teremos, daqui a pouco, uma reunião de líderes com o Presidente do Senado, submeto os requerimentos à apreciação de V. Ex^{as}.

Os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos apresentados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Alguma objeção?

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria de acrescentar um nome.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. V. Ex^a pode acrescentar no requerimento. Terei prazer em dividir o requerimento com V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não. É o nome de uma pessoa que escreveu um livro muito interessante chamado *O Drama do Aborto*, mas eu não sabia se nós íamos discutir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos deixar aprovado o autor do livro *O Drama do Aborto*, sugerido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar, já que estamos tendo esta oportunidade. Há um eminente jurista pernambucano que é uma referência nessa área de Direito Penal, Roque de Brito Alves.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Roque de Brito Alves, incluído para a discussão de audiência pública.

Mais alguma sugestão, aproveitando os requerimentos? (*Pausa.*)

Eu queria incluir também o ex-presidente da OAB Nacional, Ernando Uchôa Lima, do meu Estado do Ceará, e o Dr. Paulo Bonavides nessa relação dos juristas que estão sendo aprovados em requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos, inclusive com as sugestões dos Senadores Armando Monteiro, Eunício Oliveira e Aloysio Nunes Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 18, DE 2013, COM A FINALIDADE

DE REALIZAR LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL, E ELABORAR PROPOSTA CONCRETA, EFICAZ E DE ALCANCE NACIONAL DAS NORMAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS, TENDO COMO REFERÊNCIA RIGOROSOS PADRÕES INTERNACIONAIS.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 04 de abril de 2013, às 14 horas e 43 minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Ana Amélia (PMDB/RS)** e com a presença dos Senadores: **Paulo Paim (PT/RS)**, **Cyro Miranda (PSDB/GO)** e **Eduardo Suplicy (PT/SP)**. Deixaram de comparecer os Senadores **Pedro Simon (PMDB/RS)**, **Jorge Viana (PT/AC)** e **Gim Argello (PTB/DF)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos Senhores: **Humberto de Azevedo Viana Filho**, Secretário Nacional de Defesa Civil; **Ten. Cel. Adriano Krukoski Ferreira**, representando o Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; **Dayse Cavalcanti Duarte**, professora da UFPE e doutora em Engenharia de Proteção a Incêndios pela Universidade de Edinburgh (UK), e **José Tadeu da Silva**, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA. Foram, também, aprovados os seguintes requerimentos:

Item	Nº	Ementa	Autoria
1.	002/13	Requer a realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: <ul style="list-style-type: none"> Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Coronel Reginaldo Campos Repulho, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo; Tenente Coronel José Carlos Riccardi Guimarães, Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar – ASOFBM; Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional 	Senadora Ana Amélia
2	003/13	Requer a realização de Audiência Pública com os seguintes convidados: <ul style="list-style-type: none"> Representante do Sindicato dos Trabalhadores; Representante do Sindicato dos Empregadores; Representante dos Fiscais do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante dos Técnicos de Segurança do Trabalho.	Senador Paulo Paim

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 18, de 2013, com a finalidade de realizar um levantamento da legislação pertinente à prevenção e ao combate a incêndios no Brasil e a elaborar proposta concreta e eficaz de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

É claro que essa iniciativa dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e minha decorreu, como todos estão informados, da tragédia que enlutou o Rio Grande do Sul e o Brasil, relacionada ao incêndio na boate Kiss, na cidade de Santa Maria, que levou à morte 241 pessoas – na sua maioria, jovens.

Conforme a pauta da reunião de hoje, que é a primeira de poucas audiências públicas, esta reunião destina-se a discutir essas medidas.

Convido para compor a Mesa o Sr. Humberto de Azevedo Viana Filho, Secretário Nacional de Defesa Civil; Tenente-Coronel Adriano Krukoski Ferreira, representando o Coronel Guido Pedroso de Melo, do Comando do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; Drª Dayse Cavalcanti Duarte, Professora da Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Engenharia e Proteção a Incêndios, formada pela Universidade de Edimburgo, representando Marcelo Olivieri de Lima, Diretor-Geral do Instituto Sprinkler Brasil; e Dr. José Tadeu da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

O convidado Sérgio Ceccarelli, Diretor do Centro de Difusão Científica e Tecnológica em Segurança Contra Incêndios, não pôde comparecer por motivo de saúde. Nesse caso, nós agradecemos muito a gentileza da comunicação e entendemos perfeitamente as razões.

Eu queria agradecer a presença do nosso Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda, e vamos iniciar os nossos debates, convidando o Secretário Nacional de Defesa Civil, que, por dez minutos, fará sua exposição.

Nós pensamos, Secretário, que o debate suscita melhor avaliação e compreensão desses problemas.

Então, com a palavra o Secretário Humberto de Azevedo Viana Filho.

O SR. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO

– Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, quero agradecer a deferência de V. Exª em nos convidar a participar desta audiência pública, que, na verdade, é motivada por um caso muito grave, para todos nós, brasileiros, sobretudo para aqueles que trabalham com o tema de salvar a vida das pessoas. É preciso que haja uma compreensão da extensão desses atores que estão envolvidos com esse problema, para que possamos, de alguma forma, colaborar com a Comissão, com os resultados do tra-

balho e, efetivamente, poder apresentar sugestões e um texto que venha de forma segura a colaborar com essa questão.

Isso me faz reforçar aqui um sentimento de que nos Estados existem seus códigos de segurança contra incêndio e pânico. Os Estados têm certa liberdade de produzir seu próprio código. Esse é um aspecto que acho muito relevante e sobre o qual precisamos nos debruçar, para saber até que ponto algumas linhas de diretrizes nacionais não devam ser sublinhadas, para que possamos nos aproximar e falar a mesma linguagem, quando estamos cuidando de salvar a vida das pessoas. Esse é um aspecto que os Corpos de Bombeiros têm desenvolvido.

Devo citar aqui, Srª Presidenta, que fui Comandante do Corpo de Bombeiros também no meu Estado, em Pernambuco. Fui Comandante-Geral e tive a oportunidade, ao longo da minha vida, de participar de várias atividades que envolviam o tema da segurança, de áreas de segurança, dos equipamentos. E confesso que não foi muito fácil construir um código lá no Estado em que comande. E acredito que essa dificuldade seja extensiva a todos os Estados brasileiros. Regra geral, nós juntamos as experiências, os Estados que avançaram um pouco mais, e começamos a adaptar a realidade de cada região, porque é necessário que se compreenda que há diversidades regionais.

Então, essa é uma observação. Eu gostaria de sublinhar a importância de que os corpos de bombeiros constroem os seus códigos, e, naturalmente, isso vai precisar, nesse momento que atravessamos, de uma linha, uma diretriz nacional, para que possamos nivelar um pouco mais.

Essa é uma observação.

E creio que outro aspecto que julgo também muito relevante para tratar o tema é o seguinte: os corpos de bombeiros liberam – o nome varia de região e de Estado – o AR (Atestado de Regularidade). E a outra ponta são as prefeituras. São as duas pontas importantes para que possamos nos debruçar sobre o tema. O habite-se das prefeituras, ou seja, a capacidade de se poder declarar uma área segura para habitação e para uso de modo geral.

Essas duas extremidades acredito que nós devemos aqui analisar, com o esforço de todos. Esse é um assunto de interesse nacional. Não é pontual.

Após o desastre, eu estive lá, em Santa Maria, desde o primeiro momento. Na madrugada, desloquei-me para lá com o Ministro Padilha. Fui fazer o papel que eu exerço hoje no Governo Federal, de Secretário Nacional de Defesa Civil. Esse papel é o de coordenar as ações do Governo Federal, naturalmente integradas com o Estado e com o Município.

A prática disso, senhores, não é tão simples e passa por uma questão de cultura. Naturalmente, estou falando de forma muito franca, porque meu objetivo aqui é colaborar, ou seja, passar um diagnóstico, uma radiografia do que percebemos, para que, com isso, possamos fazer encaminhamentos mais seguros na condução desses trabalhos.

Então, como dizia, fui num primeiro momento à Santa Maria, onde passei dois dias e tenho que aqui atestar e reconhecer que houve um esforço muito grande. Não estou julgando o fato, o mérito, mas houve um esforço muito grande de todos que estavam lá, do Governo Federal. Como eu disse, o meu papel era coordenar as ações do Governo Federal: se a saúde tinha intervenção, se o Exército tinha intervenção, se outros segmentos tinham intervenção, como a Aeronáutica, que teve um papel fundamental. Acredito que, sem a Aeronáutica, haveria uma dor bem maior. Eu participei muito de perto desses momentos.

Então, nosso papel era coordenar. E aí vem algo para o qual eu chamo a atenção neste momento: como os corpos de bombeiros legislam nos seus Estados sob o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, e a prefeitura tem o trabalho de liberar a área, os alvarás, o habite-se, como é chamado em alguns Estados, é necessário que, mais do que antes, nós tenhamos uma diretriz, um eixo, para que a integração dessas atividades seja muito bem supervisionada.

Quando falo em muito bem supervisionada, eu chamo a atenção para que não fiquemos fazendo distinções nessas relações. As forças municipais, as forças dos Estados, de certa forma, estavam integradas, mas é preciso fazer muito mais para integrar, para evitar sobre-esforço, para que saibamos quem faz o quê. Isso tudo passa por diversos tipos de planejamento, que as forças estaduais têm, as defesas civis, por serem operantes, a Defesa Civil Nacional é um órgão de coordenação e apoio, mas percebemos que os esforços podem ser efetivamente melhorados. Para que isso ocorra, é preciso que haja uma diretriz nacional e que haja fiscalização. Sem o poder da fiscalização, Srª Senadora, nós vamos repetir outras tragédias e ... Eu creio que todos tiveram oportunidade de observar que, logo após o que houve em Santa Maria, houve uma mobilização nacional de prefeitos, de governadores, no sentido de fiscalizar as suas casas. É o óbvio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o momento.

O SR. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO – É o momento. Mas isso tem que acontecer muito antes. E isso tem que estar diretamente ligado à atividade diária de fiscalizar essas casas.

Portanto, Srª Presidente, do ponto de vista da Defesa Civil Nacional, institucionalmente, nós só atuamos a partir do desastre. Mas, naturalmente, se a gente tiver a prevenção antes do desastre, certamente, a Defesa Civil Nacional será menos acionada em todos os seus níveis, no Município, no Estado e, certamente, na União.

Portanto, nós nos sentimos bem agradecidos pela oportunidade e nos colocamos à disposição. O tema interessa à Defesa Civil Nacional e ao Ministério da Integração também. Só que, hoje, no momento, institucionalmente, a gente entra a partir do desastre.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço imensamente a exposição do Secretário Nacional de Defesa Civil, que praticamente resumiu aquele nosso sentido. E o que nos preocupa, Secretário, é exatamente este ponto: cessado este primeiro momento de comoção, em que todos se envolveram, foram fechadas quase mil casas noturnas no Brasil, depois a gente baixe a guarda e continuem acontecendo os problemas e as tragédias se repetindo.

Agradeço a V. Exª.

Nós vamos agora, exatamente – o senhor apon-
tou aqui...

O SR. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO – Srª Presidente, a senhora me permite? Eu me esqueci de citar que nós fomos também instados pelo Ministério da Justiça a compor um grupo de trabalho – eu recebi isso exatamente hoje e, por isso, acho oportuno dar a informação para um contexto de trabalho mais amplo – com temas de interesse dos corpos militares do Brasil. Isso está sendo capitaneado pelo Ministério da Justiça e tem até um calendário de reuniões que vão ser realizadas no País. Portanto, há avanço nessa direção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estamos muito sintonizados, porque nós já estamos convocando a responsável nessa área para estar presente numa próxima audiência.

O SR. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO – Perfeito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer a V. Exª e, sobretudo, queria registrar a presença do Senador Paulo Paim, que é o Relator de todo o trabalho que nós vamos fazer nesses 60 dias.

Como o Secretário mencionou umas questões que são a linha mestra do nosso trabalho, eu vou direto, com o representante, Presidente do Confea, que é o Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia, mais às questões relacionadas à Arquitetura, que é a ques-

tão das certidões de habite-se, que foi referida aqui... Engenharia, melhor dizendo, porque Arquitetura está fora; a Engenharia é que é o mais importante. Não mais importante do que a Arquitetura – deixe-me explicar porque senão os arquitetos vão reclamar de mim, dizendo que estou tendo algum tipo de preconceito. Não. É porque, antes, o conselho era das três categorias, mas agora só estão a Engenharia e a Agronomia.

Então, vou passar a palavra diretamente ao Dr. José Tadeu da Silva, que é o presidente do Confea, para, exatamente nessa linha do próprio secretário, lembrar a questão das certidões de habite-se; e eu queria o ponto de vista dos que são responsáveis por essa área.

Obrigada pela sua presença também.

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Quero agradecer o convite, Senadora Ana Amélia, para participar deste diálogo com o Senado, cumprimentar todos os Senadores e autoridades aqui presentes, em especial o Viana. Tenho a honra de participar com ele, como conselheiro, na Secretaria Nacional de Defesa Civil, e as nossas preocupações se somam.

Ouvi com muita atenção o posicionamento do Secretário Viana. Ele coloca um ponto aqui bastante importante que, para nós do Confea, também vai na mesma direção.

Nós temos a legislação municipal que dá poderes para a prefeitura. Ela, de acordo com aquela lei de 1967, por aí, 1977, não sei se estou bem certo no ano, mas é a Lei de Uso do Solo Urbano, que está em vigor até hoje, que dá poder ao Município de legislar sobre o solo urbano, o solo do Município, onde as pessoas vivem, que é onde acontecem esses acidentes.

A prefeitura tem a prerrogativa – é papel dela e não delega para outro setor – de expedir os alvarás.

Se o cidadão vai fazer uma edificação, vai construir um prédio, além de outros órgãos competentes por onde tem que passar o projeto dele, como o Corpo de Bombeiros, terá que passar pela prefeitura, e é ela que autoriza esse alvará de obra.

O projeto só passa por lá depois de ter passado por esses outros órgãos. Quer dizer, passa pelo Crea, para um profissional habilitado fazer o número do Crea, emitir a anotação de responsabilidade técnica. Esse projeto caminha, então, por esses órgãos e depois vai à prefeitura. E cabe à prefeitura dar o alvará para a execução daquela obra, a execução daquele prédio, daquela construção, daquele edifício que vai ter uma determinada finalidade. E deve estar clara no projeto a finalidade que terá aquele edifício, se vai ser um cinema, se vai ser uma boate, se vai ser um teatro, se vai ser um hospital, o que vai ser. Isso já está tudo definido com o proprietário e com o profissional

habilitado. E quanto a esse profissional, nós fazemos a fiscalização do seu exercício profissional, para garantir à sociedade um profissional habilitado.

Mas o certo é que cabe à prefeitura dar o alvará de obra. E cabe a ela também ir verificar *in loco* se o que aprovou, para o que ela deu o alvará, está sendo cumprido, sob pena de embargo da obra. Porque, às vezes, encaminha-se um projeto à prefeitura, é aprovado e, depois, há modificações e ele sai diferente daquilo lá.

E, conseqüentemente, ao término dessa obra, o proprietário tem que solicitar o habite-se. Esse habite-se só é dado também pela prefeitura se a construção for realizada de acordo com o projeto aprovado. Se houve modificações, tem que haver um projeto de regularização dessas alterações.

Obviamente, no caso de grande concentração de público, em função da metragem, do tamanho do edifício, exige-se o projeto de combate a incêndios e, conseqüentemente, tem que haver vistoria do bombeiro, que vai dar o atestado de regularidade, ou seja, de que aquilo que foi feito atendeu àquele projeto que já tinha passado anteriormente, na fase de projeto, pelo Corpo de Bombeiros e se está regular para que a prefeitura possa, realmente, dar esse alvará. Primeiro, o alvará de obra e, depois, o alvará de funcionamento, porque esse comércio vai precisar funcionar, essa atividade para a qual o prédio foi construído.

Então, são dois alvarás pela prefeitura. O primeiro é quando ela autoriza a execução daquela construção. O segundo, depois de concluído, vistoriado, dado o habite-se, feita toda a documentação, para poder funcionar a atividade lá necessita-se de um alvará de funcionamento, que é a prefeitura também que emite. E se não estiver em conformidade com o exigido, a prefeitura tem que impedir.

Se ela dá o alvará de funcionamento, o prédio está com tudo o.k., foi construído dentro das normas, tudo direitinho, com aprovação do bombeiro, com profissional habilitado, tudo certinho, e, na hora em que vai funcionar, é dado um destino diferente ou é feito algo que não deveria ter sido feito, como, por exemplo, colocar, numa porta de emergência, um cadeado que nem o proprietário sabe onde foi parar a chave e, se houver um problema lá, como é que vai evacuar o prédio com a porta lacrada, fechada com cadeado? Ou, se constou no projeto, passou na vistoria, tirou-se o habite-se havendo uma porta lá e, depois, no funcionamento, bloqueia-se a saída com alvenaria, porque não há interesse naquela determinada saída de emergência, a quem cabe verificar isso? À prefeitura, que deveria ir lá e lacrar, porque ela tem o poder de lacrar.

O poder do Município é muito grande. E o que acontece? Falta... Aí é um problema: cada Estado faz as suas regras; o Corpo de Bombeiros de cada Estado faz o seu código. O código do de São Paulo, tenho certeza, não é igual ao do Rio Grande do Sul, não é igual ao do Paraná, que não é igual ao do Amapá ou não é igual ao do Acre ou do Maranhão, sei lá qual das 27 unidades da Federação, do nosso País, seja.

Então, realmente, como diz o Secretário Viana, temos de fazer uma diretriz nacional, porque as razões que levam a esses acidentes são as mesmas, independentemente da unidade da Federação, mas as regras, as normas não são as mesmas. Então, há essa necessidade, sim! Podem dizer: “Ah, temos bastantes legislações”. Mas não existe uma legislação... Temos 27 legislações. Não é o caso de falta de legislação. O que nós precisamos é de uma legislação nacional que dê um balizamento para todos, para que possamos fazer a prevenção.

Entrando nessa questão da prevenção, de que o Viana também falou, eu gostaria de realçar aqui, Senadora Ana Amélia, o PLS nº 491, de autoria do Senador Crivella, que, agora, tem uma emenda do Senador Zeze Perrella e que fala sobre as inspeções periódicas nos edifícios. O laudo que esse PLS cria, o Laudo de Inspeção Periódica, permite, exige que o proprietário do prédio tenha que renovar esse alvará periodicamente. E, para ele renová-lo, ele tem que contratar um profissional habilitado para fazer esse Laudo de Inspeção, para verificar se o prédio continua atendendo às normas vigentes quando ele foi feito, quando ele foi construído.

Então, esse projeto, que está no Senado, é muito importante, para se fazer a prevenção. A gente consegue fazer prevenção quando a gente faz uma inspeção periódica. É só pegar o exemplo do ser humano. Por que a gente vai periodicamente ao médico, para fazer um exame médico, para fazer o tal do *check-up*? Por que eu faço um *check-up*? “Ah, não estou sentindo nada e vou fazer um *check-up*.” Por que, periodicamente, eu faço um *check-up*? Porque, se houver algum probleminha, você já o resolve ali. Se houver algum indício de determinada doença ou algum problema que pode até levar à morte o cidadão, ele vai, antecipadamente, corrigir aquilo. Da mesma forma é o prédio. O prédio é como um ser humano. Um prédio novo é uma coisa, e um prédio com 30 anos de uso é outra coisa, como o são os prédios dos patrimônios tombados. Senão, vai continuar caindo marquise na cabeça de alguém, vai continuar havendo incêndio porque determinados cuidados não foram tomados. Esses laudos irão apontar isso.

Não se trata só da questão do desabamento de um prédio, como aconteceu no Rio de Janeiro, como

aconteceu em São Bernardo. Na área de combate a incêndios, também nós vamos detectar isso no laudo. Vamos verificar se as portas de saída de emergência estão todas o.k. nesse laudo. Vamos verificar se as luzes que sinalizam as saídas estão o.k., vamos verificar se não houve nenhuma incorreção, porque, se houver, esse laudo vai apontar. E a prefeitura vai exigir esse laudo e não vai renovar o alvará se a obra não estiver dentro das normas de segurança.

Essa é a posição, a visão dos profissionais que represento aqui, um milhão de profissionais da Engenharia e da Agronomia, que são as pessoas que têm notório conhecimento técnico-científico para fazer esses laudos e apontar, com muita clareza, quais os cuidados que temos de tomar preventivamente para que acidentes como o da boate Kiss, em Santa Maria, não continuem acontecendo.

Fico aqui, Senadora, à disposição para responder a qualquer questionamento e para dar as contribuições que podemos dar ao nosso Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente José Tadeu da Silva. Eu queria lhe dizer que já requeri, inclusive, uma audiência pública para debater o projeto do Senador Perrella, que está marcada para o dia 10 na CDR. Acho que é importante fazer um exame dessa matéria. Depois, farei alguns questionamentos a V. Exª.

Passo a palavra, agora, ao Tenente-Coronel Adriano Krukoski Ferreira, que aqui representa o Coronel Guido Pedroso de Melo, Comandante do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – Boa tarde, Senadora! Boa tarde, Mesa! Boa tarde, plateia!

Eu não sabia exatamente o tempo que nós tínhamos. Então, eu trouxe só uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – São dez minutos.

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – Eu trouxe só um roteiro.

Pode passar, por favor!

Como já foi falado pelos demais membros da Mesa, todas as Constituições estaduais delegam aos Corpos de Bombeiros a missão de prevenção de incêndio, e, no Estado do Rio Grande do Sul, isso não é diferente.

Por favor, a próxima!

Tudo que eu falar aqui é referente ao Rio Grande do Sul, até por desconhecer o que está acontecendo em outros Estados, apesar de termos uma troca, um intercâmbio de informações constante com os demais Corpos de Bombeiros.

O que estamos tentando fazer no Rio Grande do Sul? Primeiro, uma legislação que seja de fácil acesso e interpretação por parte de qualquer cidadão.

Esses são modelos do que ocorre hoje em Porto Alegre. Eu sou o comandante do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre.

O que acontece? Qualquer cidadão, entrando em três tabelas, consegue saber exatamente quais são os equipamentos necessários na sua edificação. Por exemplo, na primeira tabela, ele vai classificar a ocupação dele, se é residencial ou comercial, se é escritório, se é hospital ou o que for; na segunda tabela, ele entra com a área de pavimento, com a área total e com a altura da edificação, o que vai remeter a uma codificação, que pode ser vista ali como 500, 300, 551 etc.; e, na terceira tabela, pela numeração, pelo código da primeira coluna, ele vai saber exatamente quais são os equipamentos de que ele tem necessidade. A partir daí, ele vai contratar um profissional do Crea ou do CAU para executar o seu projeto e realizar as adaptações ou construções necessárias na sua edificação.

Pode passar ao próximo, por favor!

O que a gente está aprendendo? Estamos aprendendo e vamos aprender mais ainda com o ocorrido em Santa Maria. A gente viu lá que a iluminação de emergência, naquela situação... A iluminação de aclaramento é aquela iluminação que ilumina o local em situação de emergência. Hoje, ela só vai ser derrubada se faltar energia ou se houver um princípio de incêndio que entre em contato com uma rede elétrica; aí ela vai cair, e entra a iluminação de emergência. Lá, como não houve um incêndio declarado num primeiro momento, enquanto aquelas pessoas estavam no interior da boate, essa iluminação acabou não entrando. Então, estamos tentando mexer na nossa legislação, para que seja feito de maneira manual o acionamento também da iluminação de aclaramento.

Mas volto a dizer que, naquela situação, devido à grande produção de gases e de fumaça, mesmo a iluminação de aclaramento não funcionaria. Então, estamos também tratando da questão da iluminação de balizamento, que é aquela iluminação que, em algumas normas brasileiras, remete a sinalizações de piso.

Naquele tipo de boate, pela legislação do Rio Grande do Sul, não é exigido alarme, coisa que a gente vê naquelas ocorrências, de que há imagens até mesmo no YouTube, da The Station Nightclub, nos Estados Unidos, e da boate de Buenos Aires, onde era exigido o alarme. Hoje, mesmo as normas brasileiras não exigem alarme, a não ser em prédios. Se for um prédio térreo – esse prédio pode ter dez mil metros quadrados, ser uma boate, um local de reunião de público –, não há necessidade de alarme. Só vai haver essa exigência

se o prédio tiver mais de 6m de altura, ou seja, se ele tiver três pavimentos.

Quanto à tiragem de gases de combustão, hoje, a nossa legislação não trata, em momento algum, da tiragem desses gases, de fumaça, de calor etc.

Quanto ao controle e à orientação de público, isso já está mudando. Hoje, em todas as casas noturnas, como essa que foi citada, que foram interditadas e que estão sendo reabertas, há obrigatoriedade da colocação da capacidade de público. Em convênio com o Corpo de Bombeiros do Ceará, está se tratando de um equipamento, está se avaliando a colocação na legislação de um equipamento que, hoje, no Ceará, está em fase experimental e que faz a contagem de público. Faz não só simplesmente a contagem, é um equipamento que faz a leitura facial. Se houver mais de uma saída no ambiente, o aparelho diz se a pessoa saiu de lá ou não. E, por sistema de *wireless* ou de telefonia, ele é capaz de dizer quantas pessoas estão naquele ambiente, numa boate, num estádio de futebol, onde for, em qualquer local de reunião de público.

Quanto à detecção de calor e fumaça, nós, no Rio Grande do Sul, estamos realmente muito atrasados, a não ser em prédios que necessitem ou tenham a opção de colocação de escadas pressurizadas. Aí há a opção de colocação de detecção de calor e fumaça. Nós praticamente não exigimos esse equipamento no Estado do Rio Grande do Sul, o que é diferente – isto, sim, posso afirmar – em outros Estados.

Por favor!

Esses são exercícios simulados. Isso se deu numa audiência justamente no Sindicato dos Engenheiros, onde um jovem estudante colocou para nós que ele gostava de ir aonde o pai dele trabalhava nos dias em que havia os simulados de abandono de prédio.

As legislações foram esquecendo isso. A gente sempre cita o livro *Impensável*, de Amanda Ripley, em que ela cita que as pessoas que sobrevivem a grandes tragédias – e cita o caso dos aviões – são justamente aquelas que prestam atenção a toda aquela sinalização que as aeromoças fazem antes do avião partir, mesmo já tendo viajado de avião duzentas vezes. Essas pessoas se salvam e aqueles que já não dão mais tanta bola para isso acabam sucumbindo no acidente. Daí a importância de se fazerem simulados.

A validade dos alvarás. Foi citada aqui, pelo representante do Confea e também pelo nosso Coronel da Defesa Civil Nacional a questão dos alvarás. No Estado do Rio Grande do Sul, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria do Meio Ambiente são os únicos órgãos que, anual ou bianualmente, dependendo do risco do prédio, estão nos prédios fazendo vistoria, para fins de renovação do alvará. Uma carta de habitação é

eterna, independentemente da ocupação dela. A municipalidade fornece a carta de habitação e, depois, se não houver aumento de área, essa carta de habitação continua tendo validade.

Aí entra o alvará de funcionamento, aqui também citado, que muda de Estado para Estado. Aí, sim, se houver mudança de uso, esse alvará poderá ser suspenso, renovado ou alterado, conforme o uso da edificação.

Hoje, nossa legislação não permite interdição imediata nos casos de incêndio. Mais grave: há corpos de bombeiros, no Brasil que não têm o poder de polícia de interdição. Nós ainda temos, mas temos que seguir todo um rito processual para, depois, realizar a interdição ou encaminhar ao Judiciário para que essa interdição seja feita. Há poucos casos de risco iminente à vida em que podemos fazer a interdição, e, muitas vezes, a interdição é apenas parcial. Aí, quando é retirada a fonte de risco, o prédio volta a operar.

Certificado dos materiais de construção. Já está comprovado, pelo inquérito entregue e pela investigação que está sendo feita pelo Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, que aquela espuma, usada para fins de isolamento acústico, foi colocada após a emissão do alvará, que também estava vencido pelo Corpo de Bombeiros, e ela é que provocou as mortes naquela boate. Então, há necessidade de esses materiais serem certificados.

Em toda a Europa, hoje, qualquer material recebe uma classificação, A1, A2, até a letra F, conforme a sua carga combustível e conforme os gases produzidos em caso de queima.

No Brasil, pelo que eu saiba, apenas o IPT teria condições de fazer esse tipo de avaliação. Então, não adianta também inserirmos na legislação algo do modelo europeu e, depois, o Brasil não ter condições de avaliar esses materiais.

Seguro de responsabilidade civil. Foi um empresário da noite, aqui, na Câmara dos Deputados, que colocou a importância de o próprio empresário ter a garantia de um seguro de responsabilidade civil para, em caso de sinistro, ele não ter que arcar com seus bens, deixando sua família, muitas vezes, com deficiências para cobrir um acidente no seu local de trabalho. E é claro que esse seguro só seria fornecido pelas seguradoras se houvesse o alvará emitido pelo Corpo de Bombeiros.

E a possibilidade de o Corpo de Bombeiros regular, através de comissões técnicas, lacunas da legislação e novas tecnologias. Quando se amarra muito a legislação em uma lei, por exemplo, significa que, para se modificar essa lei, ela tem que passar por diversos trâmites, comissões, etc. As tecnologias estão chegando

do às edificações diariamente e, se nós amarrarmos muito numa lei, poderemos causar um grande dano, nos próximos anos, à prevenção de incêndios no País.

A próxima, por favor.

Então, padronização nacional. Em apenas alguns pontos... Nós temos lá os nossos CTGs, Senadora. Se nós dissermos que tem que colocar *sprinkler*, por exemplo, em todos os CTGs, proibir materiais combustíveis, como muitas vezes são proibidos, nós acabamos com os CTGs que temos espalhados no mundo inteiro. E, com certeza, no Acre, em Rondônia, em Roraima, há situações semelhantes. Então, temos que cuidar muito bem quando formos legislar essas questões de prevenção de incêndio em nível nacional.

Informatização dos sistemas, comunicação entre corpos de bombeiros e a Prefeitura Municipal para que um tenha a informação do que o outro está fazendo.

Agilização dos processos. A grande queixa dos proprietários de casas noturnas é que eles levam dois, três, quatro anos para conseguir regularizar sua casa tanto junto ao Corpo de Bombeiros quanto junto ao Município.

Prazos para adequações. Vamos fazer uma nova legislação agora. No ano que vem, teremos Copa, Olimpíadas. Todas essas casas estão se regularizando. O que vai ser feito delas, do que se gastou, investiram este ano para regularizar, mudamos a legislação, temos que dar prazo também para que essas casas se regularizem.

E a formação dos profissionais, tanto da parte dos Corpos de Bombeiros como da parte de engenharia e arquitetura, com alteração de currículos, porque são bastante deficientes nessa área. Têm até uma carga horária mais adequada, mas, mudando a legislação, teriam que haver um novo treinamento.

Então, só para encerrar, sempre aprendemos com o passado, às vezes a mídia diz que o Brasil não aprende com as tragédias... aprendemos, sim! Todas as legislações de incêndio no Brasil são decorrentes de algum incidente. Então, se houve alteração, como está sendo proposto agora, é porque estamos aprendendo.

Todos querem regularizar. Hoje, o Corpo de Bombeiros e o mercado não estão conseguindo atender à demanda de regularização. No Estado do Rio Grande do Sul, hoje, faltam extintores de incêndio para vender, falta sinalização de emergência, iluminação de emergência. Estão faltando equipamentos porque a demanda aumentou perto de 180% só na capital – ou seja, três vezes mais.

Então, falta essa estrutura para regularização imediata.

Sabemos que a legislação vai mudar. Quanto aos prazos de adequação, tem que se pensar que quem já

se regularizou o que vai fazer com a mudança da lei. Os currículos já estão sendo alterados no Rio Grande do Sul, através da Escola de Engenharia da URGs e outras universidades.

Controle e orientação e público: sabemos que já mudou e temos que ter muito cuidado porque nessas horas aparecem muitos especialistas e, depois da presença do especialista, ele entrega um cartão de alguma representação de algum equipamento que ele vende.

Às vezes é importante a gente termos conhecimento desse equipamento, dessa tecnologia, mas também não podemos, nesse afã de melhorar a prevenção de incêndios, onerar demasiadamente o empreendedor.

E a nossa legislação não é uma terra arrasada. Em 16 anos de legislação no Estado do Rio Grande do Sul, reduzimos, apesar do aumento do aquecimento da construção civil, perto de 20% dos incêndios.

Então, também não podemos jogar no lixo o que temos e começar tudo do zero. Temos que aproveitar o que existe de bom.

Obrigado pela atenção. Obrigado pelo convite. E estamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Tenente Coronel Adriano Krukoski Ferreira, pela exposição. Ela praticamente vai fechando o cerco em relação às sugestões apresentadas.

Eu passo, então, a palavra agora, para encerrar essa parte de exposição, à Prof. Dayse Cavalcanti Duarte, que representa aqui o Instituto Sprinkler Brasil.

A SRª DAYSE CAVALCANTI DUARTE – Boa tarde a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite e fico imensamente feliz de estarmos discutindo esse assunto, porque há 15 anos, quando voltei da Inglaterra, a gente associava incêndios a extintores.

É lamentável, mas ao mesmo tempo saudável, – e o nosso objetivo é que, a partir desses trabalhos que estão sendo desenvolvidos –, que nós não tenhamos que aprender baseados em nossas falhas. Conforme o Coronel bem comentou, nós sempre estamos aprendendo baseados em falhas. Temos que adotar uma postura mais proativa.

Eu fiz alguns eslaides.

Na realidade, quando a gente fala de incêndios e riscos, de uma maneira geral, estamos falando de incertezas e do indesejável. Na verdade, estamos falando de eventos raros.

O que eu entendo que é o trabalho desta Comissão é que nós devemos gerenciar os riscos. Gerenciar os riscos significa minimizar os impactos e preveni-los.

Hoje, o que pessoalmente eu observo é que os acidentes estão acontecendo sempre pelas mesmas causas, com os mesmos impactos. Ao mesmo tempo,

eu me pergunto se nós temos tecnologia? Por exemplo, o *sprinkler* é uma tecnologia do século XIX, com comprovado sucesso e por que nós não utilizamos essa tecnologia para salvar as pessoas?

Pessoalmente, acredito que seja porque não estamos habituados a pensar em termos de risco, em termos de consequência. Quais são as consequências das nossas decisões, das nossas atitudes.

E, na realidade, o que a sociedade mostra a gente é que a gente tem que começar a tomar decisões baseadas nos riscos. Como falou o engenheiro do Confea, devemos ter inspeções baseadas no risco, porque, quando nós falamos em risco, falamos da potencialidade da frequência e da potencialidade da consequência.

Então, a pergunta é: qual é o problema? Como eu sei que eu tenho um problema e o quanto grave é esse problema? Como eu sei que ele é grave?

O que aconteceu na boate Kiss aconteceu em 1941 em Boston, com 420 mortos.

O próximo, por favor.

Então, o quanto o seguro é suficientemente seguro? Quais são as alternativas que temos para solucionar o problema? O que a história nos mostra é que nós temos os mesmos problemas, os mesmos acidentes, em várias classes de ocupação, não apenas classes de ocupação a que o público tem acesso, normalmente os locais de acesso ao público o público não tem familiaridade ao ambiente. Ele é pouco familiarizado com o ambiente; daí esse tipo de classe de ocupação tem que ter recomendações, boas práticas de engenharia mais severas, mais restritas.

O próximo, por favor.

O incêndio em Santa Maria causou um pânico em todos os meus alunos, causou um pânico na Universidade Federal, porque eles se viram dentro da boate. A pergunta é: o que pode dar errado? Como foi que deu errado? Essas são as perguntas que todos querem saber.

Vou pedir para me levantar porque, como professor, eu só consigo falar em pé.

Aqui, nós temos só para a gente entender a curva...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Professora, só um instante. Essa audiência é gravada e sai da TV Senado. Então, a senhora precisa, lamentavelmente, usar o microfone aqui porque nós não tínhamos disponibilizado um microfone sem fio – vamos ver se providenciamos – para que a senhora possa dar sua aula aos seus alunos, igualmente como seus preocupados acadêmicos lá em Pernambuco...

Isso aí, se levantar o microfone...

A SRª DAYSE CAVALCANTI DUARTE – Aqui o que a gente observa é a curva de desenvolvimento de um incêndio. Podemos dar qualquer gráfico a um engenheiro que ele vai sempre ler, por mais complicado que seja.

Nessa curva, há a ignição, o estabelecimento da chama e o FRI, quando o ambiente está totalmente envolvido em chamas. Então, se o nosso objetivo é a segurança dos ocupantes, a gente tem que proteger os ocupantes antes que todo o ambiente seja envolvido em chamas. E esse tempo é em torno de dois minutos.

Então, não há proteção passiva com que eu consiga atingir esse objetivo.

Pediria para passar o primeiro filme. É apenas um minuto. Trouxe dois filmezinhos. Pronto.

Isso é o que aconteceu, imagina-se teoricamente o que aconteceu na boate, porque, sem o sistema *sprinkler*, esse foi um teste realizado pelo NIST, simulando as condições da boate Station, nos Estados Unidos, em 1903. Observem o tempo embaixo. Esse é o tempo... inclusive a ignição aconteceu próximo ao teto. Esse incêndio danificou tudo em 180 segundos.

Isso é o que a gente chama de *flashover*, quando se tem todo o ambiente envolvido em chamas.

Nesse momento em que o *flashover* acontece, a temperatura dos gases aquecidos no teto é maior do que 600°C e o limite aceitável à vida é de 120°C – isso é toda a produção de fumaça. São gases aquecidos a uma grande quantidade de monóxido de carbono. Observem: um minuto e trinta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Esse foi o caso da ocorrência simulada sem o sistema de *sprinkler*.

A SRª DAYSE CAVALCANTI DUARTE – Eu vou, para a gente ter uma ideia... pode passar para a apresentação Power Point.

Observem que, quando a gente está falando em incêndio, a gente está falando de calor, fumaça e gases tóxicos. A pergunta aqui é: o que é aceitável?

É aceitável que eu controle um incêndio quando eu tiver a vida de uma ou duas pessoas comprometida, quando o incêndio já tiver atingido 20KW, 400KW?

Observem que, sem o *sprinkler*, as temperaturas que comprometem a vida, os parâmetros foram atingidos em poucos segundos, com relação à temperatura, 76 segundos; a um fluxo de calor mínimo aceitável, 61 segundos; e a um nível de oxigênio, em 87 segundos.

Com o *sprinkler*, a gente observa que esse limite jamais foi atingido.

Pode passar o segundo filme, por favor.

Agora vamos ver o mesmo teste com o sistema de *sprinkler* instalado. O meu sonho é ter *sprinklers*

instalados em todos os ambientes públicos para que a gente possa salvar as pessoas.

A partir do momento em que eu tenho o completo envolvimento do ambiente em chamas, eu começo a comprometer estruturalmente toda a edificação.

Observem que isso é vapor d'água; ele consegue controlar o incêndio, consegue controlar o nível de fumaça. Então, com o *sprinkler*, talvez ninguém morresse... aí fica difícil de afirmar.

O *sprinkler*, se for projetado corretamente, instalado corretamente e mantido corretamente, consegue controlar e salvar as pessoas. Em dois minutos, não há proteção passiva que vá fazer isso. Inclusive, as proteções passivas não vão controlar o incêndio. Vão dar um tempo que não se tem.

Pode passar, por favor.

Eu costumo dizer que mantenho o nosso laboratório com recursos do setor elétrico e do setor de petróleo e gás.

Incêndios no setor elétrico são um problema. Nós temos mais de quatro incêndios me transformadores por ano. Não vai morrer ninguém, mas tem blecaute. Nós já tivemos aqui, no sistema Norte, blecautes por incêndios em transformadores, nas usinas hidroelétricas. É um problema. Recentemente, eu representei o Brasil eu uma comissão internacional de estudos para incêndios no setor elétrico.

Então, rapidamente, só para não cansar os senhores com um assunto tão técnico, observem que, com *sprinklers*, eu jamais atingi o limite aceitável.

Por favor.

O nível de CO₂ sem o *sprinkler* rapidamente eu vou atingir, com o *sprinkler*, eu não chego nem perto. Com o nível de CO₂, a mesma coisa. Então, a pergunta que eu faço não é qual a probabilidade das proteções passivas controlarem os incêndios. Qual é a probabilidade da brigada de incêndio, do Corpo de Bombeiros, extinguirem um incêndio? Isso vai acontecer em algum momento. A pergunta a ser feita é: qual é a probabilidade de as proteções passivas, saídas de emergência, iluminação, controlarem um incêndio, quando ele tiver um tamanho de 20KW, de 400KW.

Observem que, com 400KW, a vida das pessoas já está comprometida.

Só para nós termos uma ideia, isso, de certa forma, tem a finalidade de fazer um revisão, uma análise histórica do passado. Aqui a gente tem a linha de desenvolvimento do incêndio e a linha de desenvolvimento para a segurança dos ocupantes – porque precisa da detecção, notificação, para iniciar o movimento.

Observem que, no incêndio da boate Cocoonut, nos Estados Unidos, com 15 minutos, já havia o envolvimento da edificação em chamas e com a chegada

do Corpo de Bombeiro – não há nada o que se possa fazer mais.

Só para lembrar que, no incêndio do edifício Joelma, os bombeiros chegaram com 20 minutos e nós já tínhamos todo o comprometimento do 20º andar, já tinham perdido o 28º e o 29º andares. O que mostra para nós que, por melhores que sejam as nossas proteções passivas da edificação e do próprio projeto do edifício, não vamos conseguir, talvez, garantir a segurança dos ocupantes.

A minha pergunta é: o que foi que mudou em 75 anos, quando a gente já tinha os *sprinklers* com comprovado sucesso desde meados do século XX?

Eu acho que é porque nós não estamos habituados a tomar decisões baseadas no risco, sobretudo nas consequências – e é isso que a sociedade está exigindo de nós no momento.

Então, a pergunta é: o que fazer? Prevenir e reduzir os riscos.

Pode passar.

Este é o nosso desafio: como garantir a segurança em edificações em que os ocupantes não estão familiarizados com o ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Professora, por sua...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Qual é o meu problema? Antes das 4 horas, eu sou obrigado, no plenário, a arguir que se leia o requerimento do Estatuto da Juventude. Se eu não fizer isso, não votam nem na semana que vem. Então, eu tenho que correr lá...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós aguardamos que o senhor faça isso, Senador Paim, e nós vamos aqui... o nosso Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda, já se inscreveu para fazer perguntas. O senhor vai lá com tranquilidade e aqui nós ficamos lhe aguardando. Exclusivamente V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E eu volto. Sabendo que esta audiência tão importante está sendo gravada e nós poderemos nos debruçar sobre ela na hora de formular o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também queria lhe informar que vamos aprovar um requerimento e aquela sugestão de V. Exª sobre os fiscais do trabalho e se V. Exª quiser, a gente já podia examinar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está aqui. Se me permitir, eu já encaminho à Mesa. Eu entendi, nós entendemos o tamanho do problema. Eu encaminho um pedido de audiência chamando também a esse

debate, para se somar, representantes dos técnicos de segurança no trabalho, porque eu vim dessa área. Quando eu estava na metalurgia, eu era técnico de segurança no trabalho. Um representante do Ministério Público do Trabalho, um representante dos fiscais do trabalho, um representante do sindicato na visão dos empregados e dos empregadores. Como o Dr. Adriano colocou, eles estão no setor. Vamos ouvi-los sobre como estão vendo, porque o impacto é para todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Qual o sindicato? Dos trabalhadores em casas de espetáculos ou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se eu for chamar as centrais, seriam uma dúzia. Venho do mundo sindical, e são uma dúzia. Eu buscaria um representante de todo movimento sindical voltado para essa área de segurança, de prevenção no trabalho.

Eu deixaria o requerimento. Se puderem ler...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ótimo! Vamos fazer a leitura e a aprovação para deixar pronto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só quero dizer, e me permitam que eu diga rapidamente essa frase, que todas as apresentações aqui foram muito interessantes. Sou simpático à ideia de um código nacional mínimo, como foi colocado por todos. Temos que ter uma referência mínima...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E essa é a nossa missão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...sem prejuízo dos Municípios e dos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por que apresentei esse requerimento? Ninguém aqui está inventando a roda. Como alguém disse aqui corretamente, agora todo mundo é especialista na área. Não sou especialista na área. Sou apenas alguém que trabalhou dentro de uma metalurgia na área de segurança de trabalho. O que a gente aprendeu lá naquela coisa bem pequena? Se não envolvermos diretamente o ser humano diretamente nessa questão, não vai ter quem, de fora para dentro, resolva. Claro que temos que ter toda preocupação.

O que digo com esse requerimento, no fundo? Temos que envolver de forma muito profunda as pessoas que trabalham na casa de *show*, as pessoas no conjunto, o garçom, o segurança. Como aquilo que foi dito por todos aqui, e encerro, até a comanda virou um problema porque acharam em um primeiro momento que era a culpada de tudo. Como a gente faz, ao fim desse debate, para envolver o ser humano que atua lá? Que ele possa dizer, como dizíamos na fábrica:

“Esta máquina não vai operar. Essa máquina não vai trabalhar, porque vai cortar o dedo, o braço, a mão e vai matar gente aqui dentro.” E a máquina parava mesmo. Chamávamos o sindicato e parava.

Que a gente consiga, ao longo desse debate – é só uma contribuição a esse debate – que os trabalhadores na casa de *show* possam dizer: “Não. Aqui, não!”

Termino dizendo que, aqui, em Brasília, fui fazer uma palestra em um edifício de 20 andares. Deu problema no elevador. E eu disse: “Vou pela escada. Sou gordinho mesmo. Quero emagrecer.” Todo mundo disse que não iria. E fui sozinho mesmo. Chego lá embaixo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estava trancada a porta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E aí me deu até um pânico, confesso, porque fiquei no escuro, a luz não acendia e a porta com cadeado. Aconteceu comigo. Não tinha ninguém para dizer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tenho que ir para o plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...peço à Secretaria que receba o requerimento. Só completaria, dependendo da sua agenda lá, que tão importante como a preparação desses profissionais com esse poder, eu diria, implícito...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou falando de uma Cipa, que é uma coisa simples.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...de resguardar a segurança dos outros, é a consciência e a informação de cada cidadão usuário desse serviço. Sei de cor, como disse o nosso Coronel, e salteado. A aeromoça diz para a gente que a aeronave tem seis saídas, duas portas atrás, duas portas ao centro e duas portas à frente e o assento é flutuante em caso de aterrissagem na água, e há um colete salva-vidas que só pode ser inflado fora da aeronave – e ensina como fazer o enchimento dele. Por menos que a gente, em uma situação de pânico, esteja sem controle emocional, inconscientemente, essas informações já estão no nosso cérebro. Como disse nosso Coronel, não temos essa consciência. Há iluminador e sinalizador no piso. Nenhum ambiente público de espetáculos públicos no Brasil tem esse cuidado, como tem nos Estados Unidos em todas as casas de espetáculos.

A contribuição de V. Exª foi excelente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só uma questão rápida. Sou obrigado a ir lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ficamos aguardando. Aproveito e passo a palavra para o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para continuar, acho que a senhora já foi aeromoça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quase. Só faltou...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Fez com tanta...Em caso de despressurização, puxe a máscara, coloque primeiro em si...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...e, depois, nas crianças. (*Risos.*)

Porque primeiro você tem que se proteger. Está certo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, quero saudar nossos convidados, agradecendo.

Essa iniciativa que V. Exª teve, e estou tendo oportunidade, por um chamamento da Senadora, de fazer parte desta Subcomissão, que foi iniciativa principalmente do pessoal do Rio Grande do Sul, capitaneada pela Senadora Ana Amélia.

O que temos em mente hoje é que essas 241 mortes não podem ser em vão. A gente passa por tragédias periódicas e, infelizmente – não sei se isso é uma coisa mundial – mas há no Brasil a cultura do esquecimento. A gente, através do tempo... A Senadora falou aqui que, daqui a um pouquinho, se não se tomar providência, estará tudo funcionando erradamente, como sempre foi feito.

A obrigação nossa, em respeito a essas 241 vítimas, em memória delas, que a gente tome uma providência. Isso não pode ser em vão.

Ouvi atentamente o Tenente-Coronel Adriano, o Secretário Humberto, o Dr. José Tadeu, como também a Drª Dayse. É unânime, a gente sabe que é ser preventivo.

Tenho um problema sério comigo de entender o Poder Público. As prefeituras não têm capacidade de fiscalização. As prefeituras têm vontade, às vezes, e são levadas a facilitar, coisa que no Corpo de Bombeiros dificilmente acontece. Tanto é que, eu vim do mundo empresarial, quando a gente vai registrar uma empresa, sempre as dificuldades são com o Corpo de Bombeiros, porque são exigentes. A prefeitura, com qualquer cafezinho, se obtém essa licença. São muitas prefeituras no Brasil – são 5.565 Municípios.

É evidente que boa parte não está aparelhada, está distante e não tem recursos. Aqui me ocorreu uma ideia: que a fiscalização e o poder de fechar, de lacrar ou não, não seja mais da prefeitura e, sim, do Corpo de Bombeiros, ou em conjunto, mas que tivesse o aval do Corpo de Bombeiros. Vamos repetir, se depender das prefeituras, infelizmente, essas tragédias.

Tive uma experiência, agora, no final do ano, em dezembro. Embora seja um cidadão goiano há 38

anos, minha origem é São Paulo e mantenho lá um apartamentozinho. Em dezembro, estávamos em casa fazendo um jantar para a família e minha sobrinha ligou o ventilador de um dos quartos para trocar a roupa da pequeninha. Ela saiu do quarto, aqueceu o interruptor e havia um edredom em cima. Quinze minutos depois, o apartamento estava todo enfumaçado. Entramos todos em pânico. Temos uma secretária, uma faxineira que vai uma vez por semana em casa há 20 anos. Ela correu, pegou o extintor certo para eletricidade, o extintor certo para o fogo, deu uma aula para a gente. Se não fosse ela, o prédio estaria... porque eu poderia não estar mais em casa também. O apartamento fica fechado. A gente vai lá eventualmente. Então, poderia ter causado danos.

O fator, para mim, decisivo é o treinamento. Na minha cidade de Goiânia, nunca houve um treinamento. Isso deveria ser obrigatório. Deveria haver um certificado do Corpo de Bombeiros a cada seis meses e, quando fosse fazer a fiscalização, o prédio seria autuado, e autuado de maneira bem feroz, uma multa pesada para que todos os condôminos sentissem e responsabilizassem o síndico. Então, a primeira coisa é isso.

A segunda, por que o *sprinkler*, que é uma coisa tão eficiente, não é uma condição obrigatória dentro, inclusive, dos apartamentos, dentro das salas fechadas? Só temos duas saídas aqui. Se vier de lá para cá, vamos ter que saltar ali, que quebrar o vidro e saltar. Não tem *sprinkler* aqui. Não deveria ser obrigatório, já que é uma coisa eficiente desde 1919? Por que não é obrigatório? Não interessa se, aqui, decorativamente, vai ser bom ou não. Hoje nas construções... A senhora nos provou aqui que podemos salvar muitas vidas com isso, e não é só nas boates.

Uma coisa que também me chamou a atenção é o não funcionamento – eu ia fazer essa pergunta e o senhor explicou. Acho que imediatamente tem que cair uma chave. O motivo de continuar a banda e o som fez com que ninguém prestasse atenção no que estava acontecendo. Se cai, nesse momento, a energia, todo mundo vai parar para saber o que foi. Mesmo que a luz de emergência entrasse... Ninguém escutava naquele momento. A banda continuou e o fogo estava indo, o pessoal começou a gritar, mas o pessoal que estava atrás achava que era de alegria, que estavam pulando também. O pessoal apavorado lá na frente. Mas ninguém conseguia se sintonizar por causa inclusive do som, que estava muito alto.

É possível ter isso manual, Tenente-Coronel?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Automático?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O automático não entrou. Ele disse que o automático

existe, mas só quando as chamadas começam. No caso de fumaça, como isso funciona?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria saber se essa é a primeira pergunta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É a primeira pergunta.

Não tenho muitas perguntas, porque não sou especialista. Estou aqui querendo ser um agente, junto com a Senadora, indutor de caminharmos para o lado de soluções.

Em relação à legislação, estou sendo informado aqui que há uma legislação em andamento na Câmara. Não está em vigor – é lógico – e não conhecemos o atual projeto. Poderíamos, já que começou, quem sabe...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Essa é uma meta da Comissão. Depois eu explico, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ficam essas colocações. O treinamento é indispensável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Essa pergunta que V. Exª faz, eu a dirijo ao Coronel para respondê-la. É sobre a questão da interrupção do fornecimento de energia, automático ou manual. É a pergunta do Senador Cyro Miranda, que é do PSDB de Goiás e um empresário, portanto diferente.... quando se fala em exigir mais alguma coisa, vem o argumento de que isso vai custar caro. É um empresário falando isso. Então, está preocupado de fato com a questão da prevenção e do salvamento de vidas.

Então, queria uma resposta nesse contexto.

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – Hoje, na norma brasileira e nas legislações estaduais – não conheço todas, mas a maioria –, a iluminação de aclaramento entra apenas quando há queda de energia.

Não há como entrar com o sistema manual, a não ser que manualmente se vá lá, se derrube a energia e automaticamente entra. Já a iluminação de balizamento, em caso de locais de reuniões de público, tem que estar permanentemente acesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o caso de cinema, teatro...

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – É o caso de cinemas, boates, restaurantes, estádios de futebol. Aquela plaquinha escrita “saída” tem que estar permanentemente acesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Essa plaquinha está em um lugar que, em um evento como esse que aconteceu em Santa Maria, pode estar absolutamente invisível, em função de estar em um ambiente, como aconteceu, com pessoas eufóricas, consumo de bebida, ainda jogam hoje uma fumaça para fazer um efeito especial, fumaça de gelo ou gelo de fumaça... (Pausa.) É gelo seco. Usam sempre isso

como efeito especial. Então, aquilo acaba obstruindo a visão, impedindo a visibilidade da saída. Isso foi agravado, naquele caso, porque a saída era uma porta só.

O senhor falou dos CTGs. Conheço alguns. Os CTGs, em geral, são de madeira, para dar o caráter, digamos, da rusticidade e, como são de madeira, não têm ar condicionado. Como é um lugar de muita gente, tem muitas janelas e muitas portas para fazer a ventilação. Estou falando de um ponto de vista prático de observação de repórter que vê isso e que, de vez em quando, vai a um evento e verifica essas condições. Foi o exemplo que V. Exª deu, porque há CTGs no Brasil inteiro.

Queria fazer uma provocação ao Presidente do Confea. Ele foi muito direto em exigir uma fiscalização das prefeituras, inclusive uma fiscalização periódica. A responsabilidade maior de um conselho federal é a fiscalização do exercício da profissão. Por isso, o senhor está aqui. A OAB faz os exames da Ordem e, quando um advogado se envolve com criminosos, entra em um processo de cassação de registro. O mesmo vale para médicos inabilitados, que podem matar por imperícia, e assim sucessivamente.

O senhor, como representante de um órgão fiscalizador do exercício da profissão, requer mais rigor, quero perguntar como o Conselho que cuida do exercício ético da profissão está trabalhando nessa responsabilidade do profissional. Quando a gente requer fiscalização, a gente está admitindo que existem profissionais que não seguem aquelas normas éticas de responsabilidade com essas questões relacionadas, por exemplo, à segurança.

Gostaria de uma palavra sua nesse aspecto da questão do exercício profissional.

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Senadora, a lei que regulamenta a nossa profissão é um decreto de 1933, da época da ditadura Vargas, no Estado Novo. Depois, em 1966, Castelo Branco, também na ditadura militar, sancionou a Lei nº 5.194, de 1966. Portanto, estamos com uma lei já ultrapassada, que antecede à Constituição de 1988, diferentemente da OAB, que, com a Constituição de 1988, fez um novo estatuto em 1994. As outras profissões já conseguiram, inclusive, atualizar a legislação com relação à Constituição de 1988.

Nós estamos trabalhando, fazendo vários eventos de discussão com a categoria profissional, de forma democrática, no sentido de atualizar e modernizar a nossa legislação. Inclusive, de 7 a 14 de setembro, vamos ter, no Rio Grande do Sul, Estado de V. Exª, na cidade de Gramado, a Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia e VIII Congresso Nacional de Profissionais. Nossa pauta girará em torno da atualização e

modernização de nossa legislação, que não dá poderes ao Conselho para agir da forma como a OAB faz.

Existem vários projetos de lei tramitando aqui no Congresso, inclusive um deles que está na Câmara Federal, e o Presidente da Casa, o Deputado Henrique Alves, está agendando a colocação em pauta, um projeto que transforma em crime o exercício inadequado da profissão da engenharia e da agronomia – só para citar um projeto, mas existem vários projetos

Essa é a discussão que pretendemos fazer para que essa legislação se modernize. Imaginem que, de 28 conselhos de profissões, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia é o único em que, das 27 unidades da Federação, 12 unidades da Federação não têm assento em seu plenário. Ficam 12 Estados de fora, em forma de rodízio, porque ainda não fizemos essa alteração, que é um projeto que chamamos de federalização do Confea, que está no Ministério do Trabalho.

Estive ontem com o Ministro Manoel Dias, que nos garantiu que, em 8 ou 10 dias, encaminha à Casa Civil para que venha ao Congresso, para que realmente o Conselho Federal tenha, na composição, pelo menos um representante de cada unidade da Federação.

Então, estamos com a profissão regulamentada, mas com uma legislação desatualizada, que precisa ser atualizada, para que realmente a engenharia e a agronomia possam dar essa contribuição ao nosso País, nos moldes de outras profissões regulamentadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Presidente, veja só o alcance dessa audiência pública, o nível de detalhamento a que chegamos, o que é muito importante, porque são todos os órgãos que vão operar nesse processo. Conte com o apoio do Senado Federal, em particular desta Comissão Temporária, para ajudá-lo nesta causa, que é importante, porque é de interesse nacional.

O Secretário Humberto praticamente resumiu nossas grandes dificuldades. Vimos, hoje, que, no sistema federativo brasileiro, existe compartilhamento de responsabilidades, mas existe uma dificuldade de intersecção de entendimento das diversas unidades: União, Estados e Municípios. O senhor viveu, nesse caso de Santa Maria, exatamente parte dessas dificuldades, a dificuldade de estabelecer esse código. O senhor poderia hoje, diante do que aconteceu lá e pelo senhor ter vivido a experiência, indicar quais foram as maiores dificuldades, embora, como o senhor disse bem...

Eu estive lá, juntamente com o Senador Paim e o Senador Simon, no dia seguinte, e vimos que o trabalho da Força Aérea Brasileira foi essencial, transportando os doentes em estado mais grave para as unidades de

tratamento especializadas de queimaduras; do Exército, da mesma forma, disponibilizando, até porque perderam soldados nesse incêndio. Quais foram as maiores dificuldades que o senhor identificou naquele momento, embora a própria comunidade de Santa Maria tenha imediatamente se imobilizado – enfermeiras, pessoas, que ajudaram e apoiaram emocionalmente as famílias que perderam os seus filhos, os seus parentes, os seus amigos?

O SR. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO

– Bom, creio que seja muito importante a gente reafirmar o esforço que houve. Eu disse, e repito, que vi a Prefeitura envolvida, o Estado envolvido, o Governo Federal também estava presente, e nós não podemos aqui deixar de enxergar que houve muito esforço. Quando a gente fala em integrar os esforços e as atividades, o que nos chama mais a atenção é quem coordena, a partir do momento em que há forças federais, forças do Estado e forças dos Municípios. A gente precisa ter um cuidado, Senadora Ana, muito grande com isso, porque é a nossa história, fere susceptibilidades nisso. Quem vai coordenar? O Governo Federal quando vai, ele cuida evidentemente dos esforços dos órgãos federais. E a gente coloca à disposição o apoio, como foi o caso da Força Aérea e de todo aparato de saúde, suporte médico, que, reafirmo, me deixou bastante bem impressionado, porque participei das reuniões com vários grupos de médicos capitaneados pelo próprio Ministro Padilha.

Aí o Município também tem formas de atuar que ele compreende que possa trazer mais resultados, mas, numa hora daquela, praticamente desaparece a atuação do Município.

Esse cuidado a gente precisa ter na hora. Por sua vez, efetivamente, quem assume a coordenação é o Estado, mas não há uma relação muito próxima. Esse não é o caso só de Santa Maria, no País como um todo. Não há uma relação tão próxima que a gente compreenda na hora do desastre quem faz o que. Às vezes você encontra grupos de pessoas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o caso dos desmoronamentos no Rio de Janeiro, das enchentes.

O SR. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO

– Eu acompanho os desastres no Brasil nos últimos três anos. Achem que a minha cara é meio de desastres, porque fui a todos e conheço todos, mas a minha cara não é de desastre, vou lá para tentar salvar as pessoas. É mais por aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Secretário, penso que a chave está na questão de estabelecer o marco regulatório.

O SR. HUMBERTO AZEVEDO VIANA FILHO

– A senhora resume bem isso. É o marco regulatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um marco nacional de princípio nacional.

Eu queria lhe agradecer, Secretário.

Aproveitando a presença do Senador Cyro Miranda, nós temos quórum regimental, e eu queria submeter dois requerimentos. Peço licença aos demais expositores, que já vamos encaminhando para o final, e queria perguntar para a nossa Drª Dayse.

Requerimento:

O Senador Paulo Paim, como já havia mencionado, sugere, nos termos regimentais, audiência pública para ouvir representantes do sindicato dos trabalhadores, dos empregadores, dos fiscais do trabalho, do Ministério Público do Trabalho e representantes dos técnicos de segurança do trabalho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim.

O outro requerimento, de minha autoria, que eu já havia encaminhado à Secretaria:

Solicito audiência pública, ouvindo a Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Drª Regina Maria Filomena de Luca Miki, que coordena esse trabalho desse grupo que está tratando das questões relacionadas à previdência; Coronel Reginaldo Campos Repulho, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo; Tenente-Coronel José Carlos Riccardi Guimarães, presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar; e o representante do serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas, Sebrae Nacional, que junto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública também está elaborando um trabalho para envolver todas as empresas.

Talvez possamos, numa delas, também, Senador Cyro Miranda, trazer alguém do Ministério da Educação, no sentido de levar isso às escolas, porque temos que criar uma educação, uma cultura de que nós possamos estar atentos a esses eventos e não sermos expectadores ou vítimas de um incêndio por falta de informação e de preparo para isso. A escola como agente indutor.

Então, queria agradecer a V. Exª por ter ficado. Os dois requerimentos estão aprovados.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os dois requerimentos.

Aproveito, também, para colocar em votação a ata da 1ª Reunião que foi realizada, cuja leitura eu dispensou.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da 1ª Reunião desta Comissão Temporária.

Para encerrar, eu queria perguntar à Drª Dayse: esta audiência trazendo os senhores aqui foi porque eu vi a simulação do que aconteceu na boate de Rhode Island, nos Estados Unidos. Isso me impressionou muito. A presença dos senhores aqui se dá depois que a minha assessoria viu e me informou. De fato, ela é autoexplicativa. Ali realmente se prova a eficiência, no tempo exato, porque foi uma simulação do incêndio, em tempo real, com os mesmos produtos, a espuma que foi colocada para evitar o barulho. Praticamente, Secretário, o que aconteceu em Rhode Island foi o que aconteceu em Santa Maria. Os mesmos motivos, barulho, os vizinhos reclamando, então foi colocada essa espuma que foi o que matou as cem pessoas lá em Rhode Island e as 241 lá em Santa Maria.

Recebi aqui um promotor que atuou no caso dos Estados Unidos e que, hoje, está aposentado. E ele informou que lá, como aqui no Brasil, há providências que são muito mais medidas cautelares simples de, por exemplo, ensinar as pessoas a terem o hábito de prestar atenção nos sinais e de estarem atentas a isso. A segunda questão, obrigatoriamente, é a questão das posturas, a que chamamos de códigos de posturas municipais: a questão do habite-se, referido aqui pelo presidente do Confea, e a questão do rigor nas edificações. A senhora, que é engenheira, especialista... Porque também os materiais referidos pelo Coronel que representou a nossa brigada militar, a certificação dos materiais usados nessas edificações também tem a ver com o resultado final de um evento, de um sinistro como esse.

A questão do seguro me pareceu bem interessante. Nós somos imprevidentes no Brasil. Nós compramos um carro e não cuidamos de fazer um seguro, aí roubam e ficamos chorando porque pagamos a última prestação ou a primeira prestação do carro e temos que pagar todas as 60 prestações.

Eu queria perguntar à senhora: hoje, os custos cobrados para instalação de um sistema *sprinkler* são compatíveis com a habitação domiciliar e com a construção de prédios públicos ou prédios privados de eventos? Essa tecnologia já massificou o consumo para reduzir o custo que ela tem para quem vai usá-la?

A SRª DAYSE CAVALCANTI DUARTE – A senhora fez uma pergunta difícil. Vou respondê-la por partes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A senhora é mais acadêmica do que economista, eu penso.

A SRª DAYSE CAVALCANTI DUARTE – A tecnologia é acessível, não é nada de outro mundo. Talvez custe menos de 5% o investimento. A pergunta a

ser feita não é o valor do investimento a ser feito; mas qual é o custo de não se fazer?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o caso do seguro.

A SRª DAYSE CAVALCANTI DUARTE – A gente tem seguro e paga seguro esperando nunca usar. Então, eu posso transferir o risco para o seguro. O problema é que o seguro não vai aceitar se o seu risco não for protegido. Recentemente a gente teve problemas na Eletronorte, porque ninguém queria fazer seguro com a Eletronorte, e o problema são os incêndios no setor elétrico de uma forma geral.

O outro problema seriíssimo é que não temos profissionais qualificados na área de engenharia contra incêndio. A gente precisa começar a educar nossos engenheiros na graduação, os nossos técnicos. Então, uma barreira que vamos ter para implementação desse código nacional vai ser o que aconteceu na década de 70, início da década de 80, quando tivemos a implantação das normas de engenharia de segurança, as normas regulamentadoras. Não havia profissionais, foi quando se tornou obrigatória a disciplina de segurança do trabalho nos cursos de graduação e o curso de especialização.

No Brasil, hoje, a gente precisa formar os profissionais nesse sentido, porque, sem isso, eu não vou conseguir fazer com que o código nacional realmente seja obedecido.

Outro problema sério que temos no Brasil: não temos laboratórios, não temos infraestrutura. Nem mesmo o IPT, eu discordo do Coronel, tem condições de testar os materiais para saber os riscos de incêndio, quanto veloz vai-se propagar o incêndio, porque para isso a gente tem que ter um cone calorímetro. A gente não tem isso instalado no IPT, em lugar nenhum do Brasil. A gente precisa de infraestrutura, e não temos.

Então, para que o nosso código nacional realmente se torne uma realidade, precisamos de educação e de infraestrutura de laboratório para que ele funcione.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Dayse.

Vejam só, nós ampliamos mais um pouquinho. Além da questão de mudar o poder do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, também há essa questão da especialização. Aliás, a falta de engenheiros está levando a Presidente, que estava pensando em – entre aspas – “importar” médicos; agora vão importar engenheiros, porque o Brasil está com carência nessa área da profissão. É mais uma contribuição para uma especialização na área de prevenção.

Darei a palavra ao Coronel Adriano para que faça uma conclusão do que foi dito aqui em relação a todas as providências solicitadas. A sugestão do Senador

Cyro Miranda é de que a gente conclua a nossa audiência pública. A assessoria do Senador Paulo Paim e a assessoria técnica do Congresso Nacional que cuida desta Comissão Temporária levam todo esse material, todas essas informações, as sugestões dos senhores, para que sejam compiladas e disponibilizadas ao relatório final do Senador Paulo Paim.

Com a palavra, o Coronel Adriano.

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – Só respondendo a um dos questionamentos do Senador Cyro Miranda sobre a questão do treinamento. O que colocamos ali foi o que encontramos de deficiência na nossa legislação e estamos trabalhando em cima. Uma das peças obrigatórias do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI), no Estado, é o certificado de treinamento. Isso realmente tem colaborado e muito na redução dos incêndios. E muitas vezes até há um conflito, porque às vezes as pessoas combatem o princípio de incêndio e não chamam o Corpo de Bombeiros, mas chamam depois a seguradora, que se nega porque não houve a ocorrência junto ao Corpo de Bombeiros.

Uma informação também que é útil: nós fizemos um seminário, na semana passada, em que compareceu um médico do setor de queimados do HPS, que trouxe uma informação – como toda saúde pública é preocupante – de que em todo o Estado do Rio Grande do Sul hoje nós só temos 68 leitos para queimados. E a informação dele é de que a tragédia lá só não foi maior porque não era problema de queimados, o problema era de asfixiados, de intoxicados. Também essa questão dos queimados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E banco de pele também...

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – Já que estamos tentando modernizar a legislação e melhorar essa questão da pós-tragédia, acho que é importante também essa colocação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já que o senhor falou dessa questão do treinamento, Coronel, o promotor dos Estados Unidos me alertou para o seguinte: quando o Corpo de Bombeiros ou a prefeitura vai fazer a vistoria para um habite-se? No caso de uma boate?

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – No Estado do Rio Grande do Sul, como disse, por ser risco médio, ela é anual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não. Em que hora do dia?

O SR. ADRIANO KRUKOSKI FERREIRA – Nós procuramos agendar. A gente faz o contato. No plano há os telefones, e-mail do proprietário e do engenheiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Eu quero chegar ao seguinte – o Secretário já deve estar sabendo aonde eu quero chegar: quando esse promotor falou, ele disse que esse não era um problema só do Brasil mas também dos Estados Unidos. Essa vistoria agendada é feita às 4h da tarde, ou às 10h da manhã, ou às 11h da manhã. Então, quando se vai lá, o que se tem é um ambiente vazio, um prédio em que talvez tenha que se bater um martelo para saber se a parede está bem dura, ou bem resistente, olhar se há a sinalização, mas não há nenhuma condição de avaliar adequadamente o risco de se haver superpopulação, se há os sinais – esses todos a que nos referimos aqui – o sinalizador, a saída. Então, é diferente ir a um prédio vazio e a um prédio superlotado, que foi o caso da boate, inclusive, pois havia superlotação.

Então, esse é um dos dados para o que ele chamou muito a atenção e eu achei extremamente procedente essa cautela de fazer a verificação, evidentemente, em dois horários, com laudo de um engenheiro para ver a questão dos materiais.

Essa questão da certificação que a Drª Dayse também comentou é relevante, porque aquela espuma colocada tanto na boate nos Estados Unidos quanto em Santa Maria foi o veneno que matou os jovens. Em 90% dos casos a espuma que matou.

Então, agradeço muito V. Exª pela contribuição e pela forma quase cartesiana como apresentou todos os itens aqui.

Agradeço a Drª Dayse também pela colaboração que trouxe.

E não sei se o nosso Presidente do Confea quer fazer uma observação?

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – Uma observação interessante é que o Estado do Rio Grande do Sul tem uma lei, aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Senadora, seu Estado...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nossa terra.

O SR. JOSÉ TADEU DA SILVA – E a gente admira a cultura do Rio Grande do Sul.

O Governo do Estado não contrata nenhuma obra, nos processos de licitação todos, sem ter o seguro de responsabilidade civil do engenheiro e da construtora. Então, lá é obrigatório o seguro de responsabilidade civil quando se emite a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, do profissional. E lá, juntamente com a construtora, a empresa, é preciso ter o seguro de responsabilidade civil. Consequentemente, a seguradora vai tomar esses cuidados do risco, uma vez que foi citado aqui.

Com relação à modernização do nosso sistema, eu citei que ontem estive com o Ministro do Trabalho

Manoel Dias, recentemente empossado no Ministério, e também estive ontem com o Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, falando sobre essas questões, inclusive da fiscalização das obras inacabadas, que precisam emitir laudos e o Conselho não pode pagar isso para fazer, porque hoje somos fiscalizados pelo TCU e não há a previsão desse gasto do recurso.

Embora o Conselho Federal tenha esse recurso, ele não pode gastá-lo. Então, há também a necessidade dessa alteração na lei, para que a gente possa atender a essa demanda do nosso País, inclusive aqui do nosso Congresso Nacional e do próprio Governo.

Então, estivemos lá e o Presidente Renan colocou para nós que estaria disposto a colaborar, como V. Ex^a também disse a nós.

Agradecemos e contamos com o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores nesse nosso desejo de atualizar a nossa legislação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. José Tadeu, conte com o nosso apoio redobrado agora, porque o senhor já esteve com o Presidente, mas precisamos de todos juntos para operar.

Eu passo a palavra, agora, ao Secretário, para a conclusão final do que foi aqui referido, com os agradecimentos antecipados.

O SR. HUMBERTO DE AZEVEDO VIANA FILHO – Pois bem, eu queria agradecer, em nome do Ministério da Integração Nacional, a V. Ex^a o convite para estar aqui. Reafirmo que é extremamente oportuno fazer isso. Estamos com atraso para que tenhamos um eixo nacional para ajudar, mas o mais importante é que começamos a trabalhar. E eu estou, em nome do Ministro, colocando à disposição o esforço que o Ministério possa fazer para colaborar com o trabalho de V. Ex^a.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer e pedir a V. Ex^a que transmita, em nome desta Comissão Temporária e em nome do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim, que é o Relator, em meu nome e em nome do Senador Cyro Miranda, que é o nosso Vice-Presidente, e dos demais componentes desta Comissão Temporária, os agradecimentos ao Ministério da Integração Nacional.

E agradeço ao senhor, titular da Secretaria Nacional de Defesa Civil, Dr. Humberto de Azevedo Viana Filho, pernambucano, como a Prof^a Dayse aqui, que quase estariam em maioria se não fosse o Coronel Adriano, eu, o Senador Paim e mais o representante da Brigada Militar.

Brincadeiras à parte, agradeço as suas referências ao Rio Grande, que está avançado nesses aspectos.

Agradeço ao Tenente-Coronel Adriano Krukoski Ferreira, representando o Coronel Guido Pedrosa de Melo, Comandante do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do nosso Rio Grande do Sul; à Prof^a Dayse Cavalcanti Duarte, da Universidade Federal de Pernambuco e doutora em Engenharia de Proteção a Incêndios pela Universidade de Edimburgo (UK), representando Marcelo Olivieri de Lima, Diretor-Geral do Instituto Sprinkler Brasil; e ao nosso Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Dr. José Tadeu da Silva.

Com nós explicamos no início desta audiência pública, o convidado Sérgio Ceccarelli, Diretor do Centro de Difusão Científica e Tecnológica em Segurança Contra Incêndios, não pôde comparecer por motivos de saúde, o que é bem compreensível.

Então, eu queria renovar os agradecimentos a todos e dizer que esta Comissão Temporária está aberta a receber sugestões que, eventualmente, sejam consideradas pertinentes e não foram aqui abordadas. Estamos à disposição. Especialmente, falo em nome do Senador Paulo Paim, nosso Relator.

Então, dou por encerrada a presente audiência pública, com os renovados agradecimentos a V. Ex^{as}. Muito obrigada.

Está encerrada a reunião. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)

“COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 18, DE 2013, COM A FINALIDADE DE REALIZAR LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL, E ELABORAR PROPOSTA CONCRETA, EFICAZ E DE ALCANCE NACIONAL DAS NORMAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS, TENDO COMO REFERÊNCIA RIGOROSOS PADRÕES INTERNACIONAIS”.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2013, às 14 horas e 41 minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Ana Amélia (PMDB/RS)** e com a presença do Senador: **Cyro Miranda (PSDB/GO)**. Ausente justificadamente o Senador **Paulo Paim (PT/RS)**. Deixaram de comparecer os Senadores **Pedro Simon (PMDB/RS)**, **Jorge Viana (PT/AC)** e **Gim Argello (PTB/DF)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos Senhores: **Cristina Villanova**, Diretora do Departamento de Política, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Seguran-

ça Pública do Ministério da Justiça; **Adilson Antônio da Silva**, Major do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo; **José Carlos Riccardi Guimarães**, Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar – ASOFBM; **Helena Maria do Pojo Rego**, representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Nacional

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senhoras e senhores, nós estamos começando, agora, a 3ª Reunião da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 18, de 2013, com a finalidade de realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e ao combate de incêndios no Brasil e elaborar uma proposta simples, concreta, eficaz, de alcance nacional, das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

Eu queria convidar, para participar do debate de hoje desta audiência pública, a Diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Drª Cristina Villanova.

Obrigada, Drª Cristina. Boa tarde.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Obrigada pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Convidamos, também, o Major PM Adilson Antonio da Silva, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo; o Tenente-Coronel José Carlos Riccardi Guimarães, Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar – ao que consta, houve um problema com o seu voo, um problema no aeroporto, mas espero que resolva –; e a Srª Helena Maria Pojo do Rego, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional).

Muito obrigada, Helena, pela presença.

Eu queria informar-lhes que o nosso Senador Paulo Paim, Relator desta Comissão Especial, está num compromisso fora do Congresso Nacional, mas me deu a incumbência de fazer a coleta das informações que serão apresentadas aqui e que a Consultoria do Senado, da mesma forma, passará ao Senador Paulo Paim, com a gravação do que nós discutirmos aqui, para as providências.

Nossas audiências têm sido mais objetivas, com a exposição, por dez minutos, de cada um dos expositores e, posteriormente, com as indagações das Srªs e dos Srs. Senadores.

Então, eu convido a Drª Cristina, Diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para fazer uso da palavra.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Obrigada, Senadora, pelo convite.

A Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, pede desculpas por não estar presente. A gente está cumprindo uma agenda de trabalho na Paraíba para a implementação de um programa chamado Brasil Mais Seguro, e, por isso, ela não pôde estar presente.

Pode colocar a minha apresentação, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu quero aproveitar para convidar o Tenente-Coronel José Carlos Riccardi Guimarães, Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar, que acabou de chegar.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Ele vai colocar a apresentação.

Vou mostrar um pouquinho para a senhora qual é a competência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o que a gente vem desenvolvendo, pelo menos nos últimos dois anos. Na verdade, desde a instituição do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2001, a Senasp apoia projetos na área das instituições de segurança pública: Polícia Militar, Polícia Civil, área de perícia, bombeiros militares e também guardas municipais. E também quero falar um pouco das parcerias que a gente estabeleceu ao longo desse trabalho, inclusive com o Sebrae, que está aqui presente, e, obviamente, com os corpos militares de todo o País.

Recentemente, a gente publicou quatro grupos de trabalho com representações de várias unidades da Federação, assim como de outras entidades, que eu até vou relacionar aqui para a senhora. Está reunido hoje, desde terça-feira, o primeiro deles; na semana que vem, um segundo grupo vai se reunir e assim por diante. A gente fez a publicação e já agendou as reuniões de trabalho, para não demorar muito tempo na confecção desses documentos e para deixar à disposição, e também das contribuições, os resultados para esta Comissão Especial do trabalho que a gente vem desenvolvendo.

Pode passar, por favor.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública – não elenquei todos, mas aqueles que podem ser utilizados aqui, nesta Comissão Especial –, é responsável por assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da política nacional de segurança pública e dos programas federais de prevenção social e controle da violência e da criminalidade; planejar e acompanhar e avaliar a implementação dos programas do Governo Federal para a área de segurança pública; elaborar propostas de legislação e regulamentação em serviços de segurança pública –

referência ao setor público e ao setor privado; estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública, e, no caso, corpos de bombeiros militares também; realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para redução da criminalidade violenta.

Pode passar, por gentileza.

Aqui, só para vocês terem uma ideia, antes de 2010, nós também financiávamos ações para os Estados, especificamente, e fazemos a aquisição direta de equipamentos. Mas esses são os últimos que realizamos, a partir de 2010. Então, setenta viaturas de salvamento são distribuídas para todas as unidades da Federação, claro que não de forma igualitária, mas considerando o efetivo do Estado, a área territorial e também as ações que são desenvolvidas em cada um desses Estados e do Distrito Federal; 405 aparelhos autônomos de ar comprimido respirável – eles têm cilindro, inclusive; 54 desencarceradores hidráulicos.

Em 2012, conseguimos fazer um aditivo dos contratos que foram celebrados em 2011, para aumentar o número de equipamentos a serem adquiridos e entregues aos Estados, e estamos, neste ano e no ano de 2014, fazendo aquisição de equipamentos de autobomba tanque. A senhora sabe que os equipamentos de bombeiros são muito caros. Então, a gente vai fazendo paulatinamente, na medida em que nosso orçamento permite também, porque temos que contemplar as demais instituições de segurança pública.

Pode passar, por favor.

Além disso, nós financiamos projetos que são espontaneamente encaminhados aos Estados. Então, volta e meia, a gente abre para os Estados apresentarem também projetos para os bombeiros. Esse foi a partir de recursos celebrados pelo Pronasci com os Estados de Alagoas, Minas Gerais, Roraima, Alagoas de novo, agora em 2012, a partir da implementação do programa Brasil mais Seguro, que lançamos em junho de 2012 lá naquele Estado. Esse era um dos projetos prioritários, principalmente porque ele trabalha com resgate de vítimas de homicídio

Em 2010 e 2011, com o Fundo Nacional de Segurança Pública, e aí tem o objeto de cada um dos convênios – Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná de novo, e São Paulo –, muito de acordo com a demanda que o próprio Estado apresenta para a Senasp. As aquisições são feitas a partir de estudos que realizamos. Fazemos a aquisição direta, porque também representa um custo menor desses equipamentos, em razão da quantidade adquirida.

Pode passar, por favor.

Demais ações: a realização de pesquisa perfil dos corpos de bombeiros militares, que é a única instituição em que a gente consegue obter 100% das respostas, ou seja, as instituições dos corpos de bombeiros militares de todas as unidades da Federação respondem ao nosso questionário, no qual a gente faz um levantamento com relação à estrutura organizacional, orçamento anual, gestão da informação, recursos materiais, recursos humanos, capacitação e valorização profissional, ações e atribuições e ações de prevenção que eles realizam.

Eu trouxe para a senhora o último relatório que foi publicado. Nós temos de todas as instituições e dos corpos de bombeiros também.

O Sinesp, que é o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, foi aprovado no ano passado. Nós elaboramos e definimos um padrão de coleta de dados das ocorrências, dos atendimentos realizados por corpos de bombeiros militares, que nos ajuda a mensurar as ações que conseguimos realizar todos os anos.

Elaboração para um conteúdo para a rede de ensino a distância da Senasp. Nós possuímos uma rede de ensino a distância própria, principalmente pensando naqueles profissionais que estão mais distantes dos centros urbanos. Estamos disponibilizando um curso específico para a área de bombeiro, que possui três módulos, que estão ali indicados – teoria do fogo, sistemas básicos de proteção passiva contra incêndio e sistemas básicos de proteção ativa contra incêndio – e que foi elaborado pela nossa assessoria, mas, claro, contando sempre com a colaboração com os corpos de bombeiros militares de todo o País.

Por favor.

Acho que uma das questões importantes são as parcerias que conseguimos realizar. A *Liga Bom*, a *Liga Nacional dos Bombeiros Militares*, a gente participa e os ajuda a organizar as reuniões que eles realizam durante o ano, inclusive pautando temas em discussão dos coordenadores dos corpos de bombeiros militares de todo o País.

Quanto ao Ministério da Saúde, desde 2011, estamos trabalhando com eles, no sentido de aumentar a capilaridade do atendimento emergencial pré-hospitalar com o apoio do Samu e o envolvimento da Senasp na Força Nacional de Saúde e, em especial, para viabilizar a parceria entre os corpos de bombeiros militares e o Samu na expansão do serviço emergencial de atendimento pré-hospitalar, bem como nessas ações da Força Nacional de Saúde, em casos de situação de emergência, ou em estado de calamidade pública, em decorrência de desastres.

Pode passar, por favor.

Por fim, o Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio, o Sebrae, onde, em 2011, nos mesmos moldes dos grupos de trabalho que estamos fazendo este ano, nós elaboramos uma diretriz nacional de referência para o processo de licenciamento de micro e pequenas empresas de pequeno porte.

No início, pensávamos que iríamos atender só essas, mas conseguimos estabelecer as definições e também a classificação dos riscos. Aqui também trouxe uma cópia dessa regulamentação que serve, na verdade, para todas as empresas de uma forma geral. Foi publicada em dezembro de 2012.

Agora, nós estamos ampliando a parceria, em especial com o Sebrae, porque encaminhamos para todos os corpos de bombeiros militares a publicação feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Ministério de Indústria e Comércio. Agora, estamos fazendo também uma reunião com os empresários. Capitaneados pelo Sebrae, nós vamos com o aporte técnico dos corpos de bombeiros para falar e explicar como implementar essa resolução.

Pode passar, por favor.

Por fim, esses são os quatro grupos de trabalho que estamos implementando. O primeiro deles é um GT para propor uma minuta de código nacional de segurança contra incêndio e pânico. Estamos fazendo a primeira reunião esta semana neste momento. Além dos seis Estados que participam – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Acre, Distrito Federal e me esqueci de um. Daqui há pouco, eu me lembro. –, contamos também com representações dos corpos de bombeiros voluntários, dos corpos de bombeiros civis, da área de segurança industrial e autorrisco. O Ministério da Ciência e Tecnologia também está participando; a Anac, porque eles também possuem um trabalho com relação à segurança contra incêndio aeroportuária; o Ministério do Trabalho e Emprego, por causa da NR nº 23, que trabalha a questão da segurança contra incêndio com foco nos trabalhadores, que inclusive também está em revisão; o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, que convidamos para participar; uma organização não governamental, chamada Instituto Sprinkler Brasil, que trabalha a difusão do conhecimento do sistema de segurança contra incêndio por meio dos chuveiros automáticos; a Superintendência Brasileira nº 24 (ABNT), que cuida da normatização de segurança contra incêndio e também o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que possui um laboratório do fogo.

Então, existem inúmeras instituições que, de acordo com a sua competência, trabalham com a regulamentação da questão dos incêndios e também de situações de pânico. Aí, acredito que estamos reu-

nindo pela primeira vez todos esses atores para estar elaborando esse código nacional, cujo outro trabalho será, depois, disseminá-lo no País e poder efetivamente fazer sua implementação em todo o Brasil.

É isso. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Cristina Villanova, porque foi bastante sucinta, embora tenha mostrado o que está sendo feito neste setor e, no final, deu foco e luz àquilo que estamos buscando, que é propor uma minuta de código nacional de segurança contra incêndio e pânico.

Diante do que aconteceu em Santa Maria, penso que é nesse grupo de trabalho que está. Também me surpreendeu, aqui no 18, em que temos trabalhado muito, a padronização dos procedimentos operacionais do Corpo de Bombeiros. Ora, se estamos buscando é sinal de que não existe uma padronização. Então, fiquei curiosa de mencionar isso. Mas as autoridades aqui do Corpo de Bombeiros vão nos esclarecer sobre essa necessidade. Mas está bem focado no objetivo dessa Comissão Especial que tem sessenta dias para apresentar um relatório, com o Senador Paulo Paim.

Passo agora, então, ao Tenente-Coronel José Carlos Riccardi Guimarães, que é o Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar. Com a palavra, por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS RICCARDI GUIMARÃES

– Srs. boa tarde, repetindo, estou Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada. Quero desejar uma muito boa tarde a Srª Senadora e agradecer, em nome da Associação dos Oficiais da Brigada Militar, por aqui estar – nessa ansiedade por que passa a humanidade, notadamente o País, o Rio Grande do Sul, Santa Maria – diante do episódio trágico da boate Kiss, que não é o primeiro, até porque nós tivemos incêndios nos Estados Unidos, tivemos na Argentina. Então, a gente está se lembrando de Santa Bárbara quando tropeja.

Quero dizer que não sou bombeiro, mas que me acompanho de bombeiros. Está aqui o Major Rodrigo Dutra, da Brigada Militar, que é Comandante da Escola de Bombeiros.

Nossa inquietude, como bombeiros, não surgiu com a boate Kiss. Quando o Governador Tarso Genro assume o Governo do Estado e pretende fazer da segurança pública a vitrine do seu Governo os bombeiros tinham uma ansiedade, os bombeiros do Rio Grande do Sul, os oficiais bombeiros. O Corpo de Bombeiros que lá, no Rio Grande do Sul, integra a nossa querida e briosíssima Brigada Militar, ficou inquieto, como vem há muito tempo, porque percebe o quando alguém está do que a sociedade acredita que esteja. O Corpo de Bombeiro, representado pela Associação dos Oficiais, do Major Rodrigo, que aqui está, foi ao Governo do Estado

compor um grupo de trabalho, grupo de trabalho que pareceu surreal. Queremos que os bombeiros sejam bombeiros, atendam como bombeiros, tenham preparo como bombeiros e desempenhem a sua única e exclusiva razão de existir que é emprestar segurança, no que diz respeito a bombeiros, à Defesa Civil, a mergulho, a vôo, a salvamento em água, enfim, a todos aqueles mistérios que os bombeiros têm obrigação, por dever legal, pela Constituição. Lá no Rio Grande do Sul não é assim. Nosso Governador, Tarso Genro – e não sou político, não pertencço a nenhum partido político, não sou filiado –, criou um grupo de trabalho coordenado pelo Sr. Vinícius WU, que auscultou os bombeiros. Os bombeiros disseram, em primeiro lugar: queremos ter formação de bombeiros, Sr. Governo; segundo, queremos que os comandantes das unidades importantes de bombeiros, ou seja, todas são importantes, sejam bombeiros; nós queremos que o nosso treinamento seja diferente, diferente e compatível. Não tenho por que agora ficar treinando tiro ao alvo em movimento, em bastão, quando preciso dar um atendimento.

Quero dizer aos senhores – e até gosto de fazer algumas blagues – que nosso estudo, embora tenha sido muito sério, feito por gente muito séria, que esteve em muitos lugares do mundo estudando a atuação dos bombeiros, com interesse em bombeiros, com vocação para bombeiros, aptidão para bombeiro, não pegou nem a gripe a, mas a peste da gaveta. Foi engavetado pelo Sr. Governador e seus companheiros, que não deu nem um passo sequer. Agora, quando acontece a tragédia que nos vitimou – e vitima a todos por identificação, se não temos alguns afetos diretos – vêm falar dos bombeiros. Mas estamos atrasados, no mínimo, no Governo, dois anos. Porque nós colocamos na mesa do Governador: queremos que o bombeiro tenha treinamento, queremos que a escada Magirus lá de... Vou dar um exemplo. Montenegro está a 50 km de Porto Alegre e tem a obrigação de atender até o pólo petroquímico. Se alguma coisa acontecer, está estragada desde que o Governo assumiu e não tem perspectiva. O caminhão de bombeiros é 1958. Se arumarem a escada, não tem quem dirija porque hoje aquela caixa seca não tem mais gente.

Então, é o seguinte, Srª Senadora, acho que temos de mudar, sim, a legislação. Não sei nem se tem de mudar, mas temos de adaptar algumas coisas muito pontuais. Temos de levar a sério, antes de uma próxima Kiss, que Deus me livre. Realmente, o que está faltando é vontade política, lá no Sul. Somos jurássicos.

O Coronel Fucks, que não teve nenhuma participação na Kiss – e não poderia ter sido melhor –, não é bombeiro, mas comanda uma unidade como a de Santa Maria. A corrida – quando os bombeiros correm

em direção ao incêndio – tem sido feita com a metade, no máximo, das guarnições. Sabem quantos tinham de serviço, naquele dia, num contingente como o de Santa Maria? Quatro bombeiros. Chegarem milagrosamente, quase que suspeitamente, em três minutos. Só que grande parte daquelas crianças que estavam lá já estavam mortas. Por quê? Porque a espuma que foi lá colocada, espuma de poliuretano, em trinta segundos já começa a matar quem inalar. A espuma já tinha feito o seu serviço contra a humanidade. Por quê? Porque foi feito um termo de ajustamento técnico, ajustamento de conduta – desculpe-me faltou –, entre o Ministério Público e o proprietário da boate e ele colocou uma espuma de colchão, que não é autoextinguível. A Brigada Militar, os Bombeiros, já por todos esses problemas e muitos outros, não ficaram sabendo. Não tinham como ficar sabendo. O bombeiro não é onipresente, onipotente. Nem Deus advinha, senão estaria lá amparando aquelas crianças. Então, acho que muito mais importante... Perdoe-me porque o foco aqui é outro, mas não podemos desfocar, às vezes, o principal e focar no que mais fácil de resolver, o papel aceita tudo. O que nós precisamos é realmente conscientizar. Estou falando com V. Exª como uma Senadora do Rio Grande do Sul: lá vai mal a coisa. O Bombeiro precisa tem uma estrutura que já está desenhada, pronta, no colo do Sr. Governador. Desculpe-me a chulice. Está na gaveta, vamos dizer assim, do Sr. Governador Tarso Genro, dos seus assessores que, de alguma forma, nos engabelaram. Por exemplo, vim até aqui. Por que vim até aqui hoje? Cheguei atrasado por causa do voo, mas a gente vem aqui levando a sério. Então, lá também nós fomos levando a sério. Lá nós escalamos oficiais da Brigada Militar, que não são separados. E não queremos separação, queremos que os bombeiros sejam tratados como tal, com efetivo, com instrução além do Mampituba, com verba, com orçamento proporcional à Secretaria de Segurança. A Srª sabe quanto o Governo investiu em segurança, no Corpo de Bombeiros, em relação ao orçamento, da Brigada Militar? Zero ponto quatorze, não chegou a zero ponto dois. Aí não dá para ser feliz. Então, pelo menos que a perda dessas vidas agora sirva... Bom, nós não queríamos, evidentemente. Uma vida seria muito. Como disse o nosso Secretário de Segurança: “Se morreram duzentas e quarenta e uma vítimas, então, foi muito sério.” Eu não acho que foi sério. Se morresse uma vida já seria muito sério. Duzentas e quarenta e uma vitimam mais a humanidade, mas gente chora, mas uma vida que se perca por falta de segurança já é suficiente. Não estamos aqui chorando nada, estamos aqui chorando aquelas vidas. Estamos, muito mais do que isso, exigindo que o Governo do Estado

do Rio Grande do Sul, alinhado ao Governo Federal, muito mais do que mudar a legislação, atenda aos bombeiros do Rio Grande do Sul, que é uma parte da Federação importante, até porque lá aconteceu uma tragédia, mas poderia ser em qualquer lugar. Que tratem as coisas com seriedade, não adianta ficar criando grupo de trabalho, grupo de estudos. Estamos sensibilizados. Eu, inclusive, tenho gastado verbo da minha Associação. O pessoal diz: “poxa, sua Associação está com dinheiro!” Não, é verba curta, mas a tenho gastado para colocar na Rosana de Oliveira, aos domingos, e no Paulo Sant’Ana, embaixo, às terças-feiras, algum chamamento. Vamos ver se essas vidas... É que nem transplante. O sujeito perdeu um familiar de uma forma trágica, mas se deu uma córnea, se deu um rim, se dá um fígado, se deu um baço, não foi totalmente perdido. É como faz a Diza Gonzaga lá no *Vida Urgente*. Então, vamos fazer da Kiss uma coisa que a gente... Vamos fazer um trocadilho. Kiss, não queremos mais essas tragédias por conta da inoperância, da inépcia, da falta de seriedade e da promessa vã.

Então, Sr^a Senadora, estamos aqui à disposição. Temos muito com o que colaborar. Nosso problema maior é que precisamos da ajuda comunidade brasileira para que o Rio Grande do Sul seja um lugar um pouco melhor, um pouco mais seguro para se viver, inclusive sob o ponto de vista das calamidades, dos incêndios, da Defesa Civil e sob o ponto de vista do Corpo de Bombeiros.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Tenente-Coronel José Carlos Riccardi Guimarães, que preside a Associação dos Oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Convido, agora, Helena Maria Pojo do Rego, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, do Sebrae Nacional, para fazer uma abordagem a respeito até da referência feita pela Dr^a Cristina sobre essa parceria. Os resultados que nós obtivermos em planos muito bons serão muito melhores quando a gente tem a parceria de todos os agentes envolvidos nesse processo. Com a palavra também pelo mesmo tempo.

A SR^a HELENA MARIA POJO DO REGO – Boa tarde a todos, boa tarde, Senadora!

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer, em nome do Sebrae, pelo convite que foi feito. O Sebrae é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, por isso é que nós estamos aqui, com o objetivo de apoiar esse trabalho que, para nós, é muito importante e significa o real desenvolvimento do Brasil. É importante que o Brasil cresça e que seja mantida a segurança contra incêndios. Em momento algum o Sebrae quer que essa parte da segurança seja mitigada, ao contrário. Queremos, sim, que as empresas de

alto risco, como a Kiss, possam ser vistoriadas como precisam ser e que os bombeiros tenham condições e tempo para vistoriar quem precisa em primeiro lugar.

Então, gostaria de fazer uma pequena explanação. Próximo, por favor.

Gostaria de mostrar a vocês um panorama dos pequenos negócios no Brasil. O microempreendedor individual, que é uma figura que foi criada recentemente, é um pequeno empreendedor que fatura até R\$60 mil por ano. Há, atualmente, quase três milhões de pessoas formalizadas nessa situação. São pequenos empreendimentos, empreendimentos por conta própria, que se formalizam. São costureiras, pequenos salões de beleza, pessoas que vendem roupas. Então, são pequenos empreendimentos que se tem formalizado vindo de anos na informalidade. Temos a microempresa cujo faturamento, cuja receita bruta, é de até R\$360 mil por ano e a pequena empresa, que vai até R\$3,6 milhões.

Próximo, por favor.

Os pequenos negócios, o que representam para o País? Noventa e nove por cento dos empreendimentos brasileiro hoje são de micro e pequenas empresas, são empresas de pequeno porte. Há maioria esmagadora desses negócios no Brasil. O que é interessante sobre esses números é o saldo de empregos formais. As pequenas empresas são responsáveis por 52% dos empregos atuais. Em alguns momentos de crise, em 2009, por exemplo, quando as grandes empresas estavam demitindo, as pequenas empresas estavam criando 1,2 milhão novos empregos. Então, é um segmento para o qual o Brasil tem de ter certo carinho porque precisa ser tratado diferente, como a Constituição prevê e a Lei Complementar nº123, a Lei das Micro e Pequenas Empresas, prevê.

Quarenta por cento da massa salarial, enfim, 62% das empresas exportadoras e 32% das compras públicas federais.

Próximo, por favor.

O perfil do microempreendedor individual, como falei, e as principais atividades relacionadas a ele se repetem, também, nas micro e pequenas empresas. O primeiro lugar no *ranking* é o de venda de roupa – o comércio de roupa representa mais de 10% do segmento que hoje existe; em segundo lugar, está a parte de beleza, cabeleireiros, alguns tipos de prestação de serviços ligados à beleza; em terceiro lugar estão as obras em alvenaria, mas, na verdade, se somarmos o quarto e o quinto lugar, encontraremos as lanchonetes, minimercados, mercearias e armazéns. Não estou falando de boates, que seriam de uma outra CNAE e que estão em outro lugar no *ranking*.

No cenário brasileiro, continuando, estamos falando de 10 milhões de pessoas informais que não vêm para a formalidade, muitas vezes, pela dificuldade de se formalizarem, pelo custo que isso significa, mas principalmente pelo excesso de burocracia. A informalidade é uma coisa perniciosa, não é bom para um Brasil em desenvolvimento. A gente deve procurar reduzir essa questão da informalidade. Para isso, veio o Programa do Microempreendedor Individual. Diminuíram a questão da informalidade e, hoje, três milhões de pessoas, praticamente, já se formalizaram como microempreendedores individuais. A propaganda tem sido boca a boca. Uma pessoa informa à outra que está se formalizando, que é fácil, que é rápido, que basta ir ao Portal do Empreendedor para se formalizar. São sete milhões, hoje, de empresas formais no Brasil, sete milhões. É uma média de 600 mil empresas que não são microempreendedoras individuais e uma média de um milhão de microempreendedores individuais se formalizando todo ano. Na verdade, são em torno de 80 mil microempreendedores individuais que se formalizam todo mês.

Uma das coisas que nos chamam a atenção nas pesquisas que foram feitas com relação ao microempreendedor é que o maior motivo para ele se formalizar é querer ser regular. Ele não quer a Previdência, que é o que todos acharam que era o carro-chefe para ele se formalizar. Ele quer ser formal, quer ser regular. Ou seja, o empresário, de uma forma geral, não tem a vontade de fazer errado, ele quer estar dentro da regularidade. Então, essa informação é muito importante. Esses cidadãos de que estamos falando, que vieram para a formalidade, que foram incluídos dentro dessa política, querem, simplesmente, ser formais e regulares.

Um outro item que é importante observar são os cento e cinquenta e dois dias para a abertura de empresas que o *Doing Business* tanto mostra para nós. Nós estamos aí sendo alvos de vários eventos grandes que virão aí nos próximos anos e o Brasil está aí num *ranking* de cento e cinquenta e dois dias para a abertura de empresas. Países desenvolvidos, como a Austrália e a Nova Zelândia, abrem uma empresa em um dia. Então, há que se fazer uma forma diferenciada para se abrir uma empresa. Em momento algum aqui digo que as empresas de alto risco – e dentre elas enquadro a boate Kiss, que indiscutivelmente é de alto risco... Elas devem ser vistoriadas, visitadas por bombeiros, devem ter um procedimento normal, com projeto arquitetônico, tudo da forma como a lei exige. O que nós defendemos é que haja um tratamento diferente para os pequenos, que os pequenos empreendedores, em atividades de baixo risco, tenham, sim, um tratamento diferenciado. O que isso fará com o Brasil? Fará com

que os bombeiros tenham tempo e efetivo para fiscalizar quem precisa ser fiscalizado. Então, deixem uma empresa de comércio de roupas, que não tem um risco alto, efetivamente não tem. Ou seja, vamos capacitar esse empresário, vamos explicar a ele o que é preciso colocar na empresa para que tenha os critérios de segurança mínimos, vamos fazer com que ele cumpra essas exigências e vamos, sim, olhar com todos os olhos para as empresas de alto risco.

Siga, por favor.

Mais uma.

Quais são os problemas encontrados dentro desse trabalho que temos feito de levantamento dessa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, grupos que já fizemos nas cinco regiões do Brasil? Nós temos vinte e sete normas diferentes, uma norma para cada Estado. Se um engenheiro, especialista em prevenção contra incêndios, decide abrir uma empresa em São Paulo e, depois, precisar abrir uma mesma empresa, uma filial dessa empresa, no Amazonas, terá regras completamente diferentes. Isso dificulta para quem? Para todos. Dificulta para o empresário, para o poder público, dificulta para o próprio Bombeiro e até mesmo para a população, para poder cobrar daquele empresário que esteja efetivamente fazendo o que é preciso fazer em termos de segurança pública. Há pouca divulgação, pouco esclarecimento, as normas são confusas, são muitas, de difícil cumprimento. Então, é preciso haver normas claras.

A falta de estrutura física e de pessoal está na mídia. Nas últimas semanas têm-se mostrado bombeiros em situações absolutamente precárias, sem condições de fiscalizar nem o alto risco, quando mais o baixo risco. Então, vamos focar onde se pode, se é que se pode. Às vezes, nem isso.

Inexistência de definição padrão nacional dos procedimentos de licenciamento para as atividades de alto e baixo risco.

Não faz sentido que uma carrocinha de contraincêndios tenha de ter um projeto arquitetônico, como ocorre em alguns Estados que, quando o microempreendedor individual se formaliza, chegam a exigir um projeto arquitetônico para aquele pequeno empreendimento que fatura R\$5 mil por mês, R\$60 mil por ano. Isso não faz sentido.

Soluções sugeridas.

Um código nacional, com normas claras e objetivas. Ele foi feito a várias mãos, com representatividade dos bombeiros. É a Resolução nº 29, do Comitê Gestor da Redesim. É importante que essa resolução seja observada. Ela tem critérios importantes que padronizam minimamente essa questão, para que facilite o cumprimento. A priorização deve ser no alto risco. O

alto risco tem de imediatamente ser visto previamente, antes da abertura de empresas. Em momento nenhum se discute isso. Uma boate Kiss, que tem alta quantidade de pessoas, de movimentação de pessoas, tem, sim, de ir um bombeiro até ela e vistoriá-la previamente.

Materiais didáticos.

É por isso que o Sebrae está nessa parceria. Nós estamos querendo capacitar, capacitar e capacitar. Nós temos de educar o empresário para essa questão da segurança; não só o empresário, como a população em geral. É preciso haver campanhas nacionais de educação com relação à prevenção contra incêndios. O trâmite tem de ser mais simplificado, mais rápido e menos oneroso.

E sugerimos a adoção dessa Resolução nº 29, que já está publicada e foi entregue pela Drª Cristina para Senadora Ana Amélia. É esse o objetivo do Sebrae.

Nós estamos à disposição para apoiar, no que for preciso, inclusive com estudos, enfim, com tudo isso que for necessário para que seja feito o melhor trabalho possível.

Muito obrigada.

A SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Helena.

Eu gosto muito desse pessoal do Sebrae, porque é um pessoal extremamente preparado. Eu acho que escolhem pessoas com uma grande capacidade de verbalizar as questões.

Outro dia, eu estava ouvindo um especialista em organizar as empresas, num programa de televisão. Em cada caso que vinha, mostrava que o empreendedor já tem uma aptidão natural e que precisava de um planejamento, para não quebrar a cara. E era tão perfeito. Agora, estava ouvindo a Drª Helena e percebi que é exatamente uma linguagem de pessoas que se preparam na sua *expertise*, na sua área de atuação. Então, a senhora é absolutamente clara nisso.

Essa padronização de alto risco é fundamental. E, claro, não se pode exigir que uma carrocinha de pipoca tenha um planejamento para fazer segurança, não é Helena?

Eu queria lhe agradecer pela exposição.

Agora, para encerrar a fase das exposições, passo a palavra ao Major PM Adilson Antonio da Silva, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora Ana Amélia.

Agradeço o convite de participar deste encontro, deste debate, e coloco o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo à disposição dessa regulamentação, desse Código Nacional para a padronização e melhoria das condições de segurança em nosso País.

Como especialista em regulamentos e normas, vamos dar uma visão geral de como funciona em São Paulo, porque a legislação de São Paulo é seguida em alguns outros Estados e é aceita no meio técnico como uma das mais avançadas no Brasil. Nesse grupo de estudos, estamos tentando padronizar a segurança contra incêndios no Brasil, as exigências, e ela está servindo de base, como texto-base, para essa regulamentação a nível nacional.

Pode passar, por favor.

Aqui é só uma estatística do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, de 2012. Temos quase 720 mil atendimentos, sendo o grande carro-chefe das nossas estatísticas de atendimento o resgate, que é o atendimento ao trauma, no sistema de atendimento pré-hospitalar. Logo em seguida, já vem a atividade preventiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só para uma questão, Major. Esse resgate é de acidente de trânsito?

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – De trauma. Os casos clínicos são atendidos pelo Samu. Esse bombeiro vai mais para resgate mesmo, quando existe acidentado com trauma, ou seja, fraturas.

Logo em seguida, temos atendimentos preventivos, que seriam o nosso foco. Quando se atua muito na prevenção, você diminui os incêndios. Seria a segunda atividade do corpo de bombeiros, com 180 mil atendimentos. São análises de projeto, vistorias técnicas, atendimentos através de formulários, que são questões de dúvidas técnicas levantadas pelo usuário, comissões técnicas para casos específicos que a legislação não abrange – abrimos uma comissão técnica para estudar os casos particulares – e palestras preventivas, como “A Educação Pública no Brasil”, levando principalmente às escolas o conceito prevencionista de segurança contra incêndio. Foram 1.107 atendimentos no ano passado; foram 102 laudos de prevenção em estádios; e o total desses atendimentos preventivos, 180 mil.

O grande foco na prevenção são os projetos pequenos ou simplificados, como já foi dito aqui, sobre a dinâmica do pequeno empreendedor. Então, já temos na análise de São Paulo um atendimento prioritário. E é o grande volume do nosso atendimento, aproximadamente 100 mil vistorias, de pequeno porte, onde não se exige a planta, e sim fazemos a vistoria já diretamente nos equipamentos nos equipamentos de segurança.

A evolução da nossa legislação se deu com grandes incêndios, especialmente na década de 70 e 80. Então, vemos aí o Andraus, o Joelma, o Grande Avenida, o Sesp. Isso nos trouxe – não só para o corpo de bombeiros, mas para a sociedade em geral, em São Paulo – um alerta e, a partir daí, um aprimoramento

na nossa legislação. A evolução começou ali. Tivemos algumas especificações do corpo de bombeiros, que não previa, inclusive, escada de emergência. Elas começaram a surgir a partir desses grandes incêndios. Até então, não se tinha isso – uma rota de fuga segura.

Em 1983, a nossa legislação passou a ser cumprida por meio de decreto, apoiada numa lei estadual. Em 93, uma nova revisão da legislação. Isso tudo é uma evolução. Conforme a evolução da sociedade, das técnicas construtivas, das necessidades de prevenção e da atuação da prevenção do corpo de bombeiros, temos esse dinamismo de revisão constante da nossa legislação.

Em 2001, houve uma inovação, porque, até então, se os senhores perceberem, até 1993, era feito só através de decreto, fizemos uma nova metodologia, que foi a seguida por outros corpos de bombeiros do Brasil, citando Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná e alguns Estados também do Norte e do Nordeste. Ou seja, fazemos um decreto simples, enxuto, aprovado pelo Governador, e ele dá autonomia para o corpo de bombeiros aprovar e editar instruções técnicas que vão regulamentar as medidas de segurança.

Isso é interessante, porque o dinamismo que temos na construção é grande, e as inovações são grandes. A legislação tem de acompanhar isso. Se dependermos sempre de um decreto ou de uma lei, isso não é tão dinâmico, que é feita com a comunidade, inclusive técnica, junto com os oficiais do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, torna esse dinamismo mais eficaz.

Em 2011, foi a última revisão da nossa legislação. Então, as nossas instruções técnicas serão tão bem atualizadas. Inclusive, revisamos o decreto, que agora é o de nº 56.819, aproveitamos e fizemos uma revisão em toda a nossa legislação.

O objetivo maior da segurança contra incêndio da nossa legislação estadual prevencionista é a proteção da vida e, em segundo plano, ocorrendo o incêndio, temos essa possibilidade de as pessoas escaparem com vida da edificação e evitar a propagação desse incêndio, que ele se alastre pela edificação como um todo.

O nosso decreto, como disse, é enxuto, em que o Governador edita as exigências, vamos dizer assim, o que vai em cada edificação, e, depois, o detalhamento de como são feitas essas medidas – a incorporação do extintor, da luz de emergência, de uma saída, de um controle de material de acabamento – em instruções de competência do comandante do corpo de bombeiros.

Esse modelo tem sido eficaz não só no Estado de São Paulo, como em outros que têm seguido essa dinâmica, essa metodologia. Então, aqui é um resumo. Se você tiver um incêndio, primeiro, a legislação pro-

cure evitar que o incêndio ocorra, e, se ocorrer, procuremos compartimentar, deixar o incêndio naquele local onde ele se iniciou.

Então, precisamos de compartimentações, selagem de *shafts*, controle de materiais de acabamento, rotas de fugas facilitadas e meios de supressão e, se for o caso, uma boa brigada, um bom equipamento de hidrantes ou até mesmo supressão automática, que são os chuveiros automáticos.

Então, tudo isso é contemplado na nossa legislação. Posso dizer aos senhores que ela é baseada em normas internacionais.

Peguei alguns exemplos mais focados ao local de público, porque já temos essa prática no Estado de São Paulo. Por exemplo: Fogo. Material de acabamento. Então, exigimos, para local de público, que o fogo seja retardante, que tenha uma classificação de retardância contra a propagação do incêndio, ou seja, se houver uma chama próxima desse fogo, ele não vai propagar-se, ele vai retardar-se e até se apagar por si só.

Então, nós temos essa classificação dos materiais de acabamento para evitar o que aconteceu na boate Kiss.

Aqui, as rotas de fugas também, as saídas de emergência, não só para os ocupantes, mas para os bombeiros também.

Aqui há também um exemplo de dimensionamento de arquibancadas e locais de público.

Aqui, há outro fator importante que a nossa legislação abrange, mas para grandes espaços – estamos revendo agora, junto com esse grupo de estudo para pequenos ambientes –, é o controle de fumaça. Se o local for fechado, sem ventilação, incorporamos mecanismos de extração de fumaça, ou da forma natural, ou da forma mecânica.

Nossa legislação é aplicada quando tem a construção, quando há mudança de ocupação – isso é importante também. O edifício não tem direito adquirido. Se mudou o uso, ele tem que se adaptar às normas. Ampliação de áreas também – se ele ampliou, ele mudou, ele atende à legislação nova –, aumento de altura e regularização de áreas antigas. Temos uma instrução que só fala sobre adaptação de edificações antigas. Excluem-se desse regulamento as residências unifamiliares.

Próximo.

Quanto à responsabilidade, ele traz a responsabilidade dos engenheiros, dos arquitetos, daqueles que vão fazer o projeto, do proprietário. Por que do proprietário? Porque ele tem que manter o uso e a manutenção dos equipamentos conforme projetados.

Aqui, só um exemplo de classificação dos grupos. Classificamos como padrão internacional e padrão

NBR também. Aqui, se dermos um, vamos perceber embaixo, no nosso AVCB, que, para local de público, esse aqui é o certificado do bombeiro. Para local de público, não sei se vai ser possível dar um *zoom* aí – isso, perfeito.

Então, esse aí é um local de público, onde há a lotação máxima é de 500 pessoas. Deixamos bem expresso que isso vai ser colocado na entrada da edificação e proibimos, já há muito tempo, evento pirotécnico. Então, já fica bem claro lá para o proprietário, para o usuário, para aquele que está frequentando aquela casa, que não é permitido show pirotécnico. Em casos especiais, para se fazer pirotecnia *indoor*, é necessário um tratamento, uma brigada especial, e todo o artefato pirotécnico não produz calor, somente efeito luminoso.

É isso o que tenho a dizer. Coloco-me à disposição.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Major Adilson. Gostaria muito, como brasileira, que todas as guarnições, que todos os departamentos de corpos de bombeiros no Brasil, fossem como em São Paulo. Percebemos que o Estado de São Paulo é atendido em tudo aquilo que o Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar reclamou.

Até começaria perguntando ao senhor se, na corporação, a hierarquia é do Corpo de Bombeiros, ou é de um departamento da Polícia Militar. Como é que funciona essa questão de hierarquia referida aqui e como é a atualização da formação dos profissionais bombeiros militares?

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – O Corpo de Bombeiros de São Paulo é vinculado à Polícia Militar. São quatro Estados, se não me engano. Rio Grande do Sul e São Paulo são vinculados.

Agora, a nossa formação de bombeiro é própria há muito tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vocês têm escola própria.

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Temos escola própria. Temos um efetivo já delimitado para o Corpo de Bombeiros – são 10 mil homens. Daí, tanto o efetivo é fixado em lei quanto o treinamento é feito na nossa instituição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A instituição é subordinada à Polícia Militar. Então, o comandante do Corpo de Bombeiros não é necessariamente um bombeiro.

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Sim. No nosso Estado, não. Todo o quadro dos bombeiros é fixo de bombeiro. O que acontece é que, para vir para o

Corpo de Bombeiros, ele precisa se especializar, fazer o curso de capacitação na nossa escola, ser formado bombeiro. O que acontece é que continua sendo polícia. Ao contrário, ele pode sair do bombeiro e ir para a polícia, mas vir da polícia para o bombeiro...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mediante formação.

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – É. Não existe comandante nosso que não seja bombeiro formado, de formação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Esse contingente de dez mil que o senhor falou...

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Dez mil homens.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ... ele é suficiente para todo o Estado de São Paulo?

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Esse contingente está cobrindo hoje 80% da população. Então, 20% ainda não têm, não uma deficiência, mas posto físico do Corpo de Bombeiros instalado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A questão da definição das normas técnicas ali no certificado, como os senhores avaliam, para a concessão dessa autorização, só o Corpo de Bombeiros faz ou conta com engenharia, por exemplo, de normas técnicas internacionais de construção?

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Sim. A nossa legislação é bem democrática. Como São Paulo está próximo de universidade, próximo de instituto de pesquisa tecnológica e tem um núcleo, um laboratório de estudo de incêndio, a nossa legislação é bem democrática e a gente consegue colocar especialistas da universidade, de institutos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para elaborar.

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Isso. Para elaborar. Inclusive, o comitê técnico da ABNT/CB 24, que cuida da segurança contra incêndio, fica no prédio do Corpo de Bombeiros, então, tem uma participação efetiva da sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Chamou muito a minha atenção, e talvez esse seja o grande problema brasileiro, Major Adilson, a questão da prevenção. Sobre essas palestras que o Corpo de Bombeiros dá nas escolas, queria saber se o faz em rede pública e privada, qual é o nível da presença nessa aula de prevenção. Porque o grande problema no Brasil é exatamente que nós não estamos preparados, como países desenvolvidos, como os Estados Unidos, por exemplo. E não é o caso também de chegar a um extremo como o Japão, onde cada cidadão tem um *kit* antiterremoto, com máscara e tudo preparado. Não é necessário, como disse ali a Helena, um projeto para

um carrinho de pipoca. Mas o mínimo, como se portar diante de uma situação de pânico, seja de incêndio, ou desmoronamento, ou outra circunstância de um acidente. Então, eu queria saber como é feita a montagem desse programa em São Paulo, em relação a essas aulas envolvendo as crianças, porque elas são agentes, como se diz, estimuladores e repassadores da informação que recebem.

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Perfeito. A gente tem o programa Bombeiros na Escola, tanto na rede privada quanto na rede pública – a pública tem volume maior, maior demanda, mas atendemos também à rede privada. Esse Bombeiro na Escola tem exatamente esse conceito prevencionista. A gente ensina a criança a se comportar num incêndio, a se comportar numa situação de risco, a acionar o Corpo de Bombeiros. Isso é importantíssimo. Essa cultura prevencionista no Brasil é muito importante. Porém, só o bombeiro não dá conta de atender a toda a demanda. A gente tem consciência disso e faz o que pode atendendo às demandas. O certo seria haver um currículo nacional nas escolas, tanto nas de nível básico, fundamental, quanto em universidade, sobre esse conceito prevencionista de segurança contra incêndio. A gente percebe hoje muita falta, muita carência de informação. E também a sociedade não conhece os riscos, nem sabe como se proteger, nem como exigir a segurança contra incêndio nas edificações. Então, essa realmente é uma bandeira interessante, uma discussão boa para se fazer. E a gente acredita que, como é feito nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão, como a senhora citou, é preciso ter isso em nível curricular. Então, os bombeiros estão dispostos a treinar. Nesse programa Bombeiros na Escola, a gente treina os professores, mas em nível voluntário, em cada escola, para os professores transmitirem isso aos alunos e não ficarem só como bombeiro instrutor, mas, sim, para haver realmente um currículo em nível federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Major, só à guisa de curiosidade, quando acontece um evento como essa tragédia em Santa Maria, aumenta a procura pelas aulas nas escolas?

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Sim, essa tragédia causou uma demanda maior, uma solicitação maior, não só em termos de educação pública, mas também na parte preventiva, de vistorias, de orientação. Com certeza, o nosso volume dobrou em termos de preventivos, nesses últimos meses.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao senhor e quero cumprimentá-lo. Transmita à Corporação nossos cumprimentos pelo esforço que faz, especialmente no preparo técnico. Isso se deve a decisões de Governo, mas, de qualquer ma-

neira, a instituição está trabalhando com grande responsabilidade e comprometimento com prevenção e com qualidade técnica também. Cumprimentos ao senhor.

O SR. ADILSON ANTONIO DA SILVA – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria aproveitar o assunto e retomá-lo com o Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar. Aparentemente, esse quadro de São Paulo é bem diferente do quadro do Rio Grande do Sul, onde, também como em São Paulo, o Corpo de Bombeiros é subordinado à Brigada Militar. Quero lhe perguntar, então: é positivo que continue subordinado à Polícia Militar, no caso do Rio Grande, que é Brigada? É importante que continue sendo subordinado? O senhor já mencionou os problemas de não atendimento de demandas, que especialmente focam na base, que é a formação dos bombeiros. Então, eu queria saber se o senhor considera pertinente que continue sendo subordinado à Polícia Militar.

O SR. JOSÉ CARLOS RICCARDI GUIMARÃES – Vou dizer com clareza para a senhora o seguinte, sem mentir e sem dizer o que não sinto, então, vou dizer como sinto isso e como me coloco: percebo, há muito tempo, nas unidades de Bombeiros, ou seja, na Brigada Militar/Bombeiros, uma ansiedade muito grande de se adquirir uma identidade própria, ou seja, a separação, exatamente como é no grande número de Estados. Somente em quatro os bombeiros permanecem ligados à Polícia Militar. Então, eu diria assim: se fôssemos fazer uma enquete, uma votação com os bombeiros, não tenho a menor dúvida, seriam 95%, imagine, talvez até mais, de separação.

Como, entretanto, nosso Estado é muito conservador, e, de outra banda, teria que haver uma série de desdobramentos, inclusive de custos, então, nós, como Associação de Oficiais, entendemos, como solução intermediária, um divisor de águas: nós precisamos mudar... É um “canetaço” do governador, até porque a senhora sabe como é lá no Sul, lá o Governador faz o que bem entende, porque ele tem maioria na Assembleia, ele vota tudo o que quiser. Inclusive os Deputados, frequentemente, lá no Sul, dizem assim: “Coronel, eu sou contra essa lei que o Governador Tarso Genro está fazendo, foi um absurdo, uma tragédia contra nós”, não tem nada a ver com bombeiros, “mas é que a gente é da Base aliada”. Então, eles votam contra sua própria convicção. Num caso desses, seria um “canetaço” do governador, em regime de urgência, passa direto, não passa por comissão nenhuma, está resolvido.

Então, o que urge no Estado do Rio Grande do Sul, e eu lhe digo... Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar ou à terra. Então, que o Corpo de Bombeiros seja como lá em São Paulo, por exemplo, como disse nos-

so Major aqui muito bem, que seja delimitado: Bombeiros têm orçamento próprio, orçamento compatível, têm Comando próprio, têm formação própria, porque o único item que foi mudado da prática, dos dez itens que nós propusemos... E nós chegamos a falar até coisas simplórias, como tinha que ser pintada a identidade do Corpo de Bombeiros. E a única coisa que foi feita – e estou aqui, também está o Major, novamente – foram os oficiais do Corpo de Bombeiros, espontaneamente, que mudaram, fizeram o que nós chamamos, os militares, de um golpe de mão e conseguiram fazer uma instrução adequada, e agora, pela primeira vez, a formação foi mais compatível. Eu acho que não precisava haver a separação, mas eu já lhe disse o que pensam os bombeiros. Mas que tem que haver uma absoluta identidade com autonomia administrativa... É meramente mudar um organograma, é muito simples, é que há... Nós somos muito reacionários.

Por outro lado, a senhora perguntou para nosso Major, e eu digo o seguinte: se fala muito hoje em bombeiro voluntário. Olhe que bela tarefa para os bombeiros voluntários: a instrução, a educação. O sujeito quer ser bombeiro, ele realmente quer melhorar, ele pode, de alguma forma, ajudar muito os bombeiros oficiais: ajudar nas escolas, então, grupo de voluntários em todo o País, bombeiros voluntários, porque bombeiros têm que ter juramento de entregar sua própria vida em... Não pode ser um bombeiro...

Eu sou, por exemplo, dermatologista, sou médico, paralelamente à Brigada, embora tenha todos os cursos de oficial combatente. Fazemos muito frequentemente – participo da Sociedade Brasileira de Dermatologia – campanha contra o câncer de pele. E a senhora verá gente esclarecida em Capão da Canoa, em Torres, em Garopaba, ao meio-dia. Não é gente ignorante. A prevenção em nosso País é uma coisa muito complicada. Quem sabe pudéssemos realmente fazer como fazemos no câncer de pele e em outras doenças, do fumo, do álcool, que liberamos, mas depois não tem como tratar no SUS o câncer de pulmão e o... Acho muito discutível isso, porque liberamos o cigarro só que, depois, quando o sujeito está com câncer, não tem lugar na fila. Se está com câncer de fígado porque bebeu ou por causa da cirrose, não tem como atender. É complicado.

Acho que temos de trabalhar no sentido da prevenção, e o brasileiro é muito pouco prevenido. Não nos lembramos de Santa Bárbara. Foi o que aconteceu lá, porque, na verdade, não foi aquele fogo de artifício, aquilo foi o fator desencadeante. Um pequeno curto circuito naquela espuma causaria a mesma tragédia, sem fogo.

Na realidade, estamos acostumados a achar que não vai acontecer. Quem sabe, na legislação, abrimos uma brecha muito grande para que os bombeiros voluntários ajudem na educação do povo e a enfrentar o lagarto, como nós dizemos. Com fogo, tem de ser o bombeiro, que tem o compromisso de entregar a vida dele em detrimento da vida do indivíduo.

Realmente, temos de manter os bombeiros em uma estrutura própria no Rio Grande do Sul, ainda ligada à Brigada Militar, mas totalmente independente do ponto de vista de formação, de arregimentação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS RICCARDI GUIMARÃES – Orçamento e seriedade. Está faltando seriedade. Fizeram-me de bobo, dois anos estudando, eu não sabia quase nada de bombeiro, sou médico e combatente. E chamei esses rapazes que sabem quase tudo de bombeiro, não vou dizer tudo para eles não fiquem muito enaltecidos, mas sabem muita coisa, e eles me ajudaram. Faço um documento, estudo. Hoje, já sei tudo sobre sprinkler, sobre tudo, e, de repente, está engavetado.

Depois, vêm outras situações, como agora o Conselho Regional de Engenharia que quer crescer. Ele está, de alguma forma, invadindo o território dos bombeiros. Quem sabe de fogo, de salvamento são os bombeiros. Quem sabe de projetar estrutura, estudar materiais anti-combustão ou retardadores são os engenheiros. Quem entende de missa é padre. Senão começa assim: quero um espaço, quero empregar, então, de repente, vou colocar médico em tudo o que é corpo de bombeiro, porque quero dar emprego para os médicos. Não, cada qual no seu quadrado, faz bem o que faz, calcula bem a sua estrutura para não cair por cima da cabeça dos outros e deixe que os bombeiros saibam do assunto. Dê-lhes material moral, salário, estímulo e os bombeiros apagam quase tudo, só não no caso da Kiss, porque não tinha condições, era uma ratoeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Coronel José Carlos Riccardi Guimarães. O senhor defende suas convicções com grande entusiasmo e isso é muito bom.

O SR. JOSÉ CARLOS RICCARDI GUIMARÃES – Por definição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por definição e, é claro, aí está um pouco do que há muito o senhor se referiu aqui, o espírito gaúcho, que está sempre peleando pelas suas ideias.

Queria perguntar à diretora Cristina sobre este grupo de trabalho da Portaria nº 16, para propor uma minuta de código nacional de segurança contra incên-

dio e pane. Na audiência que realizamos aqui, ficou muito claro que esta é a maior necessidade do Brasil, normas gerais, porque não só cada Estado, mas cada Município tem um jeito de fazer e, às vezes, até a Defesa Civil tem dificuldade ao chegar. Isso porque a Defesa Civil, hoje, no Brasil, está atuando muito mais no desastre do que na prevenção. Percebemos isso. Eu lhe pergunto: que tempo está definido pelo Governo, pelo Ministério da Justiça e basicamente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para concluir esse trabalho? Penso que ele está muito próximo do que pretendemos, então podemos fazer uma parceria, como foi feita com o Sebrae.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Na publicação da portaria no *Diário Oficial*, colocamos 90 dias e a ideia é que não haja nenhuma prorrogação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Postergação.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Postergação do prazo, mas, hoje mesmo, o responsável pelo grupo, que é até um integrante dos bombeiros militares do Estado de São Paulo, que trabalha na nossa assessoria na Senasp, me disse que o grupo, nesses três dias, está rendendo tão bem... Inclusive, me esqueci que o Rio Grande do Sul é um dos Estados representados – eu sou gaúcha também. O Tenente-Coronel Krukoski é engenheiro, inclusive, e comanda um grande batalhão lá em Porto Alegre. Ele me disse que está rendendo de uma forma tão consensual e trazendo padrões tão importantes na construção... Porque, também, o nosso grupo de trabalho não funciona só nas reuniões. Normalmente, esses profissionais saem em comissão, não é major? O major está no grupo. Eles saem em comissão para, durante o período até a próxima reunião, a nossa ideia é fazer, no máximo, três reuniões seguidas, por isso, saiu a publicação, a gente já fez a marcação dessas... São quatro grupos de trabalho. Eu acho que estava com tanto medo do apito que não falei dos outros, mas a gente tem também, além da questão dos procedimentos operacionais, nós propusemos um GT para fazer uma regulamentação do programa educacional nas escolas dos serviços de bombeiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ah, então completa isso.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Porque a gente financia... Eu trabalho na Senasp há dez anos e fui coordenadora da área de prevenção à violência durante muito tempo. Nós, como agentes públicos... Principalmente na segurança, sempre prevaleceu mais a questão da repressão, comprar equipamentos, do que atuar na prevenção à violência.

Eu sempre brinco que um dos primeiros projetos que eu recebi, de prevenção, era para comprar 40 metralhadoras.

Então, nós temos de construir uma concepção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Conceito.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – E os corpos de bombeiros militares possuem trabalhos para além desse que o major comentou. Os bombeiros mirins, que trabalham com crianças, eu já fui visitar, em razão de financiamento e da necessidade que a gente tem de acompanhar e de fiscalizar os convênios que celebramos, já fui visitar, em várias unidades da Federação, esses grupos que trabalham com crianças e adolescentes, que, muitas vezes, trabalham no reforço escolar, fora, contraturno das aulas, normalmente, dessas crianças e adolescentes, e também dão noções preliminares de prevenção a incêndios e, também, questões emergenciais.

A gente viu, recentemente, que duas crianças, não só no Brasil, interagiram numa situação de salvamento de bebês, deram indicações para a mãe de como proceder e salvaram a vida dessas crianças.

Então, a gente também sabe, principalmente por causa do Proerd, que é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, que essas crianças e adolescentes que passam por um curso de formação, normalmente, são vinculadas para uma agenda totalmente positiva, porque elas têm camisetinhas, elas se sentem fazendo parte de um grupo: “Eu fiz o Proerd. Eu sou dos bombeiros mirins.”

No Rio Grande do Sul, inclusive, eu me lembro – eu já fui, uma vez, eu acho que até à própria Santa Maria –, das crianças e dos adolescentes fardados. Eles se sentem fazendo parte, pertencendo a um projeto, e, muitas vezes, incomodam os seus pais.

Esses projetos vieram por causa, também, do número de acidentes com água quente. Não só com fogo, mas com água quente, por derrubar água quente sobre si.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Acidente doméstico é o mais comum, não é?

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Exatamente.

Eles, inclusive, muitas vezes, ficam incomodando os próprios pais com relação a procedimentos, ou se fumam, ou se bebem, ou se qualquer coisa. A gente recebe informações dizendo que essas crianças já ficam, em casa, assim como a gente viu, aqui, na propaganda da questão do Código Brasileiro de Trânsito, dizendo para o pai: “Ah, tem de parar na faixa de segurança, tem de dar sinal”, porque aprenderam na escola.

Eu acho que os profissionais da área de segurança pública, em especial os bombeiros, têm um apelo. Pesquisas já foram feitas. São profissionais que têm um alto índice de apego na sociedade, de confiança que as pessoas têm, na sociedade, com relação a esses profissionais.

A ideia é que a gente possa, também, regulamentar, porque orçamento público, quem é gestor sabe, sempre é uma dificuldade a gente dizer onde nós vamos – se a gente puxa a cabeça, a gente deixa os pés destapados –, onde estabelecer uma forma adequada e harmônica para que a gente consiga apoiar todos os projetos e, também, de alguma forma, consiga ter uma maior visibilidade para o trabalho, porque, muitas vezes, é um trabalho anônimo.

A ideia, também... Porque um dos grupos trabalha, vai propor uma regulamentação para as atividades não só dos bombeiros militares, mas também dos bombeiros voluntários, dos bombeiros municipais e dos bombeiros civis, para que a gente possa, de alguma forma, se integrar e ter uma malha maior de atendimento à população, o que é a finalidade em especial desses profissionais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Cristina, é o seguinte... Agora, vou ter de elogiar, também, porque a exposição dela é também tão clara quanto a da Helena.

Em relação a... Bom, trabalha nisso há dez anos, então, a gente percebe exatamente o envolvimento pessoal, por convicção, do que a senhora está dizendo.

Sempre que se fala na área escolar, da inclusão de uma nova matéria... Na verdade, não é uma matéria. Isso é extracurricular, e não é o professor que vai explicar, porque ele não é bombeiro. Então, vai uma equipe de fora da escola para fazer esse trabalho. Às vezes, podem-se juntar duas salas de mesma idade – estou bolando, porque fiz curso de professora. Há muito tempo; hoje mudou muito esse sistema. Há sempre certa dificuldade.

Então, percebo que, talvez, nesse aspecto seja mais fácil, porque a professora não ficará sobrecarregada para fazer o serviço, como no caso de algumas matérias que às vezes entram. “Vamos botar isso”, e há uma reação sempre grande. O próprio MEC no currículo escolar...

Isso aqui é diferente. É uma prevenção feita por especialistas, como é o caso do Corpo de Bombeiros que vai lá. Existe nesse grupo de trabalho uma interação com o Ministério da Educação no sentido de orientar também, para as escolas que tenham abertura para isso, porque às vezes, digamos, a compreensão disso pode... Às vezes, poderia um secretário de ensino fun-

damental, ou médio, dizer: “Não, já tem muita sobrecarga no currículo das crianças, e tal...”. E não haver.

Então, queria saber se existe uma boa interação com o Ministério da Educação e com os professores.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Com o Proerd, nós tivemos de estabelecer essa relação, porque o Proerd hoje é um projeto que, eu digo, que às vezes a falta de conhecimento sobre ele gera...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Falta de informação.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – ...gera muito preconceito com relação, principalmente porque ele fala muito sobre a questão das drogas. Ele é um projeto inspirado num projeto americano. Então, muitas vezes, há um preconceito grande com relação a ele.

Então, na verdade, há coordenação, porque o Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares tem uma câmara técnica específica do Proerd, que reúne os 27 Estados.

A senhora tem de conhecê-los, porque eu trabalho com polícia comunitária também e digo, quando reunimos os grupos, os representantes de polícia comunitária dos Estados, que eu queria muito que eles tivessem o sentimento dos “proerdianos”, porque eles brigam muito. Assim, por causa da discussão, os temas que vão ser abordados, as adaptações que têm de ser feitas nas cartilhas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cada um quer vender o seu peixe.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Mas não fale mal do Proerd! Eles brigam bastante, e isso talvez seja a relação que faça. Eles são muito unidos, têm um sentimento de pertencimento e defendem aquele projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Envolvimento.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Muitos deles trabalham no seu horário de folga e não recebem nenhum tostão a mais para fazê-lo. Então, muitos desses profissionais são voluntários também para fazer a atuação no Proerd.

Então, fizemos uma defesa deles junto ao Ministério da Educação, apresentando que não é só um programa. Há toda uma discussão pedagógica sobre a atuação deles. Inclusive, na época em que o atual Prefeito de São Paulo, Haddad, era Ministro da Educação, a filha dele fez o Proerd, e ele pediu para conhecer melhor, porque ela falava tanto no programa, que ele não conhecia, mesmo sendo Ministro da Educação. Assim, também fizemos uma exposição lá.

E temos com eles uma discussão pedagógica.

O bombeiro mirim, como trabalha no contraturno, normalmente, essas aulas acontecem nos espaços

dos corpos de bombeiro. O projeto de São Paulo, não, acontece nas próprias escolas, mas normalmente se faz uma negociação caso a caso.

Então, conversamos nas secretarias municipais e estaduais de Educação, para apresentar o projeto, de alguma forma. Se não se consegue atender toda rede municipal e estadual, o que nunca se consegue... No ano passado e neste ano, estamos trabalhando na ampliação até dos profissionais que atuam no Proerd, e a ideia é de que, na regulamentação, também seja possível dimensionar e saber exatamente, na ponta da... Hoje, eu posso lhe dizer quantos alunos são atendidos com o Proerd. Em relação aos projetos de prevenção que os bombeiros fazem, eu não sei lhe dizer. Então, a ideia é que possamos também saber a quantidade, o percentual das escolas atendidas em cada Município; saber quantos profissionais é preciso formar para ampliar-se a rede; e buscar as parcerias necessárias.

Então, com certeza, vamos procurar que o Ministério da Educação também participe desse GT.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Drª Cristina.

Eu vou renovar ao nosso Relator, Paulo Paim, esse contato e essa... Acho que é muito importante, porque está bem no espírito do nosso trabalho aqui.

A SRª CRISTINA GROSS VILLANOVA – Se a senhora me permite, falando já no Rio Grande do Sul, a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul possui um projeto muito interessante de prevenção a acidentes nas escolas, chamado Sipav. O Secretário Municipal de Segurança, que está na reserva da Brigada Militar, o Coronel Lousada, é o responsável pela Secretaria já há bastante tempo. E esse é um dos projetos principais que a gente utiliza como uma boa prática a ser inclusive empregada por Municípios de outros Estados brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela informação, até porque Caxias é onde nasceu Paulo Paim. É a terra do Senador Pedro Simon também.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não, Canoas é a base eleitoral, mas ele nasceu em Caxias do Sul.

Eu queria perguntar para a Srª Helena, do Sebrae. Da mesma forma que a questão nas escolas, esse problema que eu falei da restrição por falta de informação, por falta de você esclarecer bem. Toda vez que você informa a um empresário, seja ele pequeno, médio ou grande, de qualquer setor empresarial, dizendo que temos que fazer tal coisa, ouve: “Ah, mas quanto vai custar isso? Qual o custo disso? Eu vou ter que repassar para o meu produto, não é?” E isso é

uma questão que não é só para a pessoa que entra na loja, é para ele, para a família dele, porque o pequeno empreender é individual, a pequena e média empresa é familiar, sempre é familiar. Então, como essa política de prevenção em que o Sebrae está trabalhando, na pequena, na média empresa está sendo aceita? Como vocês vendem a ele essa necessidade, além da questão da responsabilidade social que ele tem em relação a essa matéria?

A SRª HELENA MARIA POJO DO REGO – Senadora, o Sebrae está fazendo um termo de cooperação técnica com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. A ideia é de que nas próximas semanas isso seja concretizado. Estamos tentando agendar uma reunião com o Ministro da Justiça e o presidente do Sebrae para levar isso adiante. E a ideia é exatamente essa. Um dos pontos é a capacitação dos empresários. Ou seja, precisa haver a conscientização dos empresários com relação a prevenção. Não só um incêndio pode provocar a morte dele, como da família dele, como também ele pode ir à falência, porque vai queimar o empreendimento dele inteiro, o patrimônio dele.

É importante lembrar que o prejuízo tem diversas vertentes. Essa capacitação e essa compreensão correta da importância da prevenção contra incêndio vai ser adotada pelo Sebrae, e a gente vai levar esse assunto à frente, com esse termo de cooperação técnica. Existem várias formas de capacitação: ensino à distância, cartilhas, seminários, enfim, sensibilização dos empresários em eventos. Todos os meios que pudermos utilizar para levar esse assunto adiante nós, com certeza, levaremos.

Esse marco regulatório é importante, esse caminhar desse código que está sendo construído. Ele está sendo trabalhado a várias mãos. O Sebrae está dentro desse grupo de trabalho específico do código e também do grupo de educação. Então, estamos bem próximos desse assunto.

Agora, uma das coisas com que temos que ter mais preocupação é que a norma precisa ser cumprida. A norma pela norma não serve para nada. Se ela não for cumprida, ela não serviu, ela não teve a sua função. A função, o objetivo maior do bombeiro é que a prevenção prevista na lei seja efetivamente implementada.

Por isso, a preocupação de ter medidas, ter exigência e, claro, de tal forma que isso possa ser cumprido. Isso tudo tem sido analisado. De repente não se exigir um *sprinkler* ou um hidrante, ou outra coisa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas assumir um compromisso com o que for...

A SRª HELENA MARIA POJO DO REGO – Exatamente, por uma atividade em que não há necessidade, que não é de alto risco. Então, priorizar o alto

risco, para o bombeiro ter condições de ter tempo para ir primeiro no que é de alto risco. Isso é o fundamental e é nisso que estamos trabalhando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De fato a senhora tem toda razão. Não adianta termos uma lei muito boa se ela não é aplicada ou respeitada.

Eu queria agradecer muito pelo material *Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública* e também pela cópia do Diário Oficial da criação do programa. Agradecer ao Major Adilson pela cópia desse programa que foi praticamente o que ele expôs aqui. Agradeço a exposição do Coronel José Carlos Guimarães, da Brigada Militar de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, agradecer a todos os senhores. Faço isso em nome do nosso Vice-Presidente, o Senador Cyro Miranda, do Senador Paulo Paim, que tem a grande responsabilidade da relatoria – temos 60 dias, não 90, para concluir esse trabalho. Faremos uma aproxima audiência com os trabalhadores da fiscalização e Ministério do Trabalho, que já está marcada para o dia 25 de abril. Assim, penso que teremos pronto isso. Independentemente disso, sugiro ao Senador que faça esse contato com os senhores para ajustar. Pode coincidir até de um lançamento comum. Seria muito importante unir esforços: juntar o Corpo de Bombeiros, as Polícias Militares que estão envolvidas, mas valorizando o papel do Corpo de Bombeiros e também a parceria do programa em que está envolvido o Sebrae, porque a responsabilidade do setor privado, das empresas, especialmente as pequenas e médias.

Agradeço, então, à Diretora do Departamento de Política, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Cristina Villanova, pela excelente exposição. Agradeço também a excelente exposição do Major PM Adilson Antonio da Silva, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que trouxe valiosas informações. Da mesma forma, agradeço ao Tenente Coronel José Carlos Riccardi Guimarães, que preside a Associação dos Oficiais da Brigada Militar, e a Helena Maria Rego do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae nacional.

A todos os senhores, eu agradeço.

Em função de termos a exigência de quórum necessário para aprovação, não temos condições de votar. Faremos isso na próxima audiência.

Quero agradecer a todos e dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada a todos os senhores. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PARA REALIZAR ESTUDOS E PROPOR A ATUALIZAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS – LEP (LEI Nº 7.210, DE 1984)

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 04 de abril de 2013, às 10 horas e 36 minutos, no Salão Nobre do Senado Federal, sob a Presidência do Ministro **Sidnei Agostinho Beneti** e com a presença dos Senhores Juristas: Denis de Oliveira Praça, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Gamil Föppel El Hireche e Marcellus Ugiette. Deixaram de comparecer **Carlos Pessoa de Aquino** e **Maria Tereza Uille Gomes**, que enviou como representante André Giamberardino.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia! Tem início a solenidade de instalação da Comissão Especial de Juristas, com a finalidade de realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 1984.

Após 28 anos da edição da citada Lei de Execução Penal, chegou o momento de propor a atualização, nos moldes do que vem ocorrendo com o Código de Processo Penal e com o Código Penal, mais condizente com a atual realidade da sociedade brasileira.

Esta Comissão, composta por sete membros, é presidida pelo Ex^{mo} Sr. Sidnei Agostinho Beneti, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Realizaremos, neste instante, a assinatura da lista de presença da instalação da Comissão pelos senhores membros, que serão chamados, conforme publicação na Ordem do Dia do Senado Federal.

Ex^{mo} Sr. Sidnei Agostinho Beneti. (*Pausa.*)

Ex^{mo} Sr. Dr. Gamil Föppel El Hirechi. (*Pausa.*)

Ex^{mo} Sr. Dr. Edemundo Dias de Oliveira Filho. (*Pausa.*)

Ex^{mo} Sr. Dr. Denis de Oliveira Praça. (*Pausa.*)

Ex^{mo} Sr. Dr. Marcellus Ugiette. (*Pausa.*)

Informamos que os Srs. Drs. Carlos Pessoa de Aquino e Maria Tereza Uille Gomes, que também compõem a Comissão de Juristas, não puderam comparecer a esta cerimônia por compromissos previamente assumidos.

Convidamos para fazer o seu pronunciamento o Presidente da Comissão de Juristas, o Ex^{mo} Sr. Ministro Sidnei Agostinho Beneti.

O SR. SIDNEI AGOSTINHO BENETI – Eminente Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros – permitam-me destacar o eminente ex-Presidente do Senado Federal, autor do requerimento de instalação desta Comissão e que nos nomeou a todos, Senador José Sarney –, agradeço a ambos a honra que temos

de integrar esta Comissão; senhoras e senhores, Drs. membros da Comissão de Juristas – Gamil Föppel El Hirechi, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Denis de Oliveira Praça e Marcellus Ugietto – sentindo-se também representada a Dr^a Tereza, do Paraná, que não pôde vir, mas mandou representante; eminentes Ministros, meus colegas Ministra Nancy Andrighi, Castro Meira, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Sebastião Reis Júnior, cujas presenças agradeço, pelo fato de terem se locomovido, deixando os afazeres pesados do Tribunal para virem estar comigo, a dividir a responsabilidade da presença do nosso Tribunal; Ex^{ma} Sr^a Senadora Lúcia Vânia; Sr. Senador José Pimentel; Sr. Senador Vital do Rêgo; Sr^a Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal. Perdoem-me, mas não conheço todos. Eu sei que, dentre os Senadores, está presente também o Senador Antonio Carlos Valadares, e, se houver algum outro Parlamentar presente, peço que me desculpem, porque não tenho a honra de estar por dentro das ilustres pessoas do Senado.

Senhoras e senhores, imenso o desafio de reformar a Lei de Execução Penal. Em linhas gerais, temos uma boa Lei de Execução Penal – a Lei nº 7.210, de 1984 –, cuja elaboração remonta anteprojeto elaborado por comissões de juristas da maior expressão nacional, cujos nomes pronuncio com emoção, respeito e, de alguns, saudade: Francisco de Assis Toledo (coordenador); René Ariel Dotti; Benjamin Moraes Filho; Miguel Reale Júnior; Rogério Lauria Tucci; Sérgio Marcos de Moraes Pitombo; Negi Calixto; Jason Soares Albergaria; e Everardo da Cunha Lima.

Vivo e permanente é o núcleo da Lei de Execuções Penais. Presentes nele os elevados valores fundamentais da sociedade moderna, o respeito ao ser humano condenado, a busca da recuperação pessoal, da reinserção social, individualização no cumprimento da pena, manutenção de vínculos sociais, preservação da dignidade; de outro lado, a necessidade de proteção social e a prevenção da criminalidade, pela aplicação da pena devida e a prevenção geral do delito pelo exemplo da efetividade da lei penal.

Impossível, entretanto, ignorar a realidade concreta. Segundo dados do Departamento Penitenciário Federal – são os últimos dados oficiais publicados –, é crescente o número de presos, como se vê nesses últimos 30 anos de vigência da Lei de Execução Penal, numa comparação da evolução dos períodos: em 1992, 114.337 presos; em 2002, 239.345; no primeiro semestre de 2002, quando se fecharam as estatísticas, 549.577 presos. Uma populosa cidade inteira, e o dia a dia da execução da pena não garante a concretiza-

ção dos objetivos do núcleo ideal enunciado antes. Estabelecimentos prisionais, muitas vezes superlotados, condenados com direito a progressão de regimes prisionais não atendidos por insuficiências, penas de multas tornadas ineficientes por burocratizadas, penas alternativas por aperfeiçoar-se, medidas de segurança e execução atentatória à dignidade humana, grandes números de presos provisórios, varas de execução soterradas de processos, tribunais sem condições de fornecer interpretação estável, uniforme e rápida da Lei Penal, essencial à previsibilidade e à segurança jurídica, *habeas corpus* multitudinários e a mancha humilhante da pena vencida no aguardo de algum mutirão carcerário e de remédio excepcional para casos agudos já ameaça incorporar-se em um sistema como regra geral de combate à epidemia.

Quanto à sociedade, esta recolhe o microtraumatismo repetidamente visto e noticiado na sensação de impunidade, diante da ineficiência da lei penal, frustrada a execução. A sociedade suporta a devolução de pessoas perigosas ao convívio livre com vítimas e testemunhas, prodigalizando o retorno do medo à vida diária.

Nociva a sensação de abandono do agir honesto, do respeito às leis e às instituições. Já se vê em muitos casos a sanção civil a substituir a efetividade da sanção penal, como nos casos das indenizações por dano moral.

Bem sabemos que prodigalizar a privação da liberdade não soluciona os problemas de delinquência. É claro que não há como ignorar a dificuldade da geração maciça de vagas prisionais. Não se pode pretender transformar o País em um campo de prisioneiros, mas não se pode incentivar a delinquência pela inefetividade da sanção penal.

Há que buscar soluções. Medidas alternativas fazem parte da efetividade penológica nos tempos modernos. Novos meios tecnológicos e informáticos precisam ser incorporados ao processo de execução da pena. É necessário sintonizar a capilaridade do sistema nacional de execução da pena, por intermédio de meios informáticos que façam órgãos penitenciários, estabelecimentos prisionais, juízes de execução, tribunais, promotorias, defensorias, advogados e os próprios condenados, mantendo a interlocução eficiente do ponto de vista técnico-processual.

É urgente eliminar os nós e gargalos de fluidez do processo de execução penal, de modo a se chegar com celeridade aos atos finais de reconhecimento de direitos e de deveres, mediante o cumprimento imediato de prisões e de solturas.

Não há como ignorar a verdade fundamental de que a pena vive na execução e de que, sem a execu-

ção, não há pena, nem ressocialização, nem exemplo, nem proteção social.

É preciso buscar rumos realistas, novos, para a efetividade da sanção penal e garantia da dignidade no cumprimento das penas e medidas de segurança. Os desafios da Comissão que se instala são imensos, assim como o são para os diversos organismos e entidades públicos ou particulares que cuidam da matéria, no âmbito do Executivo, Legislativo ou Judiciário e de instituições e de entidades de patrocínio e atuação social, cujo auxílio desde já solicitamos e cujos esforços reconhecidamente ingentes pretendemos somar ao nosso trabalho.

Vamos enfrentá-los com idealismo e realismo. Tentaremos sugerir ao Senado Federal um processo de execução de todas as sanções penais, célere e efetivo. Trabalharemos para tornar realidade as promessas dos grandes ideais que nutrem a Lei de Execução Penal, adaptando-a às exigências, sobretudo, de eficiência com justiça na nossa sociedade brasileira, pelas quais clamam todos – políticos, juristas, religiosos, comunicadores, trabalhadores, todos, enfim, destacando-se os sentenciados, razão de ser do processo de execução penal e, agora, do nosso trabalho.

Nosso foco será a busca de um processo de execução justo, realista, moderno, seguro, eficiente, técnico e rápido. O princípio, como em tudo na vida, será o respeito ao ser humano sentenciado ou vítima e de seus grupos familiares. Afinal, sagrado é o ser humano – *Re sacra humanum est*.

Será este o tema e o fim dos nossos trabalhos. Agradecemos a nomeação à Presidência do Senado, ao Presidente atual, que nos mantém, e ao Presidente Sarney, que nos nomeou no seu ato. Agradecemos a confiança, pedimos a compreensão e colaboração dos profissionais da área. Que todos os bons propósitos se tornem realidade!

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SR^a MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos agora o Presidente do Senado Federal, o Ex^{mo} Sr. Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Ex^{mo} Sr. Senador José Sarney, autor do requerimento para criação desta Comissão – não apenas autor deste requerimento, como Presidente do Senado, mas também, pelo seu espírito, sempre um entusiasta da revisão das leis e dos códigos –, é uma honra muito grande tê-lo na instalação desta Comissão; Ex^{ma} Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Ouvidora do Senado Federal; Ex^{mo} Sr. Senador José Pimentel, Líder do PT do Governo no Congresso Nacional, que também tem prestado uma grande colaboração na revisão dos códigos e das leis.

Agora mesmo, temos uma tarefa urgente urgentíssima, que é a de agilizarmos o procedimento de simplificação da relação entre empregador, empregados e empregadas domésticas. A sociedade brasileira, que cobrou muito que emendássemos a Constituição, removendo aquela nódoa social, quer agora que façamos essa simplificação, pegando exemplos daquela que fizemos com o microempreendedor. Esse é um trabalho urgente. Há pouco, eu conversava com o Pimentel, para que cuidássemos, desde já, dessa tarefa.

Ex^{mo} Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, querido amigo, para além do fato de ser Presidente dessa comissão, é uma das referências jurídicas da nossa Bancada do PMDB.

Meu caro Senador Antonio Carlos Rodrigues; meu caro Senador Pedro Taques, Relator da proposta de revisão de atualização do Código Penal, muito obrigado também por sua presença; Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal; meu caro Presidente da Comissão de Juristas, Ex^{mo} Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sidnei Agostinho Beneti; senhores membros da Comissão de Juristas – Gamil Föppel El Hirechi, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Denis de Oliveira Praça, Marcellus Ugietto; Ministros e Ministra do Superior Tribunal de Justiça, com cujas presenças nos honram.

Esteve aqui conosco a Ministra Fátima Nancy. Destaco a presença do Ministro Castro Meira, da Ministra Maria Tereza de Assis Moura, do Ministro Herman Benjamin, que, aqui, no Senado Federal, nos ajuda muito na revisão do Código do Consumidor. Quando tive a oportunidade de ser Ministro da Justiça, tivemos uma convivência muito próxima, e o Ministro Herman Benjamin nos ajudou, sobretudo, a tirar o Código do Consumidor do papel. Foi uma experiência fantástica. Hoje, novamente, com a sua participação na Presidência da Comissão que propôs a atualização do Código do Consumidor, está dando uma grande colaboração ao Senado e ao País. Recentemente, a Presidente Dilma Rousseff me chamou na Presidência para conversar um pouco sobre as experiências de defesa do consumidor e tive a oportunidade de conversar detalhadamente sobre o seu papel e os relevantes serviços prestados por V. Ex^a ao País.

Destaco também a presença do Ministro Og Fernandes; Ministro Luiz Felipe Salomão, que ontem instalou a comissão que vai fazer a revisão da Lei da Arbitragem; Ministro Raul Araújo; Ministro Paulo de Tarso Sanseverino; Ministro Sebastião Reis Júnior; senhoras e senhores, convidados, jornalistas, câmeras, tenho a honra de dar boas-vindas aos eminentes membros desta Comissão Especial de Juristas que aceitaram assumir o encargo de elaborar o Anteprojeto de Re-

forma da Lei de Execução Penal que estabelece obrigações do Poder Público, quanto à gestão prisional, e os direitos e deveres dos presos.

Esse seleto grupo de trabalho será presidido pelo Ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça, Ministro respeitado e autor de acatadas obras jurídicas, que certamente cumprirá com muita competência a relevante missão de apresentar proposições que ajustem a nossa Lei de Execução Penal aos tempos atuais.

Fazer leis – dizia ontem aqui – não é fácil: exige paciência, cautela e debates, para construir um caminho seguro. Isso significa alcançar o melhor conhecimento da matéria por meio de estudos, audiências públicas e reuniões.

O resultado do trabalho, como todos sabem, será um anteprojeto de lei que vai tramitar no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Ele começará a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Senador Vital do Rêgo.

Ao Senado Federal cabe proporcionar os meios necessários para a Comissão Especial atuar com absoluta independência, travando o mais amplo e democrático debate, por meio de reuniões, estudos e audiências públicas.

A execução penal é o itinerário imediato ao trânsito em julgado da condenação criminal, ou seja, decorre diretamente das leis que estabelecem punição para os delitos, exatamente porque são elas a sua razão de existir.

A Constituição Federal rejeita a pena de morte, de caráter perpétuo, trabalhos forçados, banimento e penas cruéis. Foi-se o tempo em que, na Justiça penal, existiam penas para fins expiatórios de vingança ou de retribuição. Assim, o encarcerado, mais cedo ou mais tarde, voltará a conviver com a sociedade, após cumprir o castigo aplicado pelo Estado. Aí surge, indiscutivelmente, a importância de adotar o modelo que, tanto quanto possível, evite a reincidência. De cada 10 pessoas que saem da prisão após o cumprimento da pena, sete retornam, configurando inadmissível índice de reincidência a ser inibido com a máxima urgência.

O sistema prisional, para funcionar bem, deve ser transparente e equilibrado nas suas ações, oferecendo condições efetivas, para que a pena cumpra o seu papel de controle, punição, repressão, prevenção e reintegração social.

A nossa Lei de Execução Penal tem 28 anos e, durante esse período, sofreu várias alterações. Enfraquecida em sua eficácia, ela continua – eis a razão maior da criação e da instalação desta Comissão – a exigir aprimoramentos.

O ideal seria que a lei envelhecesse com a sociedade. A experiência, entretanto, mostra que o Direito,

como tudo na vida, rende-se ao inevitável desgaste causado pelo tempo. Como toda obra humana, a lei também é sujeita a erros e aperfeiçoamentos.

Assim, a pretendida reforma vai exigir reflexão e compreensão de todos nós, para representar verdadeiramente um considerável avanço em termos de ciência e de cidadania. O compromisso da execução da pena privativa de liberdade com a lei e com a sociedade deve ser rigoroso, mas sem perder de vista a humanidade, o sentido de justiça, o bom-senso, além dos valores morais e éticos.

O debate é atual e pertinente. Essas breves razões justificam a necessidade de realizar profundas alterações na disciplina da execução penal no Brasil, de modo a tornar o sistema eficiente e reduzir os custos com os presídios e também, como todos sabem, os custos sociais.

O Brasil gasta, hoje, apenas em presídios federais, R\$40 mil ao ano por cada preso, três vezes mais do que é investido por aluno no curso superior. Temos exemplos, mas não sabemos qual é o mais adequado, e esta Comissão terá uma oportunidade, sobretudo, de discutir caminhos que estão sendo adotados em outros países do mundo, mesmo aqui no Brasil, como foi, por exemplo, o caso do caminho, do modelo, adotado em Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, com a privatização do sistema carcerário de parcerias público-privadas. Quer dizer, esse, sem dúvida, será um tema atual, pertinente, que será intensamente discutido nesta Comissão.

A ressocialização, além de econômica, precisa ser factível, especialmente se vier acompanhada de estímulos fiscais, para que as empresas contratem egressos do sistema prisional.

Hoje, como antes, o diagnóstico é de caos nas prisões brasileiras. A enfermidade mais grave do nosso sistema penitenciário, como todos sabem, é a superlotação. O Brasil tem mais de meio milhão de presidiários, uma das maiores massas carcerárias do mundo. Temos quase essa mesma quantidade de mandados de prisão não cumpridos. Daí a consciência de que, para desafogar as penitenciárias, a pena privativa de liberdade deve ser reservada aos casos indispensáveis e às chamadas penas alternativas, aplicadas aos delitos mais brandos.

Somado a isso, temos a falta de material humano, falta de instalações adequadas, além da deficiência na assistência psicológica, social e jurídica para os presos pobres.

O saudoso Evandro Lins e Silva já advertia que “a prisão perverte, corrompe, deforma, avilta, embrutece”. É uma fábrica de reincidentes. É uma universidade às avessas, onde se diploma o profissional do

crime. A academia do crime, infelizmente, continua a ser a mais pura, dura e vergonhosa realidade brasileira. Esse quadro, como todos sabem, precisa mudar.

A lei não é caminho solitário para resolver o grave problema da criminalidade, muito menos pode ser utilizada como instrumento de terror. Parece-me que, no delicado campo da execução das penas, o efeito pedagógico seja, portanto, um dos mais importantes.

Medidas que estimulem a educação dos presos e prestigiem o acompanhamento do egresso pode inibir a reincidência e fazer a execução penal proveitosa à sociedade. Outro ponto importante é o acompanhamento e a fiscalização das penas alternativas, bem como da suspensão e do livramento condicionais.

Em resumo, quem ingressa no sistema penitenciário deve ter individualização da sua pena, e providências devem ser tomadas, a fim de que não seja contaminado pelas influências negativas do cárcere, pois ficará pior do que quando entrou.

No combate à criminalidade, nós precisamos de mais ações concretas, que melhorem as condições de vida da população, proporcionando trabalho, educação, saúde e segurança pública. Só assim iremos alcançar a ambiciosa meta de um mundo melhor, objetivo que é de todos nós.

Vamos enfrentar o problema prisional e buscar soluções efetivas para ele, aproveitando a lição do Martin Luther King, um dos maiores líderes que a humanidade produziu: “Melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. Prefiro na chuva caminhar, que, em dias tristes, me esconder.”

Renovando meus agradecimentos e minhas homenagens ao Ministro Sidnei Beneti e aos eminentes juristas e Ministros aqui presentes, desejo a todos que compõem esta Comissão boa sorte e um bom trabalho.

Declaro, em nome do Senado Federal, a Comissão devidamente instalada.

Repetindo o que disse anteriormente: contem incondicionalmente com o nosso apoio.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Comunicamos aos membros desta Comissão Especial de Juristas que, em seguida, será realizada uma reunião no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Senhoras e senhores, agradecemos a presença de todos e desejamos-lhes um bom dia. – Ministro **Sidnei Agostinho Beneti**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PARA REALIZAR ESTUDOS E PROPOR A ATUALIZAÇÃO

DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS – LEP (LEI Nº 7.210, DE 1984)

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 04 de abril de 2013, às onze horas e quarenta e três minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Ministro **Sidnei Agostinho Beneti** e com a presença dos Senhores Juristas: Denis de Oliveira Praça, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Gamil Föppel El Hireche e Marcellus Ugietto. Deixaram de comparecer **Carlos Pessoa de Aquino** e **Maria Tereza Uille Gomes**, que enviou como representante André Giamberardino. Na ocasião ocorreu reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Estando presentes todos os integrantes da Comissão, dou bom dia a todos.

Vamos fazer uma rápida reunião preparatória dos trabalhos. Não vamos discutir hoje temas específicos. Vamos começar apenas a organizar os trabalhos da Comissão.

Informa-me a Secretaria que é preciso seguir um roteiro formal. Então, vamos lá.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execução Penal, criada pelo Requerimento nº 848, de 2012.

Nesta reunião, gostaria, em primeiro lugar, que os integrantes da Comissão declinassem seus nomes e as atividades profissionais, inclusive para efeito de documentação nos arquivos do Senado Federal.

Vamos começar pelo Dr. Carlos Pessoa de Aquino. *(Pausa.)*

Dr. Denis de Oliveira Praça, por favor.

O SR. DENIS DE OLIVEIRA PRAÇA – Sou defensor público desde o ano de 2002. Trabalhei nas diversas áreas do Direito Penal, Processual Penal, Tribunal do Júri, Vara Criminal Comum, Juizado Especial Criminal, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e, há um ano, atuo no Núcleo do Sistema Penitenciário trabalhando com execução penal e atendendo diretamente o interno no interior da unidade prisional.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Bem-vindo à Comissão.

Dr. Edemundo Dias de Oliveira Filho.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO – Bom dia a todos.

Meu nome é Edemundo Dias de Oliveira Filho, atualmente exerço a função de Secretário da Administração Penitenciária do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Dr. Gamil Föppel El Hireche.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Bom dia,

Sr. Presidente, bom dia a todos.

Meu nome é Gamil Föppel, sou advogado e professor da Universidade Federal da Bahia, fui membro do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia e Presidente do Patronato de Presos e Egressos. Trabalhei, portanto, com execução penal durante um bom tempo.

Tive a honra de fazer parte da Comissão da Reforma do Código Penal, da elaboração do anteprojeto do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado.

Dr. Marcellus Ugiette.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Sou Marcellus de Albuquerque Ugiette, sou promotor de justiça do Estado de Pernambuco desde 1986 e trabalho na Promotoria de Execução Penal há 12 anos e 6 meses mais ou menos. Fui também integrante da Comissão de Reforma do Código Penal, da comissão estadual, e estou muito honrado com a missão que nos foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não. Muito obrigado.

A Dr^a Maria Tereza não pôde vir em razão dos seus compromissos no Estado do Paraná a exemplo do Dr. Carlos Pessoa de Aquino.

Eu, Presidente da Comissão, sou Sidnei Beneti, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Sou Doutor em Direito Processual Penal, com tese na Lei de Execuções Penais Brasileira, e fui Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo por sete anos. Essas são as razões pelas quais venho a integrar esta Comissão, orgulhando-me muito com a participação dos eminentes integrantes da Comissão.

Eu vou, nesta primeira reunião, limitar-me... Imaginei dividir a Lei de Execuções Penais para que nós meditássemos em cada um dos itens dessa lei, mas isso pode levar a um resultado que não seja o melhor, porque alguns dispositivos da Lei de Execuções Penais não têm uma grande quantidade de repercussão prática. São proclamações, são objetivos, mas não têm grande quantidade de repercussão prática. Então, talvez se alguns fossem incumbidos dessa parte, poderiam ser desprovidos de um assunto concreto, mais importante para nós neste momento, e nós nos privaríamos da colaboração em outros assuntos agudos que surjam.

Então, vou preferir trabalhar de outra maneira. Eu vou solicitar aos eminentes integrantes da Comissão que, retornando para seus locais de residência e trabalho elaborem uma relação de sugestões. Essa relação de sugestões vou pedir que elaborem em termos de proposições curtas, dizendo o que acham e

se tiverem de explicar alguma coisa, o façam em uma ou duas linhas para que possamos, no decorrer dos trabalhos, visualizar melhor essas proposições e possamos discuti-las oralmente por ocasião da realização dos trabalhos.

Vou pedir também que numerem essas proposições: um, dois, três, quatro, assim, número 1: proponho que o regime de trabalho seja regulamentado expressamente, com hora, tal... Dois, já passa para outra, para não termos muito assunto para localizar o ponto de leitura no momento da reunião. Então, sugestões por escrito e vou pedir que me mandem essas sugestões para que eu tenha uma visualização na Comissão.

A Secretaria da Comissão que se instala agora vai ter a relação de *e-mails*, aliás, já temos a relação de *e-mails* de todos, vamos fazê-la circular, e eu também vou fazer o expediente a respeito dessa matéria, para que possamos confluir todas para um mesmo caderno, trabalhando com autos, como sempre fizemos com a vida toda – é assim que fazemos os nossos trabalhos.

O prazo. Uma semana?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Nessa ideia do Ministro Sidnei, dessas proposições com a síntese de cada assunto, de cada tópico, seria interessante que todos nós, a partir do primeiro dia mais folgado que tivermos, recebamos da Secretaria da Comissão o *e-mail* de cada um, com telefone e tudo para a gente se comunicar. Acho que isso é importante.

A outra coisa que eu gostaria de frisar com relação ao prazo, o senhor fala de prazo para entregar as proposições?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – É, as proposições para mandar por *e-mail*, para mandar por *e-mail* as proposições. Digamos, uma semana?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Uns 15 dias?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Dez dias?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Dez dias, quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Dez dias. Ficamos no meio, não é?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – É, dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Então vamos marcar uma data certa. Está bem dez dias para todos? (*Pausa.*)

Então para todos podermos trabalhar no fim de semana, fica para 15 de abril. A Secretaria ou o meu gabinete vai encaminhar a relação dos *e-mails* todos. O importante, é claro, que mandem para a centralização no gabinete, mas mandem para todos também, para que todos tenham noção do prazo.

Uma das ideias que vou tentar desenvolver é trazer, para que nos demonstre a sua experiência de

campo, profissionais envolvidos com a área da execução. Esses profissionais vão envolver, naturalmente, juizes, defensores, promotores, agentes penitenciários, pessoas que trabalham com essa matéria. Se possível, se eu notar que isso caminha no sentido de certa consistência de local de trabalho, de estudos, vou procurar, em contato com o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça, que já manteve, trazer alguns juristas ou especialistas de área estrangeiros, que possam, nesses países em que isso está mais bem-sucedido, trazer uma informação concreta para nós. Seria uma espécie de seminários que faríamos com pessoas da área.

Vou pedir aos integrantes da Comissão que me lembrem nomes de pessoas que tenham, sobretudo, criado algo de novo, criado algo de novo cujos resultados tenham sido comprovados. Gostaria muito, se possível, na nossa Comissão, é claro que haverá liberdade de cada sustentar da maneira que lhe aprouver, que nós tivéssemos mais praticidade. Seria uma comissão de execução penal para chegar a resultados positivos. Realmente uma comissão de resultados de melhoria para o sistema. De maneira que a divagação que todos nós gostamos de fazer, do ponto de vista teórico, de sustentação, não vai ser, pelo menos neste momento, tão importante. E o seminário seria também de práticas efetivas de melhoria da execução penal ou de sugestões de como possam vir a melhor.

Vou ter contato agora com a organização do Senado e também com o Departamento do Ministério da Justiça (Depen), para ver se é possível chegarmos à organização de um seminário, alguma coisa assim. Agora podemos designar já uma outra data para a reunião?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Doutor, eu queria só... Posso fazer uma proposição aos colegas?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Se tiverem sugestões...

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Eu estava pensando com a Dr^a Sílvia e refletindo sobre a nossa missão e o prazo, que é exíguo. Poderíamos tentar agendar uma reunião, Ministro, para que pudéssemos passar pelo menos dois dias aqui na terra. Acho que o mais central seria Brasília mesmo, para todos nós. Estou vendo que há pessoas do Sul, do Sudeste e do Nordeste, como eu. Pelo menos dois dias, porque, como hoje, vir, conversar e ir embora, não vai ter um resultado mais prático.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Todos temos ocupações. Hoje tenho sessão. Não poderia ficar o dia inteiro.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – É desagendar algumas coisas e tentar. Essa é a minha proposição.

Acho que, em um primeiro momento, poderíamos marcar uma reunião para 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Estariam de acordo com os 30 dias, e até lá amadurecemos o que recebermos por e-mail? *(Pausa.)*

Em princípio, então, marcaríamos essa reunião para 29 e 30 de abril? *(Pausa.)*

Como estaria a agenda de todos? *(Pausa.)*

Vinte e seis, vinte e sete, vinte oito, vinte e nove e trinta de abril. Tem em seguida toda a semana. O feriado é na quarta-feira. *(Pausa.)*

Não sei se alguns... *(Pausa.)*

Vinte e nove e trinta de abril?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Vinte e nove é segunda e terça?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Segunda e terça.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Ótimo. Para mim, está ótimo. Não sei para o Dr...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Deem uma olhada também nas agendas ao chegar, porque, se houver algum problema, podemos remarquear, mas, em princípio, é 29 e 30 de abril.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – As reuniões serão aqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Fizera recomendação para que as reuniões fossem em Brasília e não em outros lugares, inclusive pelos custos. Os deslocamentos encarecem demais os trabalhos. Também me informaram que é bom que as reuniões sejam feitas no próprio Senado, por causa do aparelhamento. Imaginei, de início, fazer as reuniões no meu gabinete, no tribunal, porque teríamos condições de fazer bem essas reuniões lá, mas informaram que deve ser no Senado. Passamos por escrito, depois, o local e a hora para essas reuniões. É assim, Dr. Dirceu? No tocante a fazer aqui, de um dia para outro, não há problema? *(Pausa.)*

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Segunda e terça. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Quinta e sexta? *(Pausa.)*

Vamos ver se teria. *(Pausa.)*

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Um dia superimportante para a Nação o dia 9 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Nove ou dezenove de maio? *(Pausa.) (Risos.)*

Mas diga, então, por que é importante. É Corpus Christi?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – A ascensão de Cristo. Tenho aqui na agenda alemã. É feriado na Alemanha e não aqui. *(Risos.)*

O SR. MARCELLUS UGIETTE – É meu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – É seu aniversário? *(Risos.)*

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Por isso, eu... *(Risos.) (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Então, vamos manter o dia como está. *(Pausa.)*

Vou pedir ao Dr. Dirceu que, depois, entre em contato com os membros da Comissão sobre questão de transporte e outros detalhes.

Vou pedir agora, antes de encerrarmos essa rápida reunião, que os integrantes da reunião digam um pouco das preocupações principais que têm a respeito da questão da execução penal, para que nós também tenhamos algum conhecimento da preocupação do outro e para que possamos transmitir para os presentes algumas das preocupações.

Vamos começar com o Dr. Gamil Föppel El Hireche. V. Exª tem a palavra, por favor.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Naquilo que vem trabalhando e qual a preocupação.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Sr. Presidente, há determinados pontos quer reputo fundamentais para uma análise de adaptação e de atualização da Lei de Execuções Penais.

Penso eu que a Lei de Execuções Penais tem diversos dispositivos que são bons, mas, como diria Norberto Bobbio, por vezes o problema não está em enunciar os direitos, e sim em dar cumprimento a eles.

Preocupo-me sobremaneira com a questão do trabalho do preso, das atividades que são destinadas aos presos e da inter-relação disso com o instituto da remissão penal. Muito embora tenha havido alterações recentes que permitam a remissão penal pelo estudo, penso que o tratamento disso precisa ser mais detalhado, precisa ser melhor regulamentado.

Preocupo-me também, Sr. Presidente, a questão da execução penal provisória, obviamente nas hipóteses em que o réu não puder recorrer em liberdade. Claro, se o réu puder recorrer em liberdade, não se fala em execução penal provisória, porque não é antecipação de pena. Mas nas hipóteses em que o réu não puder recorrer em liberdade, é necessário dar cumprimento aos direitos, aos incidentes de execução penal ainda que em sede de execução penal provisória, dando cumprimento inclusive à jurisprudência do STJ que já vem permitindo institutos como a progressão de regime em sede de execução penal provisória.

Também me preocupa sobremaneira a questão do tratamento do egresso, da fiscalização e da forma

de tratamento e de cuidado com essa questão da reinserção social.

Outra preocupação que tenho, Sr. Presidente, é dotar o processo de execução penal de maior celeridade. Penso eu que há uma série de requisitos que são colocados para a apreciação de determinados institutos, uma série de estudos que são exigidos, por vezes ainda se fala em exame criminológico, parecer de diversos órgãos, e isso atrasa sobremaneira a apreciação dos incidentes de execução penal. Em muitos casos, a demora, a lentidão é tão grande para apreciação desses requerimentos que eles se tornam até mesmo prejudicados.

Esses são os pontos primordiais.

Outra coisa que também me preocupa, muito embora a Lei de Execuções Penais já fale, é a proteção do preso contra qualquer forma de sensacionalismo. Isso é absolutamente indispensável. Penso eu que este é um dos papéis principais desta Comissão: resguardar a dignidade humana, resguardar os direitos dos sentenciados. O sentenciado só perde os direitos atingidos pela sentença. Não perde a sua dignidade moral. Não perde a sua integridade física. Penso que precisamos efetivamente elaborar um texto de lei que se faça cumprir. De nada ainda fazer uma lei com enunciados meramente propositivos, se essa lei não tiver efetivamente instrumentos que se faça cumprir.

Grosso modo, em uma abordagem preliminar, eram esses os pontos que eu tinha para sugerir a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não.

Muito obrigado, Dr. Gamil.

Vou recomendar que, depois, se transcrevam essas observações aqui para ficar documentado para todos e, assim, nortear o seguimento dos trabalhos.

Dr. Marcelus, por favor.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Tenho quase que a mesma impressão e a mesma preocupação do Dr. Gamil.

Gostaria de focar nesta Comissão a questão do trabalho.

Temos algumas dificuldades com relação ao trabalho, e acho que são dificuldades que existem no Brasil todo, não estão localizadas só em Pernambuco. Falo da dificuldade do preso em trabalhar na unidade prisional. Algumas unidades da Federação até proibem, como em Pernambuco, por conta das ações trabalhistas contra o Estado, uma vez que boa parte dos presos não é remunerada. Esse é um problema localizado em Pernambuco, mas já ouvi relatos de outros Estados. Então, tenho preocupação de que a gente possa encontrar um modelo que possa propiciar aos presos esse direito-dever de trabalhar dentro da unidade pri-

sional sem a preocupação do Estado Federação com as demandas trabalhistas.

Também a questão do trabalho do egresso. As empresas privadas que estão dentro das unidades prisionais se utilizam de mão de obra barata e eficaz, porque é realmente eficaz, mas, depois que o preso reeducando sai da unidade, essas mesmas empresas privadas não dão o aporte necessário. Hoje o Senador Renan Calheiros falou, e o senhor também falou, sobre a questão do incentivo fiscal para as empresas. Acho que isso a gente podia também mensurar ou pelo menos pensar nisso durante os estudos da Comissão.

A questão do regime semiaberto e das saídas temporárias. Acho que a gente tem que dar uma estudada nesses aspectos.

A questão da continuidade ou não do regime aberto, e aí passa por uma questão que é também do Código Penal, porque é o art. 33 que trata dos regimes de cumprimento de pena. Não é isso, Doutor? (*Pausa.*)

Mas acho que a gente pode pensar nessa questão já que há uma tendência de se acabar com o regime aberto, em face da ausência das casas de albergados.

A celeridade processual que foi pregada pelo senhor e pelo Dr. Gamil.

Tenho comigo que o retorno do exame criminológico é uma coisa boa. Acho que foi um tiro no pé a retirada do exame criminológico para alguns casos, especificamente no caso dos crimes contra os costumes, por conta do estupro. Antes era uma gama de crimes. Hoje com o estupro se notifica quase todos os crimes sexuais. Regular melhor essa questão.

Bater forte na questão da dignidade da pessoa humana, que é um grande calo que aflige a execução da pena e o sistema carcerário.

São essas as minhas preocupações. *En passant*, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

Muito obrigado ao Dr. Marcelus.

Dr. Denis, por favor.

O SR. DENIS DE OLIVEIRA PRAÇA – Sr. Presidente, compartilho aqui das preocupações levantadas pelos colegas de Comissão, sobretudo no que diz respeito à burocratização do procedimento. Muitas vezes se criam etapas que devem ser vencidas para a apreciação de determinados pedidos que me parecem desnecessárias, burocratizam sobremaneira a execução penal e fazem com que muitas vezes direitos fiquem por meses frustrados, a despeito de já poderem ser reconhecidos.

É natural que as minhas preocupações maiores sejam formadas por conta da minha experiência no interior da unidade prisional. Estando semanalmente lá,

me parece natural que as minhas angústias sejam as angústias que me são passadas pela população carcerária, porque são essas angústias que vivo diariamente.

Preocupa-me muito a questão da efetividade do anteprojeto de lei que será proposto, se ele por ventura vier a se transformar em lei.

Estamos nos debruçando sobre uma lei de execução penal que jamais foi efetivada por inteiro. Temos uma lei de execução penal que é uma lei boa, mas que em muitos aspectos não é efetiva, e não é efetiva porque muitas vezes necessita da implementação de políticas, e sabemos que, em muitas ocasiões, os critérios políticos fazem com que seja deixada sempre para depois. Então, me parece muito importante que se criem mecanismos para compensação, no caso de ineficácia de direitos, que façam com que o apenado, a pessoa que está cumprindo pena se sinta de fato um sujeito de direitos e não perseguido por um sistema que a puniu, porque ela violou o direito de alguém, e que, ao mesmo tempo, não respeita os seus direitos. Essa é uma perplexidade manifestada a todo momento pela população carcerária.

Outro ponto que acho fundamental e que me preocupa muito é a regulamentação do processo disciplinar.

Hoje temos a apuração de faltas disciplinares e a aplicação de sanções disciplinares, na verdade, por meio de um simulacro de processo. A LEP, em 1984, surgiu para jurisdicionar a execução penal, mas me parece que nesse aspecto ficou no meio do caminho. Muitas vezes, para se ter uma ideia, tenho, julgando a falta disciplinar, um agente penitenciário que foi justamente o agente que denunciou essa falta disciplinar. Do ponto de vista do devido processo legal, isso me parece insustentável e merece uma reflexão urgente.

Enfim, para ser breve, me parece que esses pontos são os que mais me chamam a atenção nesse momento, sem prejuízo de uma reflexão maior ao longo dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado pela manifestação.

Dr. Edemundo, por favor.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Mais uma vez, bom dia a todos.

Quero reiterar aqui que é uma honra, um prazer muito grande compor esta Comissão. Acho que é um momento histórico, mas a missão é árdua e de grande responsabilidade. Acho que depois vamos avaliando o prazo desses 60 dias, na medida em que formos desenvolvendo os nossos trabalhos.

Anotei aqui algumas questões que acho que coincidem com algumas preocupações já colocadas aqui pelos meus colegas de trabalho.

Acho que a gente vai ter que discutir a questão do sistema progressivo: se, no Brasil, vamos continuar adotando o sistema de progressão de pena e se essa progressão de pena, como vem sendo adotada no Brasil, tem contribuído ou não para a aplicação da Lei de Execução Penal.

Quero dizer aqui para os membros da Comissão que a gente pode dar uma contribuição a esta Comissão até pela experiência de mais de 30 anos que nós temos com cheiro de cadeia. Estamos lá dentro. Já fui Secretário de Justiça por vários anos. Fiquei um tempo fora, mas posso dizer que tenho mais ou menos uns 25 anos de cumprimento de pena, de cheiro de cadeia. Então, a gente conhece por dentro e por fora. Talvez essa experiência forjada no campo de batalha possa contribuir muito aqui nesse trabalho.

Acho também que o grande problema da Lei de Execução Penal é a questão da aplicabilidade dela. A Lei é razoavelmente boa, mas não é aplicada, não tem eficácia na prática, não tem celeridade, e isso traz esse sentimento de impunidade e uma série de outras consequências gravosas em nosso País. Acho que vamos ter que estabelecer realmente alguns mecanismos de garantias de cumprimento da lei, porque senão corremos o risco e o desprazer de colaborar com uma lei que, novamente, vai ficar sem aplicabilidade.

Acho também que toda mudança na lei e toda mudança na execução penal no Brasil passa necessariamente pela formação do servidor penitenciário, pela qualificação desse servidor. Ele é quem vai, na prática, levar essa mudança, essa transformação do sistema de execução penal. Esse servidor tem que entender que não é apenas um guarda receptor de presos e segregador. Ele tem que mudar essa concepção. A função dele é transcendente e importante de mudança de vida, de comportamento das pessoas, respeito aos direitos individuais. Tem que mudar essa mentalidade do servidor que, no Brasil, é o carcereiro, é o justiceiro, é o detentor da palmatória do Estado. Tem que ser mudada a concepção do servidor. Talvez na lei possamos garantir alguma coisa nesse sentido.

Vamos discutir a questão da privatização, da terceirização ou das parcerias público-privadas, que, no Brasil, começam a ser efetivadas. Acho que esse é um ponto importante. Conheço vários lugares do mundo, e já fui até ao corredor da morte, nos Estados Unidos, e vi experiências de terceirização, de privatização. Temos que discutir esse tema também.

Em linhas gerais, para a gente começar as nossas tarefas aqui, acho que seriam essas algumas das preocupações. Agora levamos essa tarefa para casa e esperamos que, nas próximas reuniões, já possamos trazer alguma coisa.

Só para finalizar, em uma tentativa de poetizar um pouco o meu momento aqui, quero dizer que a pena só vale a pena quando a pena não se apequena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado, pela sua experiência e pela contribuição da literatura, que é importantíssima, sempre, para nossa vida.

Representando a Dr^a Tereza, do Paraná, o Dr. André Giamberardino. Gostaria também que V. Ex^a relatasse um pouco das preocupações que estão permeando...

O SR. ANDRÉ GIAMBERARDINO – Perfeito.

Meu nome é André Giamberardino e represento a Dr^a Maria Tereza Uille Gomes, que pediu expressamente que transmitisse as suas escusas por não poder comparecer nesse dia. São vários compromissos no Estado do Paraná, inclusive relacionados à apresentação de um projeto, um mecanismo de controle da superlotação e da informatização da execução penal, que vem sendo tentada no Paraná. Justamente o principal ponto de preocupação, um dos principais pontos que ela certamente trará nas próximas reuniões aqui da Comissão, é tratar a superlotação como uma questão de legalidade a ser aferida com mecanismos jurídicos de controle, como a limitação da capacidade de vagas em cada estabelecimento e assim por diante.

Outro ponto que é fundamental e que certamente é de sua preocupação é o sistema disciplinar, assim como o Dr. Denis colocou. O procedimento, hoje, não é regulado na LEP, mas a definição das faltas graves também não é, o que encontra problemas em relação ao princípio da taxatividade. Há muitos comportamentos que muitas vezes são definidos como faltas leves ou médias nos regulamentos estaduais, mas que também podem entrar como faltas graves, porque são temas muitos vagos e difíceis de enquadrar. Todos sabemos as consequências para a execução penal que, muitas vezes, esse registro tem nos meses subsequentes.

Por fim, um terceiro ponto que é bastante amplo, mas que também deve ser ressaltado, é a mudança no perfil da classificação. Acho que já é tempo talvez de se pensar em deixar para trás esse perfil clínico terapêutico e se pensar em uma nova composição da equipe multidisciplinar que deve efetivamente no dia a dia da execução penal lidar com o tratamento, é o nome que se dá, ou com as necessidades da reinserção social. Talvez menos psicoterapêutico e mais social.

No Paraná, foi constatado que aproximadamente 40% dos presos não tinham RG. Há um esforço grande

de identificação, para todos terem, no mínimo, o RG. Esse tipo de esforço, como obrigação estatal, na lei, parece importante também.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Agradeço também pela sua manifestação em nome da Drª Tereza.

Fiquei muito satisfeito, se me permitirem um comentário final, de ver a preocupação realmente de efetividade, preocupação prática das ideias fundamentais que trazem, de forma que para as ideias fundamentais, que são as ideias substantivas para o direito da execução penal, vamos nos preocupar em desenhar um mecanismo que as tornem efetivas. Isto parece que é o clamor da sociedade moderna: que as normas realmente sejam efetivas, sejam aplicáveis e sejam aplicáveis com praticidade, chegando-se ao resultado concreto.

Vinha pensando ao vir para cá em talvez desenvolvermos uma espécie de penitenciarismo de resultado, para chegar realmente a resultados, por intermédio da Lei de Execução Penal, ou seja, que ela induza realmente um bom resultado concreto em prol dos sentenciados e em prol da sociedade, o que significa, na verdade, apenas verso e reverso da mesma moeda, porque integram ambos o corpo social, da mesma maneira que a população participa indiretamente do que se passa dentro dos presídios.

Vou agradecer a presença de todos. Vou encerrar esta reunião com uma lembrança poética. Enquanto se falava aqui, eu me sentia lembrar Drummond de Andrade, no *Sentimento do Mundo*. Temos aqui uma comissão, cada um com duas mãos, e temos apenas duas mãos, mas o sentimento do mundo, o sentimento de fazer algo melhor para a nossa sociedade e para essa população carcerária ou população de apenados, ainda que fora do sistema carcerário.

Agradeço a presença de todos.

Diz-me a organização que devo seguir uma regra protocolar de dizer as palavras sagradas, senão não terminamos nossa reunião. Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 29 de abril, às 10h. Informam-me que é o melhor horário aqui.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. – Ministro **Sidnei Agostinho Beneti**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA COM A FINALIDADE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 03 de abril de 2013, às 10 horas, no Salão Nobre do Senado Federal, oportunidade em que, sob a Presidência do Ministro Luís Felipe Salomão e com a presença dos Senhores Juristas: **Marco Maciel; José Antônio Fichtner; Caio Cesar Rocha; José Rogério Cruz e Tucci; Marcelo Rossi Nobre; Tatiana Lacerda Prazeres; Adriana Braghetta; Carlos Alberto Carmona; Eleonora Coelho; Pedro Paulo Guerra Medeiros; Sílvia Rodrigues Pereira Pachikowski; Ellen Gracie Northfleet; Francisco Maia Neto; André Chateaubriand Pereira Diniz Martins; José Roberto de Castro Neves; Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira; Ministro Walton Alencar Rodrigues e Roberta Maria Rangel**. Deixou de comparecer, justificadamente, **Francisco Antunes Maciel Müssnich**.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom dia.

Tem início a solenidade de instalação da Comissão de Juristas que atuará na elaboração de Anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação em decorrência da aprovação do Requerimento nº 702, de 30 de agosto de 2012, aditado pelos Requerimentos nºs 854 e 1.022, de 2102, de autoria do Senador Renan Calheiros, e também pelo Requerimento nº 216, de 2013, de autoria do Senador José Sarney.

A Lei de Arbitragem, de 1996, é comumente utilizada pelo Poder Judiciário para a resolução de litígios no caso de disputas entre empresas. Em razão do definitivo ingresso do Brasil no rol dos principais atores do cenário econômico e comercial mundial, é mister que tal legislação seja atualizada a fim de atender satisfatoriamente a complexidade das atuais relações jurídicas. A instalação desta Comissão tem por objetivo, portanto, elaborar anteprojeto de lei de arbitragem que também incluirá legislação acerca do instituto da mediação, inédita no Brasil.

Esta Comissão de Juristas do Senado Federal será composta por vinte destacados profissionais e estudiosos do Direito e presidida pelo Exmº Sr. Luís Felipe Salomão, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Realizaremos neste instante a assinatura da lista de presença da instalação da Comissão pelos senhores membros, que serão chamados conforme publicação na Ordem do Dia do Senado Federal: Exmº Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luís Felipe Salomão (*Palmas.*); as Srªs. e os Srs. Drs. Marco Maciel (*Palmas.*);

José Antônio Fichtner (*Palmas.*); Caio César Rocha (*Palmas.*); José Rogério Cruz e Tucci (*Palmas.*); Marcelo Nobre (*Palmas.*); Tatiana Lacerda Prazeres (*Palmas.*); Adriana Braghetta (*Palmas.*); Carlos Alberto Carmona (*Palmas.*); Eleonora Coelho (*Palmas.*); Pedro Paulo Guerra Medeiros (*Palmas.*); Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski (*Palmas.*); Francisco Maia Neto (*Palmas.*); Ellen Gracie (*Palmas.*); André Chateaubriand Pereira Diniz Martins (*Palmas.*); José Roberto de Castro Neves (*Palmas.*); Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira (*Palmas.*); Walton Alencar Rodrigues (*Palmas.*); e Roberta Maria Rangel. (*Palmas.*)

Informamos que o Sr. Dr. Francisco Antunes Maciel Müssnich também compõe a Comissão de Juristas, mas não pôde comparecer a esta cerimônia por compromissos previamente assumidos.

Convidamos para fazer o seu pronunciamento o Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Presidente da Comissão de Juristas, Ex^{mo} Sr. Luis Felipe Salomão. (*Palmas.*)

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Um bom dia a todos. As primeiras palavras, Presidente Renan, são de agradecimento pela confiança, tanto de V. Ex^a, que hoje preside esta Casa, como também do então Presidente José Sarney, que nos honraram a todos, a mim e aos integrantes desta Comissão, com essa tarefa tão importante, de modo que as primeiras palavras são esse reconhecimento e esse agradecimento pela confiança depositada.

Permitam-me, Presidente Renan e Presidente Sarney, um cumprimento concentrado a todos que nos honram hoje aqui com a presença, nas pessoas dos meus colegas Ministros do Superior Tribunal de Justiça, que deixaram seus afazeres e hoje comparecem aqui para prestígio desta Comissão. São eles a Ministra Fátima Nancy, Ministro Humberto Martins, Ministro Sidnei Beneti, Ministro Jorge Mussi, Ministro Mauro Campbell, Ministro Marco Bellizze, juízes de hoje, do STJ, e de sempre, do STJ, o Ministro César Rocha, Presidente daquela Casa, e que implantou o processo eletrônico no âmbito do Judiciário.

Também uma saudação especial, Sr. Presidente, permita-me, aos integrantes desta prestigiada Comissão, que dispensam apresentação, os Drs. André Martins, Adriana Braghetta, Caio Rocha, Carlos Carmona, Eleonora Coelho, Ellen Gracie Northfleet, Francisco Müssnich, Francisco Maia Neto, José Antonio Fichtner, José Roberto Castro Neves, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Ribeiro de Oliveira, Marcelo Nobre, Marco Maciel, Pedro Paulo Medeiros, Roberta Rangel, Sílvia Pachikoski, Tatiana Prazeres e Walton Rodrigues.

Vale lembrar na abertura, eminentes integrantes da Comissão, a sentença final de Shakespeare em *Ha-*

mlet, em que ele diz: “Se tiver que ser agora, não está para vir. Se não estiver para vir, será agora. E, se não for agora, mesmo assim virá. Estar preparado é tudo.”

Observando a história das civilizações, é fácil perceber que das relações sociais nascem conflitos que se projetam ao longo do tempo, e os litígios instaurados têm recebido as mais diversas abordagens na busca de uma resolução satisfatória para a sociedade.

Sabe-se que, nos primórdios da humanidade, os conflitos existentes eram resolvidos mediante a imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco, uma verdadeira vingança privada, mais conhecida pela doutrina como autotutela.

O termo *lex talionis* não somente está a se referir a um literal código de justiça “olho por olho, dente por dente”, uma espécie de castigo espelho, mas aplica-se a mais ampla classe de sistemas jurídicos que formularam penas específicas para crimes determinados, de modo a serem aplicados conforme sua gravidade. É bem verdade que alguns doutrinadores propõem que este foi, pelo menos em parte, destinado a evitar excessiva punição às mãos de qualquer vingador, justiça feita pelas próprias mãos, o que pode ser considerado até mesmo um avanço.

O código jurídico saxônico substituiu o pagamento de uma taxa pela retribuição direta. A vida de uma pessoa tinha um valor fixo, derivado de sua posição social, e, assim, qualquer homicídio era compensado pelo pagamento da taxa adequada, independentemente das intenções do crime.

Apesar de ter sido substituído por novas formas jurídicas, a *lex talionis* serviu a um objetivo fundamental no desenvolvimento dos sistemas sociais: a criação de um órgão cuja finalidade foi a de aprovar as retaliações e garantir que esse fosse o único castigo. Esse organismo foi o Estado em uma das suas primeiras formas.

Outro meio de resolver as querelas consistia na aceitação de um terceiro, chamado mediador, que tentaria pôr fim ao impasse. Outro caminho seria confiar a decisão a uma pessoa estranha ao conflito, que poderia encontrar uma solução mais justa. A arbitragem, portanto, foi inicialmente confiada ao sacerdote, que, como representante das divindades, garantiam soluções mais acertadas.

Observa-se, assim, que a arbitragem insere-se como um dos mais antigos institutos para a solução de conflitos, em que os litigantes concordavam em que determinada controvérsia seria solucionada por pessoa de confiança, sábia, experiente, idônea e imparcial.

A arbitragem já era praticada entre os babilônios, como forma de abrandar litígios entre as suas cidades-Estados.

Em um tratado de 445 a.C., Atenas e Esparta estipularam uma cláusula, com promissória expressa, remetendo-as para a via arbitral em caso de conflito.

O saudoso Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira destaca que, na Roma antiga, a arbitragem se evidenciava na *ordo judiciorum privatorum*: o processo da *legis actiones* e o processo *per formulas*, ambos com origens históricas que datam de 754 a.C.

Há registros de que, no século XI, comerciantes procuravam resolver seus conflitos à parte dos tribunais, com base nos usos e costumes.

Na Idade Média, em várias partes da Europa medieval, decretos locais autorizavam os bispos o conhecimento de causas que versassem sobre conflitos entre parentes relacionadas à partilha ou à tutela.

Avançando ainda um pouco mais neste breve resumo, observa-se que, da concepção de Estado e da entrega da solução de um conflito a um terceiro para harmonizar as relações intersubjetivas, surgiu a figura de um julgador para integrar a estrutura estatal. Entretanto, o crescimento da sociedade e sua complexa estruturação em um mundo globalizado orientaram a adoção de um modelo temperado de divisão de tarefas que facilitasse o acesso dos cidadãos à Justiça, bem como conferisse alternativas confiáveis para a solução de conflitos.

Os primorosos estudos e pesquisas de Mauro Capelletti e Bryant Garth, em sua obra *Acesso à Justiça* – obra traduzida pela Ministra Ellen –, deixaram claro que, somente quando os cidadãos tiverem maior acesso à Justiça, os direitos se tornarão mais efetivos. E mais: a Convenção Europeia para Proteção de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais reconhece que a Justiça não cumpre suas funções dentro de um prazo razoável; é, para muitas pessoas, uma Justiça inacessível.

É de se notar que o fenômeno Acesso à Justiça deve ser entendido como garantia de entrada ao justo processo, sem entraves e delongas; garantia de acesso a uma máquina apta a proporcionar a resolução do conflito trazido, com rapidez e segurança, o que, nem de longe, se limita a um mero ingresso apenas ao Poder Judiciário.

Em relação às ondas renovatórias de Capelletti, a que mais de perto interessa agora, Presidente, é a terceira. De fato, a tendência contemporânea busca reforma nos procedimentos tradicionais, sem que as vias alternativas sobreponham-se às funções estatais, estas são opções à jurisdição, completando sua função e permitindo ao Estado que exerça tal atividade de forma mais competente.

A implementação de mecanismos de pacificação social eficientes, mas que não desvirtuem os ideais de

justiça, permite a desobstrução da Justiça, mantendo as garantias sociais exigidas. Essa é a importância das chamadas ADRs, a sigla em inglês de *alternative dispute resolution*.

São inúmeros exemplos de práticas bem sucedidas no mundo, envolvendo os três modos clássicos de negociação, mediação e arbitragem. Embora se venha aceitando a importância de tais mecanismos, sua adoção, no Brasil, se revela incipiente, quando comparada com outros países, como Estados Unidos, por exemplo.

A legislação relativa aos diversos métodos de solução de controvérsias tornou-se cada vez mais abundante nos Estados Unidos, haja vista que o País experimentou uma verdadeira explosão de novos processos, sobretudo nas décadas de 70 e 80, passando o sistema americano a contar com agências públicas e privadas, especializadas em métodos alternativos de resolução de conflitos, promovendo, paralelamente, intenso treinamento de mediadores.

Na Europa, observamos que diversos países, principalmente do Oeste, vivem período em que os métodos alternativos de resolução de conflitos estão cada vez mais evidentes.

Eu trocava ideia, Presidente Sarney, com o Conselheiro Bruno Dantas – e registro a presença dele, do Conselho Nacional de Justiça –, sobre as várias experiências no mundo. S. Ex^a é um largo conhecedor do assunto. Em Portugal – disse-me –, são vários os centros de conciliação, mediação e arbitragem, com competência genérica ou específica em vários ramos do direito, como o exemplo aos relativos a dívidas hospitalares, comércio eletrônico, consumos em geral, viagens e turismo e até a Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

A arbitragem é um sucesso retumbante na França, onde também existe um centro nacional de mediação, cujos mediadores são os cidadãos com qualificação para o exercício de suas atribuições.

Em 1992, foi editado o chamado Código de Mediação, que estabelece os preceitos norteadores do Instituto da Mediação, na França. O atual Código de Processo Civil francês também trata desse tema, num título à parte.

Na Inglaterra, existe o chamado Serviço Consultivo de Mediação e Arbitragem, que visa tentar resolver pacificamente controvérsias entre empregados e empregadores, apenas para ficarmos em alguns exemplos desses mecanismos no mundo.

O legislador brasileiro, de uma forma ainda tímida, previu, ao longo da história recente, a utilização de alternativas para resolução de controvérsias, que pode ser observado pelos arts. 667 e seguintes do Código Comercial, arts. 764 da CLT, a própria lei que instituiu

os juizados especiais, tratou da questão dos conciliadores e, depois, da arbitragem. A Constituição Federal inaugurou uma nova era e, de igual maneira, buscou facilitar o acesso à Justiça. Sob a sua égide, foi apresentado, em 1992, o Projeto de Lei do Senado Federal, nº 78, de autoria do então Senador Marco Maciel, que honra essa Comissão, contando com a participação, também, dos juristas Petrônio Muniz; Carlos Alberto Carmona, que também, hoje, participa conosco; Pedro Batista Martins e Selma Maria Ferreira Leme. E que, na sua elaboração, foram consultadas modernas leis e diretrizes da comunidade internacional, com destaque para as fixadas pela ONU: a Lei Modelo sobre Arbitragem Internacional elaborada pela Uncitral – Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional; a Convenção para o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais, firmada em 1958 na cidade de Nova York; e a Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial, firmada no Panamá.

Após algumas vicissitudes típicas do processo legislativo, agravadas, no caso, pela proposta revolucionária de mudança de mentalidade em relação à função de prestar jurisdição, foi editada a Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, com seu reconhecido texto dinâmico e atual para a prática da arbitragem, excelente instrumento para realização da justiça.

Após o decurso de mais de quinze anos da Lei 9.307, esse notável esforço civilizatório não passou despercebido, deflagrando uma forte tendência, Presidente, que seria observada em diplomas legislativos posteriores. E eu menciono apenas alguns exemplos: a Lei 9.472, de 1997, que organizou os serviços das telecomunicações e atribuiu à Anatel a composição de conflitos de interesse no âmbito administrativo; a Lei 9.514, de 1997, que estabeleceu, no Sistema Financeiro da Habitação, a possibilidade da arbitragem; a Lei 9.958, de 2000, que inseriu capítulos na CLT, instituindo as comissões de conciliação prévia; a Lei 10.101, de 2000, que estabeleceu solução por mediação e arbitragem na questão relativa à participação dos trabalhadores nos lucros da empresa; a Lei das S.A.s, que estabeleceu, por força de uma regra da Lei 10.303, de 2001, a possibilidade de divergências entre acionistas serem resolvidas pela arbitragem; o Código Civil de 2002, que estabeleceu a admissão do compromisso judicial ou extrajudicial; o Decreto 4.311, de 2002, que promulgou a Convenção de Nova York sobre Reconhecimento e Execução de Sentença Arbitral Estrangeira; a Lei 1.179, de 2004, que estabeleceu normas gerais da parceria público-privada e admitiu a arbitragem para solução dos conflitos, aplicando a Lei 9.307; a Lei 11.196, que admitiu o emprego de meca-

nismos privados para solução de disputas relacionadas à concessão e permissão de serviço público.

Nessa linha, a reforma do Judiciário promovida pela Emenda 45 elevou a *status* de direito fundamental a adoção de meios que garantam a celeridade na tramitação de processos administrativos ou judiciais. Em seu texto, reforçou a utilização da arbitragem em conflitos trabalhistas – é a regra do art. 114.

Há ainda o debate no Congresso sobre o novo Código de Processo Civil.

Essas circunstâncias todas somadas, além da inexorável passagem do tempo e além da sedimentação da jurisprudência, sobretudo a do Superior Tribunal de Justiça, recomendam um novo olhar, generoso, para a base legislativa desse avançado instituto, aplicado com sucesso em nosso País e no mundo.

Minha visão, evidentemente, Presidente, não é a do operador da Lei de Arbitragem; é o olhar do julgador, assim como o ourives que lapida a joia bruta, aquele que observa os problemas surgidos com a implementação da lei.

Não é demasia afirmar que o Judiciário brasileiro tem sido guardião da arbitragem no Brasil. O saudoso Miguel Reale, com sua autoridade, sentenciou: “A arbitragem vem abrir novo e amplo campo de ação nessa matéria, permitindo que a própria sociedade civil venha trazer preciosa contribuição, valendo-se da alteração verificada na experiência jurídica contemporânea, enriquecida pelo crescente exercício do chamado poder negocial, em complemento à lei, às decisões judiciais e às normas constitucionais. E Hugo de Brito Machado arrematou: “A arbitragem é para os que sabem e podem ser livres.”

Há ainda necessidade, integrantes desta Comissão – penso eu –, de regulamentar a mediação de modo a incentivá-la a crescer de maneira ordenada em nosso País. E os meios alternativos, como se percebe nos dias de hoje, não crescem à sombra do eventual fracasso da jurisdição estatal. Ao contrário, representam o avanço do processo civilizatório da humanidade, que de maneira consciente busca mecanismos de pacificação social eficiente. Indiretamente, carrega a perspectiva de racionalidade para a jurisdição estatal, hoje assoberbada com o decantado volume de processos.

A proposta, eminente Presidente Renan Calheiros, é coordenar essa plêiade de juristas, especialistas renomados em suas respectivas áreas de atuação, e poder apresentar ao Parlamento e ao povo brasileiro um trabalho de vanguarda consentâneo com a posição que o País hoje ocupa no concerto das nações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos agora o Presidente do Senado Federal, Ex^{mo} Sr. Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Meu caro Presidente da Comissão de Juristas, Ex^{mo} Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luis Felipe Salomão, eu quero, cumprimentando o Ministro Luis Felipe Salomão, cumprimentar todos os membros desta Comissão, que foi criada quando nós tivemos como Presidente desta Casa o Presidente José Sarney, que hoje nos honra muito com a sua presença. Temos a honra de neste momento instalá-la.

Ex^{mas} Sr^{as} e Ex^{mos} Srs. Drs. Membros da Comissão de Juristas Marco Maciel, José Antonio Fichtner, Caio Cesar Rocha, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Nobre, Tatiana Lacerda Prazeres, Adriana Braghetta, Carlos Alberto Carmona, Eleonora Coelho, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Silvia Rodrigues Pereira, Francisco Maia Neto, Ministra Ellen Gracie – também é uma honra muito grande tê-la nesta Comissão e especialmente hoje aqui no Senado Federal –, André Chateaubriand Pereira Diniz Martins, José Roberto de Castro Neves, Marcelo Henriques Ribeiro, Walton Alencar, Roberta Maria Rangel. Ex^{mo} Ministro Cesar Rocha, ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, também uma honra muito grande tê-lo hoje aqui na instalação desta Comissão, Ministros do Superior Tribunal de Justiça Humberto Martins, querido amigo, Sidnei Beneti, Jorge Mussi, Mauro Campbell, Marco Aurélio Bellizze e Ministra Fátima Nancy, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Bruno Dantas, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Cláudia Lyra, senhoras e senhores, a primeira palavra é de agradecimento. Em meu nome e em nome do Senado Federal, expresso a mais sincera gratidão aos eminentes cidadãos e cidadãs que, demonstrando espírito público, aceitaram interromper suas atividades bem-sucedidas, suas rotinas profissionais, para assumirem o encargo de elaborar o anteprojeto de reforma da Lei da Arbitragem.

O Ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, autor de acatadas obras jurídicas e professor emérito, presidirá o seletivo grupo de juristas para cumprir a importante missão de fortalecer a arbitragem como meio viável e rápido de resolução de conflitos.

A segunda palavra é de reflexão.

A atividade de fazer leis talvez seja uma das mais complexas da vida jurídica. A norma deve ser clara, direta, objetiva e para ser compreendida e bem aplicada. Com sombras, o sistema, como todos sabem, não funciona bem. O Direito tende a se realizar espontaneamente, porém, quando isso não ocorre e as partes não chegam a um entendimento, os conflitos

podem ser resolvidos pela via do Poder Judiciário ou pelos meios alternativos de solução de controvérsias, a exemplo da mediação e da arbitragem.

A finalidade primordial do Direito é a pacificação social. E a arbitragem, acima de constituir uma antiga e sólida instituição jurídica, é uma instituição da paz.

Hoje, no Brasil, a arbitragem está disciplinada pela Lei nº 9.307, de 1996, que resultou do projeto e do entusiasmo do nosso querido Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e do entusiasmo também dos Professores Carlos Alberto Carmona, Selma Lemes e Pedro Batista Martins.

Temos, como todos sabem, uma lei moderna que foi levada a sério, mostrou-se eficaz, consolidou a cultura da arbitragem no País e é considerada pela comunidade jurídica internacional como um das melhores do mundo. Diante dessa realidade, seria inevitável indagar sobre a necessidade de alterá-la. E, até quando pensávamos em requerer a criação da comissão, nós tivemos – eu e o Presidente Sarney – oportunidades de conversar, várias vezes, sobre a possibilidade de convocar essa comissão para propor a alteração da lei, a atualização da lei, a modernização da lei.

A Lei de Arbitragem tem sido alvo de questionamentos importantes que precisam ser removidos. Daí a importância de alterações que, sem afetar, evidentemente, a estrutura normativa, sejam mais claras em relação a alguns de seus preceitos, absorvam a jurisprudência e avancem no sentido – como aqui foi colocado pelo Ministro Salomão – do projeto do novo Código de Processo Civil, que já foi aprovado aqui no Senado Federal e tramita na Câmara dos Deputados.

O momento histórico com a crescente importância do Brasil na economia e no comércio internacional, a multiplicação e o aprimoramento das câmaras de arbitragem, a ratificação da Convenção de Nova York, bem como a disseminação de novas tecnologias e contratos eletrônicos são fatores a considerar no aperfeiçoamento e na atualização da lei.

O objetivo, como todos sabem, é andar para frente, é avançar sob o estímulo das melhores práticas internacionais da nova realidade brasileira e da crescente participação do País na economia global.

Essas razões brevemente expostas afiançam a iniciativa de fortalecer a boa disciplina legal da arbitragem, com a ajuda de especialistas e pelos canais democráticos do Parlamento.

A terceira palavra é de confiança no futuro. Atualmente, o Poder Judiciário brasileiro possui, como todos sabem, cerca de 90 milhões de causas para julgar. O significativo nesse cenário, porém, não são os números frios, sem rosto e sem alma, é o conteúdo humano

que importa. Acontecem situações em que as partes não se entendem e recorrem ao Judiciário para solucionar o problema. Esses litígios envolvem pessoas, famílias, empregadores, empregados, consumidores, convivendo dia a dia, mês após mês, ano após ano, com a angústia da prolongada indefinição dos seus problemas. O contexto é alimentado por uma crescente cultura da litigância, da qual apenas um bem conduzido processo educativo dará solução, dará cabo.

Outro ponto de estrangulamento está, como todos sabem, no excesso de leis. A extravagância legislativa de alguma forma acaba colaborando com um cenário de insegurança coletiva, confunde em algumas oportunidades o cidadão, atrapalha a atividade do próprio Poder Judiciário e apresenta caminhos demais e saídas de menos. Tanto que acabamos de instalar no Senado Federal e no Congresso Nacional como um todo uma comissão para propor a consolidação das leis, retomando um trabalho já iniciado anteriormente, e para propor também a regulamentação da própria Constituição Federal.

Nos últimos anos, houve um grande avanço pela reforma constitucional do Poder Judiciário, mudanças na legislação processual, simplificação de ritos, criação e fortalecimento dos juizados especiais, além da súmula vinculante, da repercussão geral e da implantação do processo eletrônico. E, ao falar no processo eletrônico, mais uma vez quero prestar uma homenagem ao Ministro Cesar Rocha. Tais medidas eliminaram expedientes protelatórios e formalidades inúteis. Entretanto, mostram-se insuficientes para alcançar o tempo razoável de duração do processo. Esse é, portanto, um esforço contínuo.

Tramita na Câmara dos Deputados, como falei anteriormente, o projeto do novo Código de Processo Civil, aprovado pelo Senado Federal, contemplando mecanismos de simplificação de ritos, que certamente irão contribuir para dar rapidez aos julgamentos. Com o obsoleto Código de Processo Penal deve acontecer o mesmo. Convivemos com grande número de normas legais ultrapassadas e gravemente defeituosas. Por isso, criamos aqui, no Congresso Nacional, essa comissão a que há pouco me referi. Obstáculos de toda ordem, como já disse, retardam e estimulam as formas alternativas de composição de litígios, que são mais simples e mais ágeis. Por suas características, a arbitragem se confirmou como alternativa viável à resolução de conflitos, mesmo aqueles de alta complexidade, até com elementos de conexão envolvendo vários países. E ainda a arbitragem tem o mérito de possibilitar o abrandamento do intenso tráfego processual, que dificulta, como disse, o bom funcionamento do Poder Judiciário.

Pontes de Miranda, meu conterrâneo, um dos maiores juristas que este País produziu, era, como todos sabem, crítico da arbitragem, mas, hoje, certamente, se vivo fosse, reconheceria que o instituto amadureceu, ganhou contornos importantes e tem utilidade, muita utilidade, para o cidadão. Em linhas gerais, a arbitragem consiste numa modalidade técnica rápida e eficiente de solucionar litígios, própria do campo privado, sem qualquer interferência estatal, não se aplicando aos direitos indisponíveis. E, como todos sabem e foi repetido aqui pelo Ministro Salomão, é muito utilizada na área societária.

Outra modalidade é a mediação, técnica privada de baixo custo de solução de conflitos interpessoais, ainda pouco utilizada no Brasil, mas que, na experiência mundial, desponta como ágil e eficiente. Nela as partes encontram a saída para o litígio que as separam com a ajuda de um terceiro neutro que aplica técnicas e critérios de comunicação voltados para aproximar pontos de vista. O objetivo é obter o almejado entendimento, sem, no entanto, interferir no mérito da disputa ou impor soluções.

No que diz respeito à mediação, verificamos, sem dúvida, a existência de uma lacuna legislativa que clama pelo seu preenchimento. É aplicada com sucesso em outros países, a exemplo da Argentina e os Estados Unidos da América, aqui já citados.

O debate é, portanto, atual, pertinente e deve ser travado em conjunto com a iniciativa de aprimorar a vigente Lei de Arbitragem, por meio da elaboração de um anteprojeto claro, moderno e sólido. Ao Poder Legislativo compete proporcionar os meios e o ambiente adequado para esta Comissão de Especialistas poder trabalhar. O resultado desse trabalho de alto nível norteará o legislador para, no âmbito do processo legislativo, realizar, com muita responsabilidade, as alterações necessárias à Lei 9.307, de 1996, além de estabelecer uma imprescindível disciplina legal versando sobre a mediação.

Estou honrado, agradecido e confortável com as inteligências brilhantes que aceitaram colaborar com o aperfeiçoamento da Lei de Arbitragem e construir um caminho legislativo para a mediação. Contem, portanto, com todo o apoio do Senado Federal.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, agradecemos a presença de todos e desejamos um bom dia.

Está encerrada a presente solenidade. – Ministro **Luis Felipe Salomão**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA COM A FINALIDADE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 03 de abril de 2013, às onze horas e quarenta minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, que ocorreu sob a Presidência do **Ministro Luís Felipe Salomão** e com a presença dos Senhores Juristas: **Marco Maciel; José Antônio Fichtner; Caio Cesar Rocha; José Rogério Cruz e Tucci; Marcelo Rossi Nobre; Tatiana Lacerda Prazeres; Adriana Braghetta; Carlos Alberto Carmona; Eleonora Coelho; Pedro Paulo Guerra Medeiros; Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski; Ellen Gracie Northfleet; Francisco Maia Neto; André Chateaubriand Pereira Diniz Martins; José Roberto de Castro Neves; Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira; Ministro Walton Alencar Rodrigues e Roberta Maria Rangel.** Deixou de comparecer, justificadamente, **Francisco Antunes Maciel Müssnich.** Na reunião foi realizada introdução e divisão dos trabalhos da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Colegas da Comissão, novamente bom dia!

Quero ver se conseguimos otimizar o tempo de todos, que é contado, e por isso aproveitamos já para fazer a primeira reunião hoje.

A minha ideia – eu acabo de pedir ao Guilherme – é conseguir uma sala onde possamos fazer uma mesa redonda, para que todos participem. Acho que vai surtir mais efeito. Hoje, como eu não conhecia o local, para aqui nos designaram, e é aqui que começamos, mas com esse pedido, porque ficaria mais dinâmico se pudéssemos fazer numa mesa redonda.

Neste primeiro encontro nosso, antes de passar a palavra para cada um para uma breve manifestação – todos dispensam apresentação, mas pelo menos uma palavra inicial de todos é importante –, mas, para ganhar tempo e dar um sentido de objetividade a essas primeiras palavras, eu peço que o colega da Comissão possa dizer qual é a proposta que tem para o trabalho, se tem alguma proposta de divisão de trabalho. Também em relação à agenda da Comissão, se tem alguma sugestão de periodicidade para essa agenda e também para as audiências públicas; se tem alguma sugestão de entidades para serem ouvidas.

Resumidamente, a forma de podermos trabalhar, porque é bem aberto o processo interno do Senado, se há alguma sugestão para isso, a agenda, como seria melhor, e as entidades nesse primeiro momento que

vamos chamar, ou participarmos lá ou que elas venham aqui. Essa é a primeira proposta.

Aí, vou correr para uma breve introdução de todos. Vou seguir a ordem da instalação e começar com o Presidente Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL – Antes de mais nada, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que vem realizando e dizer que consideramos muito importante que estejamos sempre atentos às solicitações que são feitas à Comissão. Espero que, muito em breve, possamos ter, de fato, um aprimoramento significativo, de tal maneira que possamos avançar nesse campo e na consolidação da Lei de Arbitragem, na realidade, “Operação Arbiter”, como se chamou anteriormente.

É bom lembrar que a Operação Arbiter foi algo pioneiro, porque foi resultado de um trabalho que se desenvolveu em vários Estados da Federação. Ao final, concluímos com essa “Operação Arbiter”, justamente para dar consequência aos trabalhos que estamos desenvolvendo.

Não quero me alongar nas minhas palavras, porque sei que outros Parlamentares e membros desta Comissão podem oferecer também subsídios para a lei em debate, já devidamente aprovada, com a Lei nº 9.307, de 1996, sobre a arbitragem comercial no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Muito obrigado, Senador.

Eu, na verdade, tinha até uns eixos, uns temas que fiz por escrito. Eu não quis produzir nada para justamente podermos discutir essa questão e eu ouvir mais as sugestões dos integrantes da Comissão.

Com a palavra, o Dr. José Antônio Fichtner.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Bom dia ainda. Faltam 15 minutos para a tarde.

Ministro Presidente, queridos colegas, muitos amigos aqui numa mesma empreitada. Sinto-me absolutamente confortável para discutir os variados temas que certamente virão à tona nesses nossos encontros. Acho que, tomada a decisão política de votar uma lei na Câmara Alta, a nossa função é de produzir o melhor trabalho possível, de modo que ele chegue à votação tanto no Senado quanto na Câmara, em condições de uma aprovação em favor do jurisdicionado, das pessoas que vão se socorrer desse remédio.

A minha proposta inicial, individual, a pedido do Presidente agora, seria de estabelecermos, em primeiro lugar, um diagnóstico, o que funciona e o que não funciona bem na atual lei. Para isso, talvez nós precisemos de algum tempo para produzir esse diagnóstico e ver se há convergência dentro da Comissão quanto aos temas que merecem uma intervenção legislativa. A partir daí, talvez produzir essa divisão de trabalhos de forma que nos concentremos efetivamente naquilo

que talvez não funcione atualmente, preservando essa grande situação que se montou no Brasil, positiva em relação à arbitragem, quadro no qual o Poder Judiciário teve uma posição extraordinária, desde a declaração de constitucionalidade da lei pelo Supremo até as diuturnas decisões proferidas pelo STJ, consolidando o sistema arbitral brasileiro. Então, talvez, como tratemos de algumas doenças, o diagnóstico seja uma antecedência desejável.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. José Antônio.

Quero reiterar que é um enorme prazer para mim poder participar de uma comissão com esta estatura, com esses integrantes. A minha tarefa aqui vai ser justamente essa de organizar, de coordenar o talento de cada um de vocês. Por isso, é muito importante.

Eu tenho aqui uma listinha de algumas coisas que são obrigatórias, mandatórias de nós deliberarmos, como se vai haver regimento interno ou não da nossa Comissão, a agenda de reuniões, se vamos criar um *site* para que possamos colher sugestões vindas de fora, os temas que vamos dividir ou não vamos dividir. Enfim, tudo isso são algumas questões que vamos ter que enfrentar.

Esta primeira reunião – acho que o tempo corre contra nós – é justamente para organizar a forma de trabalho. Essa é a proposta que eu queria fazer aos colegas da Comissão.

Dr. Caio Rocha.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Bom dia a todos.

Como diz um amigo meu que não está aqui hoje, Dr. Lusnick, “pato novo não mergulha fundo”. Diante de tantas autoridades que lecionam e escrevem sobre arbitragem, eu quero dizer que a minha intenção será sempre de contribuir com muito trabalho e dedicação.

Uma ideia que eu daria para a Comissão seria de se buscar fazer um apanhado sobre alguns projetos que já existem em tramitação, alguns projetos de lei que tratam da matéria que será aqui debatida por nós.

Fazendo uma pesquisa breve – as pessoas do Senado têm condições de fazer isso de forma muito mais eficiente –, constatei que existem alguns projetos de lei em tramitação já há algum tempo, até tratando sobre arbitragem, e, eventualmente, podemos buscar deles alguns elementos, ideias novas. Seria uma ideia inicial.

Basicamente é a sugestão que eu teria para este momento.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. Caio.

Prof. Rogério Cruz e Tucci.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Eu queria dizer, inicialmente, manifestar que é um privilégio participar desta Comissão e que me afino com

as palavras, com a manifestação do colega Fichtner no sentido de que é necessário verificar, inicialmente, a patologia, quer dizer, os aspectos, até sob o ponto de vista que o ilustre Presidente, no seu discurso de instalação, muito bem colocou. Quer dizer, essa visão da jurisprudência para verificar qual é a patologia, aquilo que é mais recorrente, num primeiro momento. E, num segundo momento, talvez – e essa é a minha preocupação, até maior do que a própria lei em vigor – é o mapeamento dos projetos que temos.

Eu conversava com o Caio, hoje conversei com a Dr^a Eleonora também. E essa é minha preocupação, porque temos aqui em tramitação projeto que visa a regulamentar a profissão de árbitro, tornar os cartórios câmaras de arbitragem. Quer dizer, isso é muito sério, muito grave. Então, não podemos trabalhar de uma forma assimétrica, ou seja, trabalhar na modificação da lei proposta com esses projetos que podem mutilar todo o nosso trabalho.

Então, em princípio, é necessário, quer dizer, são coisas separadas que devem caminhar paralelamente. Temos que fazer, sem dúvida, esse mapeamento inicial. Evidentemente, não podemos ser mais realistas também – estamos aqui numa casa de leis –, não podemos obstar que esses projetos caminhem, mas podemos, já que há uma comissão específica para esta finalidade, manifestar quem de direito para aguardar o trabalho desta Comissão, para evitar que todo o nosso trabalho seja em vão no futuro.

Essa é a minha preocupação inicial, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, José Rogério.

Agora, Dr. Marcelo Nobre.

O SR. MARCELO NOBRE – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, eu queria uma vez mais cumprimentar todos e dizer da minha enorme satisfação em poder compor esta Comissão e discutir temas tão relevantes para o nosso País.

Em primeiro lugar, eu queria sugerir, Presidente. Temos duas situações a abordar na Comissão: uma é a questão da arbitragem, outra é a questão da mediação. Com relação à arbitragem, a sua atualização; com relação à mediação, a criação de uma norma. Uma talvez não dependa tanto da outra e possa se desdobrar para ter velocidade até talvez diferente da arbitragem, entre a arbitragem e a mediação.

Acho importantíssimo isso que o Prof. Tucci acabou de dizer com relação ao levantamento de todos os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Não adianta elaborarmos uma proposta de lei se nós não discutirmos os projetos de lei que estão em tra-

mitação, porque corremos alguns grandes riscos com relação àquilo que viemos, ao final, a propor ao Presidente do Senado e a esta Casa como projeto de lei.

Tenho percebido em duas outras comissões que tive grande proximidade, a eleitoral e a do Código Penal, de Processo Penal e Código Penal, e de toda a discussão penal havida aqui na Comissão nesta Casa, que as sugestões por *e-mail* funcionam. Precisa ter a estrutura aqui da Casa para o recebimento disso, e também a importância das audiências públicas. Também tenho uma experiência com relação a isso.

Inicialmente, Presidente, essas seriam as minhas primeiras sugestões. Também acho que não temos como sugerir o remédio adequado para aquilo que estamos nos propondo a fazer se não soubermos qual é a doença. Acho que essa questão do diagnóstico é fundamental.

Por fim, com relação à periodicidade, vai depender um pouco do que nós estabelecermos antes aqui, se dividiremos, se não dividiremos, qual a velocidade, quem comporá o quê, isso para tratarmos da questão da periodicidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Marcelo.

Dr^a Tatiana Prazeres.

A SR^a TATIANA PRAZERES – Bom dia a todos.

É uma satisfação, Presidente, participar desta Comissão.

Eu tenho talvez um perfil um pouco diferente dos demais membros deste grupo. Eu me dedico ao Comércio Exterior, trabalho na Administração Federal, hoje ocupo a posição de Secretária de Comércio Exterior. Enfim, ainda que tenha formação jurídica, eu tenho a impressão de que a minha contribuição para esse grupo vai ser no sentido de trazer as melhores práticas internacionais, a experiência internacional e avaliar como a nova Lei Modelo da Nações Unidas para Arbitragem e também para Conciliação e Mediação poderiam inspirar o trabalho deste grupo.

Eu acho que isso não se aplica a nenhum tema específico, aplica-se tanto à mediação quanto à arbitragem, mas, se eu puder contribuir nesse sentido, fortalecendo a arbitragem e a mediação no Brasil para comércio internacional, tenho a impressão de que será útil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr^a Tatiana.

Dr^a Adriana Braghetta.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Bom dia a todos.

É uma honra poder servir ao meu País e participar com amigos de longa data, novos colegas, num tema que é tão instigante e sobre o qual muitos de nós

já nos debruçamos há algumas décadas, pelo menos duas décadas.

Sinto-me absolutamente alinhada com as manifestações anteriores. Inicialmente, a ideia de V. Ex^a de termos um *site*, de colhemos sugestões por *e-mail* e em audiências públicas, se já formalmente se manifestaram, eu também sou totalmente favorável a essa questão.

O senhor sugeriu também quem seriam as entidades a participar dessas audiências públicas: as entidades que congregam as câmaras arbitrais – uma delas se chama Conima. Eu chamaria as próprias câmaras arbitrais, o Comitê Brasileiro de Arbitragem, que congrega a comunidade acadêmica; faculdades e os utilitários das arbitragens, também as empresas. A Fiesp aqui está representada pela Ministra Ellen Gracie, e é muito importante a gente ouvir a opinião das empresas.

Concordo com o colega Marcelo Nobre de que são dois trabalhos, e talvez pudéssemos já dividir em subcomissões, para nos debruçarmos sobre um tema candente, que o Brasil e o empresariado estão esperando já há tempos para resolver, que é o desenrolar definitivo da mediação. A arbitragem já aconteceu no País, a mediação ainda não aconteceu. Este tema me parece premente, e já podemos nos lançar a ele.

Com relação à arbitragem, também estou de pleno acordo com o que disse o Sr. José Antonio Fichtner, de que é importante um diagnóstico, e eu também gosto muito da ideia da Tatiana Prazeres no sentido de que a gente tem de ter um olhar internacional.

Minha percepção da arbitragem nestes últimos anos, nestes 15 ou 16 anos, é que ela deu certo por conta de um Judiciário muito maduro, muito aberto, mas sobretudo porque a lei está alinhada com a legislação internacional. Meu ponto de partida seria sempre a Lei Modelo da Uncitral, tanto para mediação, quanto para arbitragem.

São esses os meus comentários iniciais.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr^a Adriana.

Prof. Carmona.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

As minhas sugestões são bem objetivas. Eu acho que nós deveríamos ter uma reunião presencial mensal como mínimo, com uma agenda já pré-fixada de antemão, para que nós pudéssemos nos organizar de forma a nos encontrarmos aqui em Brasília e trazer-mos o material necessário para os nossos contatos.

Acho que todos os membros da Comissão teriam de receber todos os projetos que estão em tramitação tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados

a respeito de mediação e de arbitragem. Há um anteprojeto de lei de mediação que tramita aqui desde 1998, da Deputada Zulaiê Cobra, que é de mediação endoprocessual, que tem algumas questões ligadas à mediação extraprocessual. Então, qualquer coisa que viermos a fazer sobre mediação naturalmente vai ter alguma interpenetração com esse projeto de lei que está em tramitação. Esse projeto está parado desde 2006, se não me engano, aqui no Senado. Então, acho que nós precisamos realmente saber com o que é que nós estamos lidando.

Precisamos conhecer os pontos de atrito na Lei de Arbitragem e, para isso, acho que nós precisamos agir em duas linhas diferentes: primeiro, ouvir as câmaras, para saber o que é que elas, câmaras, estão vendo de problema em relação à utilização da Lei de Arbitragem, se é que há algum; e, depois, com relação à jurisprudência do STJ; precisamos deixar de lado a questão de homologação de sentença e, depois, analisar a interpretação que o STJ tem dado a algumas das questões ditas polêmicas. Algumas das questões polêmicas não precisam ser tratadas na lei, pois já estão definidas no Superior Tribunal e talvez seja melhor que fiquem assim, sem que haja uma nova redação de lei, porque claro que a redação de lei a respeito de alguma coisa que já está decidida fará com que tenha que ser decidido tudo de novo. E serão necessários mais dez anos de trabalho no Superior Tribunal. Então, talvez tenhamos que analisar a tática, se seria melhor mexer ou não mexer. Ainda que seja para colocar na lei aquilo que os tribunais estão decidindo.

No Código de Processo Civil, houve esse mesmo tipo de problema, optou-se por não mudar a lei só para melhorá-la em termos teóricos, ou técnicos, porque a mudança de uma palavra vai ser interpretada por alguns como mudança de rumo, e isso tudo vai levar anos para ser resolvido no Superior Tribunal.

Eu entendo que nós temos de fazer claramente uma divisão entre arbitragem e mediação. Quer dizer, não há possibilidade nem de falarmos ao mesmo tempo dos dois assuntos, nem tratarmos numa mesma lei desses dois assuntos. Embora a Comissão seja para redigir um anteprojeto de lei de mediação e arbitragem, acho que nós temos de discutir isso claramente, e eu já digo que a minha posição é de que há uma impossibilidade técnica absoluta e lógica de tratar de mediação e arbitragem ao mesmo tempo.

Aliás, as pessoas que trabalham com mediação dificilmente trabalham com arbitragem. Então, é outro tema que também precisamos deixar claro e discutir com franqueza. Se nós temos aqui nesta Comissão pessoas suficientes para fazer um subgrupo, por exemplo, de mediação; enquanto outros terão qualificação para

falar sobre arbitragem. Mas para ficar claro que quem estuda uma coisa dificilmente estuda a outra. Pode ter alguma noção, mas não é a mesma coisa.

São essas as minhas observações iniciais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bem objetivas. Obrigado.

Só não gostei que V. Ex^a disse que são dez anos para o STJ decidir sobre uma palavra. (*Risos.*) Brincadeira.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA (*Fora do microfone.*) – Os advogados são muito criativos. E, antes de chegar ao Superior Tribunal, agravarão tudo o que puderem. Então, a culpa não é do Superior, que julga rápido.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dez anos para uma palavra! Imagine para o resto! (*Risos.*)

Agora, a Dr^a Eleonora Coelho.

A SR^a ELEONORA COELHO – É uma grande satisfação estar aqui, Presidente – como disse a Adriana –, cumprindo uma missão para o nosso País sobre um assunto de que gosto tanto, ao qual me dedico há muitos e muitos anos, que é a arbitragem. E também tendo oportunidade de tratar a respeito de um assunto com o qual eu não trabalho, mas com o qual eu sonho, que é a mediação empresarial em nosso País, que acho muito importante e já tem sido uma prática constante em outros países desenvolvidos.

Talvez esta Comissão tenha a possibilidade de contribuir com a Nação de uma forma tão efetiva como na época a Operação Arbirer contribuiu para o Brasil com a Lei de Arbitragem. Eu acho que nós podemos ter um marco importante, revolucionário para as empresas.

Então, eu acho que, além de fazermos tudo aquilo que os nossos colegas sugeriram, como um diagnóstico dos eventuais problemas da Lei de Arbitragem, como apurar os projetos em curso – nós já sabemos que eles são danosos ao instituto e, portanto, devemos lutar para que eles não proliferem e se consolidem –, também dedicar atenção a essa questão da mediação empresarial.

Eu entendo a posição do Carmona de que já há projetos de lei envolvendo mediação, mas eu entendo que esses projetos tratam de mediação processual, paraprocessual, e meu sonho – e vejo isto como um campo muito fértil, como uma oportunidade muito grande – é a mediação empresarial. Apesar de não ser estudiosa do assunto, sou realmente estudiosa da arbitragem, mas eu me disponho a estudar e fazer com que isso aconteça. Assim, me coloco à disposição.

Eu acho que as sugestões anteriores são ótimas quanto à agenda. Realmente, eu acho que a reunião tem que ser mensal, porque nós temos 180 dias, é

isso? Então, nós teríamos seis reuniões. É pouco, não é? Talvez seja pouco. Se realmente esse prazo regimental for de 180 dias, talvez tenhamos que rever isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ELEONORA COELHO – É. É pouco...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É prorrogável, mas acho que não devemos trabalhar com essa perspectiva, não é?

A SR^a ELEONORA COELHO – Pois é. Então, talvez tenha de ser mais que uma por mês, por conta desse problema. E nós temos muitos assuntos. Nós temos tanto o diagnóstico, depois o Direito Comparado, muito importante para nos orientar, países que já estão à frente, ver quais soluções eles adotaram e como tem sido visto isso.

São essas minhas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr^a Eleonora.

Dr. Pedro Paulo Medeiros.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – Sr. Ministro Luis Felipe, eminentes colegas que compõem este grupo de trabalho, honrado certamente com a indicação e com a confiança depositada pelo Senado, quando permitiu que eu pudesse contribuir com a experiência que tenho. Experiência essa que, adianto, é restrita ao âmbito do Direito Internacional, que certamente será aplicável aqui, e especialmente no Direito Processual interno brasileiro, que, em certo momento, há que ser analisado. Sabemos que uma das doenças – como disse o Prof. Fichtner – que há que ser tratada nessa lei, apenas para que ela tenha uma eficácia ainda maior do que já tem, é quando se pretende levar as situações ao Judiciário: qual o limite do juiz para apreciar situações levadas à arbitragem; ele pode discutir somente a questão da cláusula ou não; há questões em que o juiz decide pela metade, ele aceita que um juiz possa eventualmente mediar ou eventualmente ser um árbitro, mas, em contrapartida, ele se acha competente para julgar as cautelares posteriores. Então, são questões influenciadas pela questão processual. Espero poder contribuir, ainda que nesse aspecto restrito, nesse corte.

Permita-me, Ex^{mo} Sr. Ministro, Presidente, fazer aqui, a título de sugestão, porque pude participar, ainda que como colaborador, mas presenciei a Comissão de Reforma do Código Penal, sugerir que, se as reuniões acontecerem somente mensalmente, de fato, ao final não conseguiremos chegar a um fim. Na verdade, uma reunião mensal é muito pouco para que consigamos discutir entre nós.

Outra coisa que deve ser analisada, uma opção é se poderemos conversar entre nós e tratar de assuntos jurídicos e da própria Comissão por *e-mail*. Na

Comissão de Reforma decidiu-se que isso não acontecerá. Ao final, optou-se, no último mês, por fazê-lo porque viu-se que, sem que isso acontecesse, ficou impossível que pudessem todos conversar entre si.

Então, há que se decidir: haverá ou não permissão para que a Comissão converse entre si e, eventualmente, tome decisões, ainda que informais, por *e-mail*? Como se dará isso? Haverá uma lista? Quem coordenará? Então, há que se decidir isso também.

Abriremos no *site* do Senado oportunidade de propostas para o público externo? É algo que também tem que ser decidido aqui. Quem receberá essas propostas? Quem as analisará e filtrará? Porque, na Comissão de Reforma do Código Penal, eram milhares, era uma coisa assustadora. Então, quem vai filtrar isso por temas e encaminhar a quem?

E, finalmente, como já dito, há necessidade certamente de se realizarem audiências públicas, como com a Comissão Brasileira de Arbitragem, que o Prof. Carmona representa. Poderíamos e deveríamos convidar confederações e congêneres, instituições com abrangência nacional, assim como as câmaras, para que elas pudessem trazer a esta Comissão quais são as pretensões e necessidades.

Então, penso que – sem querer repetir aquilo que já foi dito – deveríamos ouvir sempre as instituições de representação nacional para que elas pudessem nos dizer se têm pretensão, como elas gostariam que fosse e o que elas têm como premência, necessidade quanto à arbitragem ou ainda mediação e conciliação.

São minhas breves sugestões, Sr. Presidente, desculpando-me se me excedi e se não são pertinentes as sugestões. Mas acredito que sejam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. Pedro.

Dr^a Silvia.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mais uma vez, bom dia, Presidente, Ministro Luis Felipe Salomão. Muita honra, muito prazer estar com todos aqui, como novos colegas, velhos amigos, novos amigos também.

Eu passei quase cinco anos atuando na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Ciesp/Fiesp e hoje atuo mais como advogada e como árbitra.

Acho que a gente tem sim uma posição hoje muito sólida da arbitragem no Brasil, da lei, do sistema. E um pouco me preocupam essas possíveis modificações. De outro lado, deixa-me muito feliz ver que a gente pode transformar e trazer a mediação empresarial, que é um ponto em que nós sempre tivemos – quando falo nós, a própria Federação da Indústria – uma necessidade, uma procura, uma demanda, mas sempre faltou um

aparato técnico e legislativo para que isso realmente trouxesse confiança e segurança para que os próprios empresários a ela pudessem aderir.

Entendo como absolutamente importante essa sinergia, essa sintonia com a Câmara dos Deputados, que hoje possui quatro projetos em andamento, dois deles com movimentação expressiva, com audiências públicas designadas, em comissões para tratar de assuntos. Nesse ponto, concordo com os colegas que me precederam, porque a gente pode estar trabalhando aqui em prol da própria arbitragem, da mediação, olhando para um cenário futuro, e, de repente, isso pode cair por terra com uma movimentação legislativa em sentido contrário. Não sei se existe a possibilidade desse entendimento, de uma suspensão dos trabalhos ou, de alguma forma, de uma conexão em sinergia com a Câmara dos Deputados, onde estão hoje esses quatro processos de arbitragem. De mediação, como o próprio Prof. Carmona disse, existe um no Senado, mas parece que está adormecido, porque ele era de iniciativa de Zulaiê Cobra – que não se elegeu – e parece que está dormindo.

Acredito que os trabalhos a cada 30 dias ficam muito distantes. Acho que a gente perde uma agenda. Então, minha sugestão seria que, se não fossem a cada 20 dias, reunião em uma semana; pulam-se duas semanas, na terceira semana, a próxima reunião, para que a gente pudesse realmente cumprir a agenda dos 180 dias, que é curta diante da quantidade de assuntos e de interesses que vamos precisar analisar.

Audiências públicas, acredito que sejam absolutamente necessárias, a discussão dos operadores do Direito: como OABs, pelas suas comissões representativas; as entidades acadêmicas de estudo da arbitragem, como Comitê Brasileiro de Arbitragem; o Conima, mencionado pela Adriana; as Federações das Indústrias; as câmaras arbitrais acho que são imprescindíveis de participarem dessa grande discussão, porque é por onde passa todo o grande *range* e o grande *ranking* de discussões, tanto do Judiciário, quanto dentro dos próprios procedimentos.

Concordo também que a gente pode, para otimizar, fazer subcomissões, ou dividir os trabalhos para que a gente otimize e consiga, a cada três semanas, ter o trabalho realizado, cumprir essas metas e seguir para a próxima etapa.

Acredito que seja mais ou menos isso, talvez o diagnóstico seja o momento inicial para que a gente possa a partir daí trabalhar. Concordo com o Prof. Carmona também que o âmbito arbitral e mediação devem que trabalhar em paralelo, mas em formas distintas, pois em conjunto podem gerar muita dúvida, como já existe: se arbitragem e mediação são a mesma coisa

ou não. Enfim, temos visto no próprio Congresso essa discussão.

Agradeço mais de uma vez a oportunidade.

Enfim, muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr^a Silvia.

Ministra Ellen.

A SR^a ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Presidente, muito obrigada. Quero, antes de mais nada, dizer da minha satisfação em compor esta Comissão. Eu, que sou uma árbitra aprendiz, aqui estou para justamente aprender com os meus colegas, aprender não só sobre a arbitragem, Carmona, mas também sobre mediação. Se partirmos do pressuposto que você levantou de que não podemos tratar da mediação porque ninguém aqui a pratica, nós não a praticamos porque não há lei no País sobre esse assunto. Mas podemos nos debruçar sobre o tema, estudá-lo e chegar a algumas conclusões.

Quanto propriamente à questão da arbitragem, vejo que os colegas já adiantaram alguns temas extremamente importantes. Nada é possível fazer sem que se tenha um diagnóstico da situação. Esse diagnóstico da situação nos será dado mediante o levantamento da jurisprudência atual, quais são as questões controvertidas, quais são as questões que não apenas alcançam o STJ, mas aquelas que são decididas no primeiro e no segundo grau. Acho que isso é extremamente importante. Nós precisamos colher, mediante as audiências públicas a opinião, enfim, da comunidade acadêmica, dos usuários do serviço por meio das federações da indústria e de comércio. E nós precisamos também estabelecer um modo de trabalho que seja eficiente para conseguirmos vencer toda essa tarefa no curto espaço que nos foi dado.

Para isso, Presidente, parece-me que é absolutamente indispensável sabermos, primeiro, se vamos poder circular, mediante uma intranet, os trabalhos de todos os Conselheiros. Não há dúvida nenhuma de que as reuniões presenciais são muito importantes, mas a maior parte do trabalho vai ser feita fora das reuniões, assim como, nesta Casa, não é no plenário que se decidem as coisas, mas, sim, nas comissões. Então, eu creio que a maior parte do trabalho será realizada mediante um trabalho de reflexão que cada um fará a respeito de um determinado tema que lhe seja atribuído ou sobre um conjunto de problemas.

Eu proponho uma periodicidade – até faria um número menor de reuniões, se fosse possível, mas parece que os demais colegas entendem que seja necessário que haja reuniões frequentes – de, no máximo, uma vez por mês. Mais do que isso, nós vamos nos deslocar desnecessariamente, quando talvez o traba-

lho não esteja já em ponto de merecer uma reunião. Isso tudo sem prejuízo de que se convoquem – V. Ex^a convocará, se for o caso – reuniões extraordinárias.

Além disso, Sr. Presidente, é muito importante sabermos com que recursos conta a Comissão. A Comissão tem uma Secretaria? A Comissão pode contar, como disseram – eu até anotei aqui quem foi o colega que apontou a necessidade de examinarmos as contribuições gerais, do público em geral –, com alguém que trate dessas matérias? Porque é necessário que haja uma triagem. V. Ex^a sabe que vão vir algumas sugestões boas no meio de muitas outras que são inteiramente descartáveis. De modo que nós precisamos ter essa base de infraestrutura.

Se V. Ex^a me permite, eu sugeriria a criação, desde logo, de um banco de dados – tenho certeza de que o pessoal do Senado poderá nos auxiliar com isso –, uma base de dados básica para o funcionamento da Comissão. Ela deve conter todos os projetos que estão hoje em andamento, ela deve conter, se possível, referências doutrinárias e jurisprudenciais que sejam consideradas relevantes, e a ela teriam acesso restrito os membros da Comissão. Nós trabalharíamos sobre esse material bruto para fazer justamente aquilo que é o primeiro passo: o diagnóstico. Sem isso, nós não conseguiremos realizar um diagnóstico preciso. E, a partir daí, Presidente, nós poderíamos, então, dividir a Comissão em grupos e subgrupos, conforme a necessidade, conforme o diagnóstico nos aconselhasse a fazer.

Desde logo, parece evidente que mediação e arbitragem, como conciliação, são coisas diferentes. Então, vai ser necessário repartir, efetivamente, essas tarefas, sem prejuízo de que – como todas são formas alternativas de solução de conflitos, nós encontraremos muitos pontos de convergência – a Comissão, na sua formação plena, possa evidentemente deliberar sobre tudo.

Inicialmente, parece-me que também é muito importante contarmos com a experiência do comércio internacional, em que a arbitragem é absolutamente básica para as relações comerciais – o comércio internacional não existe se não há boas câmaras funcionando. E a Comissão haverá, sem dúvida, de ter sempre em mente o fato de que a arbitragem hoje no Brasil floresce graças a uma boa legislação, que tem cumprido a sua função, e há uma jurisprudência extremamente coerente, produzida especialmente pelo STJ.

Eu digo isso com toda a tranquilidade, porque a minha Casa não pôde fazer, não teve tempo de elaborar e não tinha massa crítica suficiente para produzir uma jurisprudência que servisse de parâmetro para a arbitragem atual.

Então, eu vejo, com muita alegria, que o STJ está produzindo uma jurisprudência extremamente coerente e extremamente amistosa quanto à arbitragem, com isso contribuindo para o desenvolvimento nacional; com isso contribuindo para a economia nacional; com isso contribuindo, afinal, para o progresso do País.

De modo que, Presidente, com essas palavras, eu quero, mais uma vez, agradecer a confiança que nos foi a todos conferida pela Presidência do Senado e dar os parabéns especialmente pela escolha da Presidência desta Comissão. V. Ex^a é a pessoa indicada para nos conduzir ao melhor porto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, muito obrigado. Fico honrado também de poder trabalhar com V. Ex^a e com os colegas da Comissão.

Dr. Francisco Maia Neto.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Boa tarde a todos.

O Dr. Caio citou o ditado do pato. Na minha terra, nos rincões das Minas Gerais, dizem que, quando os rouxinóis cantam, o sabiá se cala.

Chegaram muitas ideias boas. Ministra Ellen, eu quero dizer que a sua ideia do banco de dados é, em primeiro lugar, extremamente importante. E gostaria de dizer que a sugestão do banco de dados vem ao encontro da dúvida que eu também tinha sobre a estrutura que nós teremos à disposição no Senado.

Talvez até por uma convicção pessoal, eu sou daqueles que não só utilizo, como também estímulo os meios virtuais de comunicação e acho que é fundamental possuímos um espaço nesta Comissão que englobe não só o banco de dados existente a que a Ministra se referiu, mas também, Pedro, esse material a que você se referiu, porque as pessoas podem querer consultá-los, haja vista a sua experiência de que vem muito material. Que isso possa ser talvez temático, ou seja, dividido pelos temas que nós vamos analisar.

Com relação à comunicação entre os membros, acho extremamente saudável, Pedro – apesar da sua colocação sobre a dúvida –, eu me posiciono extremamente favorável a que seja feita sob a forma de uma lista de discussão, por exemplo. Quando um falar, todos recebem, e nós vamos conversando. Isso tem funcionado no CBAr, tem funcionado no IBDiC, com muita fluência. Então, eu vejo isso com muita simpatia.

Com relação ao diagnóstico, Fichtner, todos estão votando de acordo com o Relator. Então, eu acompanho essa posição. É inegável que precisamos fazê-lo. A minha preocupação, no que diz respeito a este assunto, é só com o tema calendário. Preocupo-me porque, para debater este primeiro ponto, nós tenhamos que estabelecer um prazo maior um pouco, talvez 30 dias.

Depois, eu me alinho com a Silvia. A minha sugestão era exatamente igual à sua, Silvia: fazer uma reunião numa semana e saltar duas. E que houvesse uma frequência já preestabelecida: por exemplo, sempre às terças-feiras ou às quartas-feiras daquela semana em que vamos nos reunir.

Eu tenho uma dúvida: as audiências públicas seriam intercaladas com as nossas reuniões ou fariam parte desse calendário? Eu acho que deveriam ser intercaladas; não deveriam se sobrepor. Quer dizer, as audiências públicas deveriam ocorrer nas duas semanas de vacância das nossas reuniões para exatamente não atrapalhar os trabalhos.

Quero já, Presidente, pelo que o senhor colocou, fazer uma sugestão de audiência pública. Eu trago aqui, em nome do Presidente da OAB de Minas, a solicitação e o oferecimento daquela casa para que haja uma audiência pública. E, fazendo coro aos que me precederam, não tenho dúvida de que as federações das indústrias; as entidades empresariais, como o Sinduscon, a Secovi; as câmaras arbitrais; as escolas de Direito devem ser convidadas, sempre nos respectivos locais. E, Pedro, como você colocou, em nível nacional, as audiências públicas que deveríamos realizar em Brasília, obviamente, seriam franqueadas às entidades nacionais.

E, por último, eu queria fazer só uma observação que talvez seja de natureza semântica. Eu proporia substituir mediação empresarial por mediação extrajudicial. Eu entendo que, com mediação empresarial, nós estamos estreitando um campo que pode se alargar. E, ao mesmo tempo, conversando com Adriana Braghetta, Carmona, Silvia e Pedro ontem, discutimos a questão também sobre separar da mediação judicial. Então, ficaria a claro que seria no âmbito extrajudicial.

No mais, quero dizer da enorme satisfação de participar com todos vocês, alguns conheci hoje aqui, muitos já conhecia de nome, e a honra de estar sob a presidência de V. Ex^a, Ministro Luis Felipe, que dispensa qualquer comentário, qualquer apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, Dr. Francisco Maia Neto.

Dr. André Martins.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Sr. Presidente, boa tarde a todos. Primeiramente, é uma satisfação fazer parte desta Comissão, poder contribuir com as discussões sobre arbitragem e mediação. Compartilho da opinião dos meus colegas sobre a pauta e a divisão dos trabalhos, de que é necessário, primeiro, fazer um diagnóstico. Acho que a primeira reunião será muito importante para que, após, possamos definir quantas reuniões

presenciais serão necessárias. Eu sou a favor de que as comunicações sejam bem dinâmicas, por *e-mails*, para que todos possam participar.

Eu gostaria de registrar também que o projeto do Código de Processo Civil já está num estágio bem avançado na Câmara. O Relator já apresentou um relatório e ele traz inovações importantes sobre a arbitragem, cria a carta arbitral, e a nossa atuação aqui na Comissão deve ser sempre estar atentos à norma processual, ao Código de Processo Civil, principalmente porque o Código vai trazer também muitas inovações na mediação. O CNJ já vem há muito tempo, desde a Resolução nº 125, implementando a mediação no âmbito do Poder Judiciário, o que será muito importante para que não haja uma sobreposição de normas, mesmo porque a nossa missão na Comissão é de tratar não na mediação judicial. Seria da mediação empresarial ou extrajudicial.

Então, eu queria, com essas breves palavras, registrar a minha satisfação e concluir a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. André.

Dr. José Roberto de Castro Neves.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Boa tarde a todos os colegas. Boa tarde, Ministro Luis Salomão. É, para mim, também, uma alegria muito grande estar aqui, é uma honra, é um prazer também à medida que encontro aqui muitos amigos, pessoas que admiro. E é uma chance também, como todos falaram, de a gente contribuir um pouco com o nosso País, para uma coisa que a gente entende que é melhor.

A Lei de Arbitragem atual é uma lei boa. Acho que é um consenso na comunidade dos usuários que é uma lei que realmente teve muita felicidade, foi uma lei que revolucionou, em grande parte, a atuação de litígio no Brasil. Imagino que isso seja um consenso.

Por outro lado também, à medida que se dispõe a revê-la, acho que é o nosso dever aqui da Comissão ter essa inteligência de ver o que deve permanecer e, ao mesmo tempo, entender se é que ela pode ser alterada em alguma coisa. Uma comissão desse tamanho, não é, Presidente, tem vantagens e desvantagens. Ela tem a vantagem de trazer tantas pessoas com grandes experiências em seus diversos assuntos, especialistas no ramo e em outros ramos, e ela tem a desvantagem exatamente de ser uma comissão muito grande, o que dificulta a comunicação e até a gente chegar. A gente tem um prazo muito curto.

Então, para ir ao ponto do que o senhor nos propôs, Presidente, o que eu ia sugerir é que a gente, desde já, estabelecesse algumas divisões de trabalho, não em grupos isolados, porque quem trabalha, às vezes, em grupos maiores sabe que o que vai fazer diferença

na hora da reunião é o pré-trabalho, aquilo que tiver sido feito antes já, que tiver sido pensado antes, para chegarmos ao trabalho já com a coisa mais pronta, mais mastigada, sem que, claro, existam departamentos dentro da Comissão, mas, senão, um trabalho que vai ser dividido com todo mundo.

Então, o que estou colhendo um pouco desta nossa conversa aqui é que há um ponto que considero consenso: a mediação e a conciliação também têm de ser tratadas com as suas especificidades. Especificamente, na arbitragem, essa que o José falou e com razão, dessa anamnese que é fundamental a gente fazer, mas há, na verdade, dois temas que talvez a gente pudesse separar desde já: um são as questões que podem melhorar, se é que há, claro, mas, de novo, é uma indagação, que é aproveitar a inteligência de todas as pessoas presentes. O outro seriam questões de novidades mesmo. Será que haveria alguma novidade realmente a ser incluída, algum tema que não foi tratado especificamente com mais profundidade, por exemplo, questões internacionais, ou algum outro tema que não foi da relação com o Judiciário, enfim?

Então, uma sugestão, Ministro, é que a gente já organizasse para a nossa próxima reunião e já fizéssemos algum grupo, de alguma forma, que dividisse esses temas, podem ser outros também, e que esse grupo se reunisse – porque acho que será mais fácil a gente reunir seis, sete pessoas do que reunir 20 –, para já apresentar, sendo isso de uma forma muito pública, para os demais, para que não houvesse uma segmentação absoluta, uma assepsia total; ao contrário, é só para realmente ajudar a fazer o trabalho, a coisa andar.

Por fim, Ministro, o sucesso de qualquer processo dessa natureza vai depender muito de a gente realmente publicar o que estamos fazendo por meio dessas audiências públicas. Evidentemente, todos têm experiências incríveis que estão fora desta sala, de outras pessoas que também atuam muito em arbitragem, em mediação. Então, acho que é muito importante a gente tornar público esse processo por esses meios todos que já foram sugeridos.

De novo, é uma imensa felicidade estar aqui, fico muitíssimo honrado e muito feliz e tenho certeza de que eu vou tirar um proveito porque certamente vou aprender muito com todos vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, José Roberto.

Dr. Marcelo Ribeiro.

O SR. MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero, a exemplo dos colegas que falaram, dizer da minha satisfação de estar aqui, ainda mais sob a presidência

de V. Ex^a, que se tem demonstrado não só um juiz de grande qualidade, como também um doutrinador, uma pessoa que estuda e tem interesse especificamente pelo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado.

O SR. MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA – Em relação à Comissão, eu concordo com o que o José Antonio Fichtner, desde o início, sugeriu e com o que, depois, os outros colegas também acompanharam. O mais importante neste momento é fazer um diagnóstico do que tem para se alterar. Quer dizer, cria-se uma comissão para alterar uma lei que é muito boa. Então, essa comissão tem uma tarefa muito difícil, que é não estragar a lei boa. Mas, se ela foi criada, é porque a lei merece alguma reforma, alguma adequação. Então, exatamente verificar esses pontos que devem ser modificados na lei, que devem ser objeto de análise na Comissão e de um esforço da Comissão para que se proponha algo melhor do que está aí, o que é difícil.

Eu me lembro de que, quando o novo Código Civil estava sendo feito, o que se falava muito era isto: queremos ver se esse novo Código Civil vai chegar aos pés do de 1916. Então, realmente, é uma tarefa dura, que deve ser enfrentada com muita perspicácia.

Então, Presidente, acho também muito importante a verificação desses projetos que estão andando.

Na verdade, Presidente, o que eu teria a dizer os outros praticamente já disseram, quer dizer, ser o último a falar tem essa circunstância. A verificação dos projetos é claro que é importante porque, senão, o que a gente fizer aqui pode não ter efeito nenhum. Mas eu acho, como o José Roberto disse, neste primeiro momento, talvez fosse importante fixar um prazo para que os membros da Comissão encaminhassem talvez para V. Ex^a os pontos que acham que devem ser tratados pela Comissão em relação à Lei de Arbitragem. Até para que se possa fazer uma divisão em grupos. Penso que isso como procedimento prático, inicial, seria importante; ou seja, fixar uma data para que todos apresentassem suas sugestões. E é claro que, concomitantemente, fazer consultas às câmaras, às universidades; a OAB também deve ser consultada, a OAB federal. A OAB de Minas ofereceu, mas acho que isso também deve ser direcionado ao Conselho Federal, que é o órgão nacional e que é o órgão que congrega todos os advogados do Brasil. É evidente que interessa muito a todos a questão da arbitragem.

Então, Presidente, basicamente, acho também que a comunicação por *e-mail* entre os membros da Comissão é importante. A disponibilização no *site* tam-

bém é importante. De tudo isso, acho que, daqui para frente, acho que temos que começar a tocar.

Agradeço mais uma vez a indicação para esta Comissão. Muito me honrou conviver com todos os colegas aqui.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. Marcelo.

O Ministro do TCU, Ministro Walton Rodrigues.

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar todos os meus pares nesta Comissão, todos no exercício de verdadeiro múnus público, e dizer da minha satisfação de estar aqui entre vocês e de poder aprender com esta Comissão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que é necessário nós estabelecermos o escopo e a abrangência desta Comissão, ou seja, se será apenas destinada à correção e à atualização da Lei de Arbitragem que existe ou se ela será destinada a inovações.

Em relação à Lei, eu considero que é uma experiência vitoriosa, graças à jurisprudência dos tribunais e à legislação, que foi secundada por esta jurisprudência.

Eu considero imprescindível que os trabalhos se realizem mediante a divisão em subcomissões. Eu acho que é uma providência que poderia ser encetada até mesmo neste momento, ou seja, qual grupo será destinado à arbitragem e qual será destinado à mediação. A mediação será objeto de legislação nova sobre esse tema. A arbitragem, como eu disse, já é uma experiência vitoriosa.

Gostaria também de tratar, nesta oportunidade, da inserção do Poder Público, na administração direta e indireta, nos procedimentos de arbitragem. Eu acho que a extensão da arbitragem poderá abarcar não somente a administração indireta, mas a também administração direta, com mecanismos de salvaguarda em favor do Erário.

Então, com isso, agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Ministro Walton.

Dr^a Roberta Rangel.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Boa tarde. Serei bem breve, em razão do adiantado da hora, agradecendo, como todos, a presença na Comissão.

A minha vida com a arbitragem vem de estudos. Eu sou apaixonada pelo tema há bastante tempo, e, como advogada, acho que, infelizmente, não é o querido, mas a arbitragem, muitas vezes, acaba sendo judicializada.

Presidente, muitas coisas foram ditas aqui. Obviamente, V. Ex^a anotou tudo, compilou tudo. A minha

sugestão é que o senhor estabelecesse um secretário, uma secretária, uma pessoa que tivesse proximidade física com o senhor, para justamente “estartar” tudo isso que já foi dito. Essa compilação, obviamente, será submetida à sua orientação. Então, quem deve nos orientar é o senhor, que é o Presidente da Comissão. Eu acho que, diante da sua vastíssima experiência, o senhor poderia, em estabelecendo essa pessoa, uma ou duas pessoas, colher os *e-mails* para começar já uma comunicação via Internet, e o senhor já estabelecer nessa comunicação, talvez por questão de tempo do senhor, o que o acha que seriam os primeiros pessoas desta Comissão.

Eu acho que se deve começar alguma coisa. Deve haver uma comunicação, em primeiro lugar, e uma congregação de tudo isso que já foi dito. Eu acho que, com a Presidência, obviamente, com a sugestão da Comissão, as coisas vão começando a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr^a Roberta.

Agradeço a todos as sugestões, que fui anotando aqui de maneira a tentar sintetizar. Sobre alguns pontos, nós precisamos deliberar.

Primeiro, uma notícia. Nós já estamos com um consultor do Senado que trabalha conosco, o Dr. Fábio Hage, que está ali atrás e já acompanha os nossos trabalhos. Ele conhece bem a técnica legislativa, conhece bem o funcionamento da Casa e, seguramente, vai nos ajudar bastante e vai acompanhar todo o trabalho da Comissão.

Também temos a parte da secretaria. Vou pedir que vocês se apresentem aqui: Guilherme, Leandro, Rogério e os demais que prestam assistência a esta Subsecretaria de Apoio. Eles apoiam essas comissões que o Senado forma – não as previstas no Regimento, como as comissões permanentes; só as temporárias.

Em primeiro lugar, queremos agradecer a vocês o empenho. Sem vocês, esta reunião não poderia realizar-se.

Eles proporcionam toda a estrutura administrativa para o nosso funcionamento: organizam as reuniões internas e externas, emitem as passagens, providenciam as diárias. Se deliberarmos a criação do *site*, a lista de discussão entre nós, tudo isso vocês fazem para nós, certo? Então, temos uma estrutura administrativa.

Pelo que entendi, há um consenso na criação de uma base de dados, como a Ministra Ellen sugeriu. Acho que podemos fazer duplamente: criar a base de dados e mandar para todos, por *e-mail*, esses itens. Os projetos em tramitação vocês têm condições de levantar. Notem que eu até já fiz um levantamento aqui. Eu mesmo já peguei alguns projetos que tramitam na Câmara e no Senado. Temos condições de fazer? (*Pausa*.)

Temos.

Então, levantamento e estágio atual, para passar para todo mundo por *e-mail*. Jurisprudência do STJ e a doutrina como base...

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pois não.

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Claro.

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Talvez o STJ pudesse nos dar uma grande colaboração, trazendo para esta base de dados todo o conteúdo da base de jurisprudência.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vou fazer isso, Ministra Ellen. Na sequência, a base de dados do STJ, eu mesmo vou providenciar com o pessoal. Quem tiver sugestão de julgados, também, pela secretaria da Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Os projetos e as emendas. Quando dá o estágio atual, é tudo, não é?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A jurisprudência também vamos encaminhar. Vou providenciar em meio magnético.

Também temos aqui duas minutas de um regulamento que foi utilizado pelas comissões anteriores. Claro que eu acho que o que vale mais é a nossa convivência, mas talvez uma base... Também vou submeter-lhes a minuta, para que possam opinar, e, na próxima reunião, se estiverem de acordo, aprovamos o regulamento para funcionamento interno da nossa Comissão, votações. Enfim, é um parâmetro.

Também vamos encaminhar a minuta adequada para esta nossa Comissão, está bem?

Vou providenciar uma relação de entidades para audiências públicas, que também vou submeter aos integrantes da Comissão. Quem quiser adendar, quem quiser retirar, faz a proposta. Acho que, com isso, podemos otimizar, em vez de ficar discutindo uma a uma. Já surgiram várias propostas. Eu faço a relação e discutimos por *e-mail*.

Também já estamos providenciando uma sala com novo formato, para que nos possamos integrar. Eu não sei se vai ser possível. Mas, se o for, já na próxima reunião iremos para lá.

Também quero perguntar a vocês se é possível a criação desse *site*, desde logo, para a coleta de sugestões. *(Pausa.)*

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO *(Fora do microfone.)* – Vamos providenciar no mesmo modelo das anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O Dr. Dirceu é o encarregado da Comissão e vai nos prestar apoio. Ele é que coordena a turma aqui. Já vamos ter um *site*? *(Pausa.)*

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Justo. Vai haver um espaço onde serão recebidas as sugestões todas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas eu queria ver se criava um *site* específico. Não é possível? *(Pausa.)*

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Uma página.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É, uma página.

Qual é o prazo que a gente precisa?

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Para amanhã, para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo. Creio que vamos ter que designar um de nós aqui, da Comissão, que se disponha a fazer a relatoria dessas sugestões externas, porque realmente vou preferir contar com todos. Oportunamente, assim que criado, faremos a escolha do relator do *site*, ou talvez até possamos fazer hoje mesmo.

É preciso uma deliberação aqui quanto às futuras reuniões. Há sugestão de elas serem quinzenais, mensais, ou fazermos em uma semana e pularmos duas.

Eu tenho impressão de que vamos ter que votar esse ponto. São três as propostas.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI *–(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ela fala em uma vez por mês.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Mas, dependendo das circunstâncias, poderíamos fazer mais vezes ou menos vezes. Não poderíamos ver isso um pouquinho mais à frente? Nesse início, tenho a impressão de que vamos demorar um pouco mais para mapear tudo, para diagnosticar. Depois vamos vendo, marcando, evidentemente, com antecedência, vamos vendo a necessidade da

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Permita-me uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Claro.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho fundamental, Tucci, a gente ter um calendário. Porque todos nós...

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Pelos menos um calendário básico.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É porque todos nós temos compromissos a marcar ou já marcados, de viagem, congressos, etc, e isso, em algumas experiências anteriores, tem-se mostrado muito satisfatório, porque todos se adaptam a essa agenda pré-agendada, qual seja a deliberação da frequência, mas acho fundamental a gente sair com esse calendário.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Vamos marcar pelo menos o fundamental, e, aí, diante da necessidade, nós faríamos uma extraordinária, sob a presidência de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER (*Fora do microfone.*) – Existe uma extraordinária, a proposta da Ministra Ellen, de sair da inércia num prazo um pouco maior e depois acelerar as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas, de qualquer modo, acho que poderíamos, pelo menos uma por mês, já marcar, e, dependendo do ritmo, seguiríamos.

Há alguma oposição a que marquemos desde logo uma por mês, acolhendo essa proposta? (*Pausa.*)

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE (*Fora do microfone.*) – Oposição não há, só há o pensamento de que ...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Será necessário acelerar.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE (*Fora do microfone.*) – ... dias... Será necessário, com certeza, porque nós teríamos apenas seis reuniões para elaborar os projetos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, talvez seja melhor, Dr. Pedro Paulo, até antes de prosseguirmos, o seguinte.

Dê-me uma licença, por favor.

Talvez seja melhor deliberarmos a forma de atuação para, depois, deliberarmos a periodicidade. Eu acho que vou inverter essa proposta.

Pelo que colhi aqui, nós vamos precisar deliberar se a reunião será aberta, qual será a sua periodicidade. Enfim, acho que podemos fazer isso depois. Pelo que eu percebi, há também um consenso de que é necessário, primeiro, identificarmos os diagnósticos; segundo, separarmos as duas atividades.

Isso é consenso? (*Pausa.*)

Certo.

Sendo consenso, a metodologia que pode ser aplicada, que eu vislumbrei aqui que também seria um meio-termo entre tudo o que foi sugerido, é a seguinte.

Eu levantei alguns temas ou eixos, uma média de 15. É claro que eles podem crescer, diminuir, dependendo do que eu submeter ou do que vocês resolverem acolher. Mas, para otimizar, eu acho que nós poderíamos... Na verdade, eu acho que ganharíamos com isto, com o que eu submeto a todos, dentro da média do que foi sugerido: ao invés de fazermos subgrupos, porque vai ficar no subjetivo, vai ficar cada um com uma parcela, se cada um dos membros da Comissão, que são 19, comigo 20, se cada um de nós pegar um desses temas para fazer aqui uma exposição de 15 a 20 minutos – e nada impede que esse integrante fale sobre o resto se ele quiser, dentro dos 15 a 20 minutos –, mas prioritariamente ele aborda um tema. E, seguramente, todos nós falaríamos sobre mediação porque sobre mediação não há regra. “Ah, mas eu não quero falar sobre mediação.” Então não fala, não tem problema. Mas todos nós ficaríamos com o mesmo tema, mediação. Seria para todos. Não quer falar, não fala. Não tem problema. Se quiser falar, fala só sobre mediação. Mas cada um de nós ficaria com um tema específico para abordarmos e fazermos uma pequena apresentação aqui.

Acho que, com isso, catalisaríamos o talento de cada um para fazer uma exposição sobre o tema e uma abordagem sobre os pontos. Não adianta eu colher o diagnóstico das entidades privadas se eu não colher o diagnóstico especialmente da comissão de especialistas, que são os senhores. Quer dizer, também não amarra o tema que ficar com cada um. Por exemplo: quem vai pegar a Administração Pública? Vamos supor que fique com o Ministro Walton. Se ele quiser falar sobre o restante dos pontos da lei que ele queira abordar, ótimo, a sugestão dele é bem-vinda.

Com isso, se acolhida a sugestão – pelo que vi, é um pouco da média do que foi sugerido –, dividiríamos as nossas próximas reuniões em apresentações de cada um de nós. Então, 20 minutos para cada um e pegaríamos um dia que marcássemos, faríamos quatro, cinco apresentações de cada um com a identificação dos temas, e a Comissão começaria a trabalhar em cima desses temas. Alguns vão ser repetidos, porque são batidos; outros, nem tanto. E, sempre, todos que quiserem, abordariam o tema da mediação.

Assim, aproveitamos mais o talento de cada um, porém não é uma regra impositiva. Eu acho que, com isso, participariam mais, e ganharíamos mais, porque se ficar em subcomissões de dois ou três, o que acontece? Um não participa tanto; ou não se prepara tanto para a proposta. Acho que, assim, todos participam e todos apresentam suas propostas efetivas.

Em paralelo, correriam as audiências públicas. Também precisaríamos deliberar, uma vez escolhi-

das as entidades, qual é o calendário, se vamos lá, se chamamos aqui ou se mesclamos, o que também otimizará bastante o nosso trabalho.

Então, eu acho que esses são os pontos a serem deliberados antes de estabelecermos o calendário. O que acham? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Ministro, com relação à questão da arbitragem acho que é uma ótima ideia, dividir por temas, mas com relação à mediação, não. Eu acho que, na mediação, vamos ter muito mais trabalho do que isso. Quer dizer, não adianta falarmos sobre mediação. Todos nós sabemos o que é mediação e como ela é ótima. Quer dizer, alguém vai ter que escrever num papel qual é a proposta de um anteprojeto para mediação, porque criticar o que já existe não é tão difícil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A minha ideia era que todo mundo apresentasse projetos.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Eu acho que vai ficar muito difícil...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Porque, depois, a gente amarra.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Não vai funcionar.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI (*Fora do microfone.*) – Entre nós, pode alguém se manifestar, como, por exemplo, a Dr^a Eleonora, que já adiantou que gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas a minha ideia é não perder as sugestões da mediação de todos. Quer dizer, se não quiser abordar, não aborda.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Eu queria sugerir que voluntariássemos a Dr^a Eleonora para que ela apresentasse um anteprojeto porque discutir o anteprojeto é bom.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Não, mas pode mais gente com ela. O Marcelo, a Sandra, eu...

(*Intervenções fora do microfone*)

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Nada como solicitar voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Olha, eu acho que todas as minutas de quem quiser apresentar são bem-vindas, ainda que, daqui a pouco, sistematizemos isso na mão de um, dois ou três integrantes da Comissão. Mas quem quiser apresentar a proposta de mediação, eu acho que será bom; a proposta será bem-vinda. A gente casa depois. Não acham?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Primeiro, acho que, com relação ao tema da arbitragem, a sugestão de V. Ex^a é muito boa. Cada um pode apresentar um tema.

Eu até me disponho – acho que a Juliana expressou isso –, em cada um dos temas, a fazermos uma

compilação do que há nas legislações mais modernas sobre cada um dos temas e colocar nesse banco de dados.

A minha sugestão é um pouco dentro da linha de que são dois temas muito diferentes, e penso que, eventualmente, o tema da arbitragem precisa ter esse diagnóstico interno inicialmente para as audiências públicas.

Posteriormente, me ocorre aqui – coloco para sugestão de todos – que, sobre o tema da mediação, nós temos as nossas ponderações – minutas da Zulaiê, minutas do Dr. Marcelo. Vamos trabalhar sobre elas.

Mas questiono se poderemos fazer audiências públicas dos temas separadamente, porque os públicos são diferentes. Provavelmente alguém que tenha interesse em ir a uma audiência pública de mediação não terá interesse em ir a uma audiência pública de arbitragem.

E eu também correria com esse tema da mediação, e já marcaríamos as audiências públicas para ver do que o mercado está precisando com relação ao tema.

Essa é a minha sugestão.

A SR^a ELEONORA COELHO – Sr. Presidente, um aparte com relação ao que a Adriana disse. Eu ousaria dar uma sugestão diferente.

Eu acho que a mediação é hoje vista de forma separada da arbitragem, porque o tipo de mediação que existe não é um tipo de mediação empresarial. E, portanto, hoje em dia, ela só é utilizada em questões familiares, de menor porte.

A ideia aqui é justamente fazer algo revolucionário e alçar a mediação para a importância da arbitragem.

Portanto, eu acho que as audiências públicas deveriam, sim, ser unas, porque aí empresários, associações vão ter interesse. Nós estamos falando aqui de uma nova mediação, que não existe ainda no Brasil.

E, portanto, acho que, sim, o público somos nós. Apesar de só trabalhar com arbitragem hoje em dia, eu quero, sim, vir a trabalhar com mediação, como disse a Ministra Ellen. Só não trabalho, porque não houve ainda oportunidade. Não foi difundido esse instituto. Então, eu discordo.

Nós temos que tirar esse manto, esse preconceito de cima da mediação e alçá-la a um instituto útil aos empresários no País. E que nós passemos a ser os mediadores, enfim, os advogados das partes que vão se valer de mediação.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Sr. Presidente, posso?

Eu estou de acordo com a proposta de V. Ex^a, e a minha única dúvida é a seguinte: se nós todos estivermos juntos em todas as discussões, com velocidades distintas na elaboração de um projeto de lei – inclusive

esbocei, de forma modesta, uma proposta inicial, para circular entre os colegas, para que possamos discutir com relação à mediação... E alguns aqui inclusive entendem que nem é necessária tanta alteração assim. Em razão das velocidades distintas, nós conseguiríamos compor, no grupo inteiro, as duas discussões ao mesmo tempo?

Eu estou de acordo com a proposta de V. Ex^a. Só queria fazer essa ponderação para ver se nós conseguiríamos adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Marcelo, eu até pensei, mas não tem como não fazermos as duas ao mesmo tempo. Se ficarmos só na arbitragem, por exemplo, corremos o risco de não dar tempo de discutir a mediação. Então, eu acho que não tem como. Infelizmente, o tempo...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Estou de acordo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Sr. Presidente, eu tenho que concordar com a Eleonora, por uma razão muito prática: não há tempo para fazer duas vezes as audiências públicas com cada um dos órgãos que vão ser escolhidos para fazê-las. Não há prazo para isso. Cento e oitenta dias é muito pouco tempo.

Talvez nós possamos, no que respeita à mediação, adotar uma posição um pouco mais pragmática, porque já há iniciativas internacionais e até locais feitas a partir de muito pensar. Que esta Comissão possa, então, trabalhar em cima dessas propostas que já existem, para não reinventarmos a roda.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Claro. Por isso fica livre a sugestão para todo mundo que queira apresentar e sistematizar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – A ONU tem um projeto lá, um modelo, que pode ser...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA (*Fora do microfone*) – ...arbitragem, não é?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Sim, mas no caso da mediação é mais grave, porque nós não temos uma lei. Então, partir do que as pessoas já pensaram ajuda a aprimorar o trabalho, e acho que até facilita.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA (*Fora do microfone*) – Eu acho que só há um problema no fato de as audiências serem conjuntas. Eu acho que são públicos diferentes e serão por muitos anos, sobretudo os Estados Unidos são uma prova disso.

Quem é mediador tem uma *skill*, tem a formação diferente do advogado de arbitragem. Mas não vejo nenhum problema, porque vamos atrair. Agora, a minha preocupação é um pouco na linha do tempo.

Da mediação nós vamos pegar a lei modelo Uncitral, seguramente, vamos pegar os projetos que estão aí, mas há muita coisa a fazer em mediação.

Da arbitragem já está aí uma lei ótima. Só temos que diagnosticar.

Será que nós esperamos o diagnóstico da arbitragem para começar a tratar de mediação, sendo que a mediação já dá para fazer? Parece-me que a gente não precisa. Então, pode ser que, dentro dessa ótica, possamos ter uma solução de um pouquinho de acomodação. Para uma ou outra, não precisa nem haver audiência pública, mas já nos debruçarmos sobre o tema da mediação enquanto fazemos o diagnóstico da arbitragem.

É só para a arbitragem também não atrapalhar um tema tão sensível quanto o da mediação. É um pouco nessa linha.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA – Faço uma ponderação aqui, ainda que voltando um pouquinho ao início da nossa conversa: quando as audiências públicas acontecem – se me permitem também a título aqui só de retrospecto –, elas atrapalham um pouco as reuniões ordinárias. Deslocando-se alguns membros para outro Estado da Federação, perde-se um ou dois dias, e, aí então, eles depois não conseguem vir às reuniões ordinárias. E a essas audiências públicas vão, em regra, apenas 30% dos membros. Então, lá, não ocorre na verdade uma reunião dos membros, mas apenas ouvem-se sugestões daquela coletividade dos Estados. Daí porque – faço aqui uma ponderação com V. Ex^a – essas audiências, absolutamente necessárias, uma vez que temos de ouvir a sociedade, ocorram aqui em Brasília, para que nós não perçamos essa reunião de todos os membros.

Então, penso que essas audiências públicas deveriam ocorrer em Brasília, convocando-se todos os órgãos e institutos de interesse e, em especial, aqueles de representação nacional. Se essas audiências públicas não ocorrerem em Brasília, acho que os nossos trabalhos ficariam comprometidos, ficariam impactados de forma ruim.

É a sugestão que faço: que as audiências públicas aconteçam aqui em Brasília, e não em outros Estados. Quando aconteciam, ouvíamos as pessoas, mas os membros não iam, e à próxima reunião ordinária alguns não iam, porque tiveram que ir à audiência pública, e aí desandava o cronograma.

Fica a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado. Quanto à audiência pública...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Só gostaria de fazer uma observação com relação a essa sugestão. Parece-me que a comissão de reforma do Código Eleitoral tentou fazer isso só em Brasília, mas não conseguiu. Aí teve que...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos deliberar sobre isso em seguida.

Agora, vamos estabelecer o formato do trabalho. Estão de acordo com esse diagnóstico em que cada um de nós divide os temas, em que cada um de nós faz uma exposição?

Se estiverem de acordo, eu acho que nós poderíamos marcar já a próxima reunião para esse item e, talvez, pudéssemos marcar, se estiverem de acordo, dois dias seguidos, porque cada um fala de 15 a 20 minutos. Esgotamos a apresentação e já saímos com a base para deliberarmos a partir daí.

O que acham disso? Sinceramente, o que acham?

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL (*Fora do microfone.*) – Eu sinceramente acho muito bom, acho que vai andar.

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES (*Fora do microfone.*) – Eu também. Eu acho que há temas que demandam 30 minutos, 40 minutos, e outros que se resolvem...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É. Agora, nada impede que também, alguém diga: “Ah, eu não quero falar muito sobre esse tema, eu quero falar sobre...”. São especialistas na matéria, e eu acho que toda contribuição é bem-vinda. E aí formamos a base para, em seguida, trabalharmos com a base que surgir dali.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL (*Fora do microfone.*) – E V. Exª já teria esses temas, Sr. Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bom, eu vou sugerir alguns, e também sujeito a..., porque cada um vai ter de escolher um tema, sem prejuízo de falar sobre o restante.

Primeiro, vamos ver uma data aqui. Eu acho que temos de ver a data da próxima reunião e a data, como sugeriu a Ministra Ellen, para estabelecer logo uma por mês. Aí eu acho que temos que ver o dia de melhor consenso. Qual é: durante a semana; mais para o fim da semana ou é a metade da semana? O que preferem?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quarta-feira eu acho que é um dia..

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (*Fora do microfone.*) – O funcionamento da comissão, aqui, para os nossos trabalhos, se for na segunda e na sexta, no início ou no final, é melhor para a condução. Porque tudo aqui funciona terça, quarta e um pouquinho na quinta. É a parte da logística. Estou só falando para o senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Na terça também temos sessão. Ele está dizendo que se-

gunda ou sexta desonera um pouco o trabalho deles, porque há comissões terça, quarta e quinta.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI Acho que sexta é melhor, Presidente; sexta é melhor.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Sexta para mim também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sexta também, Presidente.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Quem mora no Ceará vai ter que vir no domingo, então.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos votar.

Quem é favorável à segunda? (*Pausa.*)

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.

Sete na segunda.

A SRª ELEONORA COELHO – Mas, se for logo de manhã, tem de dormir domingo. Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Logo de manhã, vamos fazer de manhã.

A SRª ELEONORA COELHO – Esse é o problema, para quem tem filhos...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quem é favorável à quarta-feira?

A SRª ELEONORA COELHO – Quinta-feira, quarta-feira, qualquer dia no meio da semana. Sexta e segunda, para quem tem filhos pequenos, como eu, é complicado.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Uma sugestão... (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ele está vendo uma sala melhor; pode ser em outro lugar. Estamos vendo uma sala melhor, mas é preciso definir o que é melhor, independentemente da sala onde vamos nos reunir. Pelo visto, a segunda-feira está prevalecendo.

Quem é favorável à sexta-feira? (*Pausa.*)

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Parece que sexta-feira está prevalecendo.

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Para mim, tanto faz.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Um esclarecimento: o senhor está colocando entre segunda e sexta-feira, não é isso?

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Sr. Presidente, segunda ou sexta são os menos piores. Todos são ruins, mas, durante o meio da semana, a Casa funciona a pleno vapor, o que prejudica o nosso trabalho. Quer dizer, nós estaremos trabalhando em concorrência com o restante da Casa. Para mim, tanto faz segunda ou sexta-feira; o que os colegas decidirem está bom.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É verdade. É razoável que seja numa segunda ou numa sexta-feira.

Então, parece que sexta-feira prevaleceu? É isso? Podemos fechar na sexta? Qual seria a próxima sexta para essas exposições?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Dia 26 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dia 26 de abril. Eu estava pensando que talvez pudéssemos pegar o dia todo...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu sugiro que, como a gente vai ter o primeiro diagnóstico aqui, vai ter um trabalho inicial, vai ser na semana seguinte, nós temos um mês de trabalho, o senhor já vai sugerir alguns temas.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Só lembrando que o dia 1º de maio é feriado.

O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES – Então, tem de ser na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dia 26 está bem razoável; dá para preparar o trabalho. Se pegarmos o dia todo, manhã e tarde, todo mundo fala um pouco, todo mundo traz a sua visão da questão. Fechado assim? (*Pausa.*)

A que horas começamos? Dia 26 a que horas? Pode ser às 9 horas?

Dia 26 de abril às 9 horas.

E aí vamos o dia todo, com 15 minutos, cada um, de apresentação.

Então, seria toda última sexta-feira do mês, para estabelecermos o calendário das ordinárias, vamos chamar assim? Ordinárias no melhor sentido, não é? (*Pausa.*)

Então, fica toda última sexta-feira. Em maio já há um feriado, então, pula para 24. A última sexta-feira de maio já tem um feriado. Na quinta-feira, dia 30, é feriado.

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES – Cada um tem as suas perspectivas pessoais. É impossível juntar as agendas de todo mundo. Dia 26, por exemplo, vou ter uma palestra.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu não vou estar aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, a gente coloca sempre toda última sexta-feira do mês. A única pergunta que faço é, por exemplo, em maio, em que há um feriado na quinta-feira, como é que se faz?

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES – Se o feriado é na quinta-feira, fazemos na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas, no meio do feriado? Não vem ninguém.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Pode ser no dia 7 de junho?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que o mês de maio é o único que vai quebrar, vai ser na semana anterior, dia 24. No restante dos meses, será sempre na última sexta-feira.

A SR^a ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Já imaginou para o funcionalismo da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está bem assim? Não tem jeito. Então, fica toda última sexta-feira, sendo que em maio será dia 24, por causa do feriado.

Nossa próxima será no dia 26, que é o diagnóstico, onde cada um se manifesta. Saímos daqui com uma base de trabalho.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Mas nós vamos receber esse material antes disso?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Todo esse material. Eu estou providenciando, na sequência.

Bem, agora já está definido o calendário: última sexta-feira de cada mês. Tudo certo aí, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Em julho vamos ter reunião? Em julho é recesso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que aí a gente pode deixar para definir julho quando estiver mais para frente. Nós vamos precisar acelerar essas reuniões depois.

A SR^a ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Presidente, eu sugiro uma reunião no Rio de Janeiro no mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ótimo.

Eu quero com aquela vista ali. É possível, Ministra Ellen? (*Risos.*)

Bem, agora precisamos definir só o seguinte: as audiências. Há algum inconveniente de essas nossas reuniões serem abertas, com o acompanhamento, com observadores, de quem quiser participar dela, assistindo às reuniões, imprensa? O pessoal da Secretaria da Reforma do Judiciário que estava aí...? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A TV Senado transmite nas sextas-feiras.

Há algum inconveniente para que seja aberta?

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Ministro, eu só levanto o seguinte: quando o Código de Processo Civil também começou com um anteprojeto, foi considerado prudente pela Comissão que houvesse uma discussão – e essa discussão só podia ser franca se fosse em sala fechada – sem a presença externa. Do contrário, seriam divulgadas sempre opiniões, partes de opiniões, distorções. Evidentemente que, na imprensa, vamos ter tudo isso, e com muita mudança, porque há

jornais que estão particularmente interessados nessa reforma, até para outras questões.

A minha sugestão é bastante incisiva no sentido de que a reunião seja fechada. Claro que não impediríamos o convite à Secretaria de Reforma do Judiciário, a órgãos do próprio Governo, mas que ela não fosse uma reunião pública.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Alguns observadores.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – Presidente, permita-me discordar de S. Ex^a. Entendo que, em que pese sermos uma comissão técnica, somos parte, ainda que de forma indireta, do Congresso Nacional. Somos chamados a opinar, fazer um projeto para o Congresso Nacional, e não me parece natural que nós façamos uma reunião sem que o público tenha acesso ordinário aqui, porque estamos tratando de assuntos relevantes e que exijam esse segredo.

Daí por que divirjo. Entendo que as reuniões têm que ser, sim, abertas ao público, de forma integral, inclusive televisionadas, se for de interesse da Casa, do Senado. Portanto, registro aqui minha posição de que tem de ser, sim, aberta integralmente.

MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Apoiado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Acho que vamos ter que votar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos ao voto? Quem entende...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não se consegue uma posição intermediária? (*Fora do microfone.*)... Que se faça um diagnóstico, nessa conversa proposta pelo Dr. Carmona. Depois, então, com o diagnóstico feito e decidido onde se vai encerrar o bisturi, as sessões todas públicas, porque...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É verdade, haverá audiências públicas, não tem como não ter.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Talvez uma combinação das duas coisas atenda aos interesses.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – Audiência pública é diferente – permita-me, Ministro. Audiência pública é quando ouvimos a sociedade, ela se manifesta. Eles se sentam, eles exprimem as suas vontades, e nós anotamos. Essas audiências que nós realizamos aqui são reuniões públicas, também, nas quais e das quais a sociedade tem o dever e o direito de participar. Não digo dever, mas deveria ter. O Legislativo deveria ser acompanhado, mas ela tem o direito de participar. Audiência pública é uma coisa; essas reuniões públicas são outras, me permita. Mantenho minha posição.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – O Ministro já sabe. Eu sou muito prático e, portanto, não dou voltas no assunto. Isto aqui não é o Senado da República; nós somos uma comissão que não está legislando nada. Nós vamos apresentar uma proposta, que vai, depois, passar pelo Poder Legislativo. Portanto, nós não somos uma comissão pública, nós não estamos investidos do poder de legislar, e isto aqui é uma comissão de assessoramento ao Senado e não ao público em geral, nem aos cidadãos. Nós estamos trabalhando a convite do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos ao voto.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Presidente, eu só faria uma ponderação. Aqueles aqui que têm uma atuação mais profunda e uma experiência prática na arbitragem ficarão, num primeiro momento, talvez, um pouco tolhidos em trazer situações práticas que tenham enfrentado, se os seus clientes, por exemplo, estiverem assistindo e aquilo identificar mais ou menos de onde vem aquela experiência.

Então, eu acho que, num primeiro momento, para que tenhamos uma conversa profunda e bastante frutífera e franca sobre o tema, é necessário que façamos o diagnóstico. Vamos decidir que vários problemas não valem a intervenção legislativa; outros carecem de intervenção legislativa, mas eu acho que, para o aprofundamento das discussões e para o bem do que se vai fazer, é necessário que, pelo menos a parte do diagnóstico, seja feita de uma maneira que nos permita exprimir com total clareza os problemas que enfrentamos, sem reveses externos.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ministro, uma indagação só. A questão do Fichtner eu gostei muito, mas eu acrescentaria mais do que uma proposta, uma indagação: essa primeira reunião – eu me alinho com vocês – seria fechada, mas poderíamos deliberar nela a conveniência de a seguinte ser aberta, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É, nada impede que o assunto seja trazido novamente, mas agora há necessidade de votar se ela é fechada ou não. Vamos votar: quem é a favor de que ela seja fechada, pelo menos a primeira, levante a mão, por favor. (*Pausa.*)

Então, fica fechada. Nada impede que tenhamos uma nova deliberação para a frente.

As audiências públicas eu vou mandar a relação das entidades. Nós vamos acrescentar e tirar. Vamos deixar para deliberar no próximo dia 26 como faremos essa audiência. Sem prejuízo disso, nosso *site* já vai ao ar.

Por favor.

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO– Bem, meu nome é Dirceu Machado. Eu trabalho aqui na coordenação das Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissões Temporárias do Senado. Esse é o modelo de recebimento de sugestões que foi utilizado na Comissão de Reforma do Código penal. É feita a sugestão, e a pessoa se identifica. Isso tudo é coletado; depois, a Secretaria de Comunicação Social faz o compilamento e é encaminhado a quem for feito esse direcionamento. Pode ser, no caso, um dos membros, pode ser ao consultor responsável pelo acompanhamento da Comissão. Esse é mais ou menos o modelo.

Agora, quanto à Comissão, já tem uma página que é padrão a todas as comissões do Senado, temporárias e permanentes.

Volta para mim, por favor, Lenita, à página da atividade legislativa; volta para a *home*, por favor. Aqui é a atividade legislativa, comissões do Senado, temporárias. Vamos lá, comissão. Aí já tem o modelo; aqui, tem a tramitação do requerimento que criou, tem a pauta, atas e notas. A documentação vai entrando aí, e vamos descendo. Tem aí textos e relatórios. Os textos todos que forem apresentados, sugestões escritas e tal vão ser inseridos.

Sobe de novo. Tem a tramitação do projeto, do requerimento. Tramitação, vai descendo. Aqui, cada ação dessas... Por exemplo, aconteceu uma reunião hoje. Hoje, foram feitas a primeira e a segunda reunião: o que for apresentado, o que for inserido vai fazendo parte desse processo, vai alimentando o processo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E a nossa lista de discussões? É possível criar esse *e-mail* com todos? Uma lista de discussão nossa?

O SR. DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO – Pode ser feito. Exclusiva, eu posso tentar ver, porque aqui temos que nos balizar pela... Temos uma burocracia, uma administração interna que, por vezes, somos sujeitos a vontades que não são nossas, mas vamos ver o que pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A lista de discussão é uma coisa muito simples: só cadastrar os *e-mails* entre nós, fazendo uma lista privada.

Então, está visto. Eu queria só um voluntário ou mais de um voluntário, que possa trabalhar junto com o consultor, Dr. Hage, para ir fazendo o filtro dessas sugestões que estão chegando. *(Pausa.)*

Dr. Caio e Dr^a Roberta. Tem mais alguém que se voluntaria? Dr^a Silvia.

Ficam os três para trabalhar com o consultor para sugestões externas. Eles serão os relatores dessas sugestões.

Bem, vamos aos temas, agora, para finalizar, já que estamos com tudo marcado? Fiz alguns. Se der-

rapei, por favor, me corrijam: acrescentem ou retirem. O primeiro é a Administração Pública. Só consegui 15. Vamos ter de repetir alguns ou criarmos outros. Walton?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Talvez fosse bom colocar, pelo menos, duas pessoas em cada tema para termos visões distintas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Boa sugestão.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Para não monopolizar a visão sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, na Administração Pública, estão o Walton e a Roberta.

Conflitos societários. Vamos lá, vamos com calma. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Carmona, Fichtner, Braghetta. Quem mais?

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Silvia.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Silvia.

O SR. MARCELO ROSSI – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Já está incluído. Imagina. Tenho juízo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Em relação a esse tema, sei que não está aqui o Francisco Müssnich, mas ele tem muita atuação nessa área. Pelo menos coloca aí... Com certeza, se não for participar, ele vai se manifestar, conhecendo o seu estilo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Consumidor? Maia Neto. Mais alguém com ênfase no consumidor? *(Pausa.)*

Direito do Trabalho. Alguém se anima?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu posso ajudar também nesse tema. Assim, dentro daquela possibilidade de tratar do tema e, eventualmente, falar: não vale por tais motivos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Exatamente. Então, o Maia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E com o consumidor ficaram o Maia Neto e a Eleonora. Direito estrangeiro e arbitragem internacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, vamos lá. *(Pausa.)*

Tatiana. Quem mais?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Fica ou sai?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mais a Eleonora? Mais?

Bom. *(Pausa.)*

Medidas cautelares pré e pós. Acho que a gente pode até dividir. Eu tinha colocado procedimento arbitral junto, mas acho que podemos destacar o procedimento arbitral das medidas cautelares.

Então, vamos primeiro ao procedimento arbitral. Quem é o procedimento arbitral? Quem se anima?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Abrangeria prova também?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. Prova eu destaquei.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E sobre o procedimento arbitral? Quem poderia falar sobre o procedimento? Quem está atuando aí, o José Roberto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E medida cautelar? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Claro. Pedro Paulo, José Roberto...

Quem mais em cautelar? *(Pausa.)*

Caio, Marcelo e Silvia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos. Estão anotando aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Em procedimento, ficou só o Zé Roberto, não é? *(Pausa.)*

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – *(Fora do microfone.)*... Zé Roberto, se precisar. Eu posso indagar qual foi o procedimento que levou a colocar isso como um tema?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Há a questão de custas, a padronização de custas. Cada um toca um procedimento diferente. Isso, pelo que estou vendo. Não tenho a minha experiência ali. Alguns aplicam o CPC; outros, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Terceiros na arbitragem. *(Pausa.)*

Tucci, Carmona e Fichtner.

Nomeação dos árbitros. *(Pausa.)*

Quem ficou como terceiro? *(Pausa.)*

Tucci, Carmona e Fichtner.

Nomeação de árbitros é um tema que justifica? Pode ser árbitros em geral, qualificação...

JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Isso envolve impedimentos...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tudo.

José Roberto e quem mais? *(Pausa.)*

Eleonora. Mais alguém? *(Pausa.)*

Silvia? *(Pausa.)* Silvia e André.

Prova. *(Pausa.)*

JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Dispensar a prova *(Risos.)*

JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Eu sugeriria também o Müssnich.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Müssnich? *(Pausa.)*

Impugnação da sentença arbitral *(Pausa.)*

Caio, Marcelo, Braghetta... Quem mais? *(Pausa.)*

Bom, temos homologação de sentença estrangeira. *(Pausa.)*

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu até sugeriria que se, de certa maneira, os requisitos da lei são os mesmos – são parecidos tanto para homologar como para impugnar –, eles poderiam ser tratados conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ministra Ellen e quem mais? *(Pausa.)*

Tatiana.

Eu separei também conflito de competência, que é um tema que está surgindo direto no STJ. *(Pausa.)*

Eu vou repassar.

Caio e Carmona?

Bom, eu vou repassar. Se eu omitir alguns, desculpem-me. Mas vou repassar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Presidente, posso sugerir?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Claro! Estamos abertos à sugestão de temas.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Uma das coisas que se está discutindo com profundidade é a questão da possibilidade de arbitralidade de questões ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Os direitos transindividuais.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Aquela tangência entre o interesse disponível e o indisponível. Talvez valha a pena...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – E isso engloba não só o direito ambiental. Há a questão falimentar. Há uma série de outros...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Direitos transindividuais.

Fichtner. Mais alguém? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Questão da arbitralidade.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mais alguém?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Os limites da arbitrabilidade.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu nem faço questão de participar, mas o tema...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Sugeriu, é você mesmo.

Mais alguém nesse tema? José Roberto? *(Pausa.)*

Mais algum tema de sugestão? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – E quanto à mediação, como fica?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mediação é todo mundo. Quem quiser falar fala; quem não quiser falar não fala.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que o tema é livre. Não acham melhor?

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Não valeria a pena ver se alguém quer se candidatar para tratar especificamente de mediação, levantando sugestões ou um anteprojeto? O Marcelo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos ver quem é que topa já falar de mediação com apresentação de um projeto. *(Pausa.)*

Marcelo Nobre, Eleonora.

A SRª TATIANA LACERDA PRAZERES – Sr. Presidente, eu me proponho a fazer uma apresentação da Lei Modelo da Uncitral sobre mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ótimo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Sr. Presidente, talvez fosse importante destacar também alguém para trazer experiências internacionais sobre a mediação ou, então, ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que esses que estão falando também sobre isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Falam sobre isso. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pode ser assim? E aí otimizamos também a mediação. Agora, quem quiser falar sobre ela, como o tema está em aberto, fala.

Mais algum tema ainda? *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – ...*(Fora do microfone.)*... fazer uma exposição sobre o estado dos projetos que estão em curso no Senado e na Câmara. Vai otimizar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem alguém que acompanha isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mais alguém?

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu não sei se foi pensado o tema da sentença parcial. Ela já está dentro de algum procedimento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mais algum tema para sugestão aqui de divisão, sem prejuízo de poder abordar na hora em que fizer a exposição?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA *(Fora do microfone.)* – Indago, Sr. Presidente, se seria conveniente, na linha do que sugeriu a Juliana...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É Tatiana. *(Risos.)*

A SRª ADRIANA BRAGHETTA *(Fora do microfone.)* – ... da mediação, olhando para a Lei Modelo Uncitral, se não seria conveniente, antes de entrar na especificidade de cada tema da arbitragem, tratar um pouquinho para trazer um apresentação a todos da Lei Modelo Uncitral de Arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É o que ela vai fazer.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Ela vai fazer de mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ah, ela vai fazer de mediação.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu fico à disposição. Eu acho que vários outros colegas podem fazê-lo também.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Outras legislações estrangeiras muito bem sucedidas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acredito que sim. Quem for falar, vai trazer também...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Foi incluído o tema da arbitrabilidade também, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Foi. Vamos lá.

Vou repassar aqui os temas. Tem mais alguma sugestão de temas? *(Pausa.)* Se surgir, a gente fala.

Com a Administração Pública, ficaram o Walton, a Roberta e o Nobre.

Conflito societário: Carmona – permitam-me dispensar o Fichtner –, Braghetta, Silvia e Müssnich.

Consumidor ficou com Eleonora e Maia Neto.

Trabalho ficou com Maia Neto, Braghetta e André.

Direito Estrangeiro e Arbitragem Internacional ficou com Tatiana, André, Fichtner, Braghetta e Eleonora.

Procedimento ficou com José Roberto e Braghetta.

Medida Cautelar ficou com Pedro Paulo, José Roberto, Caio, Marcelo Ribeiro e Silvia.

Terceiros ficou com Tucci, Carmona e Fichtner.

Árbitros ficou com José Roberto, Eleonora, Silvia e André.

Prova: Maia Neto, **Müssnich** e Carmona.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Fichtner também? (*Pausa.*)

Impugnação ficou com o Caio, Márcio, Braghetta.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Marcelo Ribeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Marcelo. Perdão.

Nem eu estou entendendo a minha letra.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Na minha anotação, são dois Marcelos nessa aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ficou nesse tema, na impugnação da sentença?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Homologação de sentença estrangeira: Ellen, Tatiana e Caio.

Conflito de competência: Caio e Carmona.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Caio e Carmona, a Ministra Ellen e a Eleonora.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Direito Transindividual, ficou... Arbitrabilidade ficou Fichtner e José Roberto.

Mediação, livre para todo mundo, porém, com algumas ênfases, do Marcelo Nobre, Eleonora, Silvia e a Tatiana, que vai trazer a Lei Modelo.

Os projetos, Silvia, Roberta e Marcelo Nobre, que vão fazer uma pincelada. E, sobre a Lei Modelo, também falará Braghetta, no tópico arbitragem.

Bem, aí, agora, a gente vai dividir esses tempos – e, depois eu faço isso, para não tomar muito o tempo de vocês.

Indago se há mais algum tema para a gente debater hoje ou se podemos voltar...

O SR. MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Presidente, eu não sei se foi circulado para toda a Comissão nomes, *e-mails*...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vai fazer, não vai? Vai fazer os nomes, porque nós vamos criar essa lista de discussão. Circula para a gente?

Gente, muitíssimo obrigado. Espero não atrapalhar muito o trabalho de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião. – Ministro **Luis Felipe Salomão**, Presidente.

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.*)

Edição de hoje: 98 páginas
(OS: 15097/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

